



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

LISTA DE VERIFICAÇÃO – PREGÃO
(Instrução processual - fase de habilitação)

Pregão Eletrônico nº 11/2021

FORNECEDOR:	TECNO2000 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ:	21.306.287/0001-52
CONTATO (telefone e e-mail):	Telefone: (37) 33221020 Email: jordan@tecno2000.com.br
LOTE:	03

	SIM	NÃO	NÃO
1. Extrato de declarações do COMPRASNET	X		
2. Habilitação jurídica			
a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário			X
b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores	X		
c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício			X
d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;			X
e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.			X
3. Regularidade fiscal			
a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)	X		
b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)	X		
c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/2014	X		
d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Estaduais/Distritais, ou certidão que comprove a regularidade com o ICMS, emitida pelo órgão competente	X		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	SIM	NÃO	NÃO
e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente			X
4. Regularidade trabalhista			
a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	X		
5. Qualificação econômico-financeira			
a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante	X		
a.1) As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão TCU nº 8.274/2011 – 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de falências).			X
6. Qualificação técnica			
a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, em nome do licitante, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de mobiliário compatível com o objeto desta licitação, compreendendo o seguinte quantitativo mínimo por lote: LOTE 3: 200 cadeiras giratórias de espaldar médio, 200 cadeiras de diálogo e 50 cadeiras sobre longarina	X		
b) Os atestados de capacidade técnica devem corresponder a mobiliários certificados por Organismo de Avaliação de Conformidade acreditado pelo INMETRO, quando se tratar da aquisição por este Tribunal de itens para os quais serão exigidos igualmente a certificação.	X		
7. Outros			
a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php	X		
b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc	X		
c) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.	X		



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 21.306.287/0001-52 DUNS®: 904755753
Razão Social: TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 26/05/2022
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	29/11/2021
FGTS	Validade:	20/08/2021
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	28/11/2021

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	30/08/2021
Receita Municipal	Validade:	30/06/2021

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2022



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: 21.306.287/0001-52 DUNS®: 904755753
Razão Social: TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Entidades de Classe

Entidade e UF	N ^a Registro	Data de Validade
FNDE CAPACIDADE TECNICA	24/2014	03/11/2050
BB	ATESTADO DE CAPACIDADE TE	30/11/2050
JUSTIÇA FEDERAL RJ ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA	2020/00631	03/11/2050
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00360305000104	31/12/2050



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ: 21.306.287/0001-52 DUNS®: 904755753
Razão Social: TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL
Data Aplicação: 19/07/2018
Número do Processo: 0024196/2014 Número do Contrato: 227/2017
Descrição/Justificativa: ADVERTÊNCIA EM VIRTUDE DE ENTREGA DE COMPONENTES EM DESACORDO COM A AMOSTRA APROVADA.

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 200100 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO MIN. PUBLICO FED.
Data Aplicação: 06/08/2012
Número do Processo: 005173/2011-20 Número do Contrato: ARP PGR Nº 03/2010
Descrição/Justificativa: Por decisão do Sr. Secretário de Administração do MPF, foi aplicada a penalidade de Advertência, decorrente de atraso injustificado na entrega do material contratado.

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 200100 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO MIN. PUBLICO FED.
Data Aplicação: 06/08/2012
Número do Processo: 007777/2011-19 Número do Contrato: ARP PGR Nº 03/2010
Descrição/Justificativa: Por decisão do Sr. Secretário de Administração do MPF, foi aplicada a penalidade de Advertência, decorrente de atraso injustificado na entrega do material contratado.

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência:	Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora:	240013 - COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS
Data Aplicação:	18/10/2004
Número do Processo:	020/2004
Descrição/Justificativa:	ENTREGA DO MATERIAL FORA DO PRAZO PREVISTO NO CONVITE Nº 21/2004

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência:	Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora:	90017 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - SP
Data Aplicação:	18/01/2011
Número do Processo:	11484/2010
Descrição/Justificativa:	Consoante decisão exarada à fl.58, foi aplicada à empresa TECNO 2000 INDUSTRIAL E COMÉRCIO LTDA.,a penalidade de ADVERTÊNCIA, com fulcro na cláusula décima oitava, subitem 18.1.1, alínea "a", do citado ATo Convocatório,c/c artigo 87, Inciso I, da Lei Federal n. 8666/1993 e alterações, e artigo 7ª da Lei 10.520/02.Conforme certidão aposta à fl. 68 dos autos, ocorreu a coisa julgada administrativa em 28.02.2011.

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência:	Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora:	179085 - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Data Aplicação:	29/12/2015
Número do Processo:	2015/133
Número do Contrato:	PE 2014/175
Descrição/Justificativa:	Descumprimento ao subitem 7.8.4 do Edital.

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência:	Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora:	153046 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO/ES
Data Aplicação:	23/12/2019
Número do Processo:	23068078384201913
Descrição/Justificativa:	Registro de ADVERTÊNCIA devido ao atraso de 21 (vinte e um) dias na entrega do material objeto da nota de empenho nº 2019NE801847, nos termos do art. 87, caput, da Lei 8.666/1993, bem como apontado nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 95/2018.

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 510421 - GERÊNCIA EXECUTIVA ANÁPOLIS/GO
Data Aplicação: 23/01/2014
Número do Processo: 35070000336201275 Número do Contrato: 302012
Descrição/Justificativa: Atraso prejudicial na entrega do material contratado.

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 511851 - GERENCIA EXECUTIVA OURO PRETO
Data Aplicação: 05/05/2015
Número do Processo: 35140000891201498 Número do Contrato: 14/2014
Descrição/Justificativa: Penalidade aplicada devido ao atraso na entrega de parte dos itens contratados, em desatendimento da Cláusula Décima Quinta, inciso II, alínea a do Contrato.

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 511424 - GERÊNCIA EXECUTIVA S. JOSÉ DO RIO PRETO/SP
Data Aplicação: 14/02/2013
Número do Processo: 35662000049201114 Número do Contrato: 75/2012
Descrição/Justificativa: Atraso na entrega dos materiais contratados, com fundamento na cláusula décima quarta, inciso II, alínea "a", do contrato.

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 926092 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO PIAUI
Data Aplicação: 17/08/2020
Número do Processo: 4652/2020-08 Número do Contrato: 15/2018
Descrição/Justificativa: Aplicar à empresa TECNO2000 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., a sanção de advertência em razão da inobservância do prazo estabelecido para entrega do objeto contratual.

Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 926092 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO PIAUI
Data Aplicação: 19/08/2020
Número do Processo: 4772/2020-66 Número do Contrato: 42/2019
Descrição/Justificativa: Aplicar à empresa TECNO2000 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ 21.306.287/0001-52, a sanção de multa no valor de R\$ 1.371,30 (mil trezentos e setenta e um reais e trinta centavos), bem como de advertência em razão da inobservância do prazo disposto para entrega do objeto contratual.

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 925921 - ECT - DIRETORIA REGIONAL DE MINAS GERAIS
Data Aplicação: 23/09/2010
Número do Processo: PEN-050/2010
Descrição/Justificativa: REFERENTE À CARTA CPL/DR/MG 10568/2010, FORNECEDOR ADVERTIDO PELA ECTDR/MG NA DATA DE 03/09/2010, EM VIRTUDE DE TER DEIXADO DE APRESENTAR ADOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, CONFORME PREVISTO NO SUBITEM 1.5.3.DO ANEXO 4 DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 10000106/2010 REALIZADO EM08/06/2010.

Ocorrência 14:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 925921 - ECT - DIRETORIA REGIONAL DE MINAS GERAIS
Data Aplicação: 23/09/2010
Número do Processo: PEN-050/2010
Descrição/Justificativa: REFERENTE À CARTA CPL/DR/MG 10568/2010, FORNECEDOR ADVERTIDO PELA ECTDR/MG NA DATA DE 03/09/2010, EM VIRTUDE DE TER DEIXADO DE APRESENTAR ADOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, CONFORME PREVISTO NO SUBITEM 1.5.3.DO ANEXO 4 DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 10000106/2010 REALIZADO EM08/06/2010.

Ocorrência 15:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Outros
UASG Sancionadora: 100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL
Data Aplicação: 21/03/2019 Valor da Multa: R\$ 498,96
Número do Processo: 0000019/2019 Número do Contrato: 165/2018
Descrição/Justificativa: MULTA MORATÓRIA EM VIRTUDE DO ATRASO NA ENTREGA DA GARANTIA CONTRATUAL (APÓLICE DE SEGURO-GARANTIA).

Ocorrência 16:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Outros
UASG Sancionadora: 80019 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17A. REGIAO
Data Aplicação: 16/04/2021 Valor da Multa: R\$ 1.026,60
Número do Processo: 0003983-70.2017 Número do Contrato: PE n.º 08/2016
Descrição/Justificativa: MULTA no valor de R\$1.026,60 (mil, vinte e seis reais e sessenta centavos), com fundamento nos artigos 86 e 87, II, da Lei n.º 8.666/93 e no subitem 07 do item 18.2 da Cláusula XVIII do Edital de Pregão Eletrônico n.º 08/2016.

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 17:

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Outros		
UASG Sancionadora:	20001 - SENADO FEDERAL		
Data Aplicação:	07/02/2017	Valor da Multa:	R\$ 1.926,15
Número do Processo:	00200014859201615	Número do Contrato:	RP20150105 (2016NE000020)
Descrição/Justificativa:	Por intermédio da Portaria n 24, de 7 de fevereiro de 2017, o Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal, com base no inciso II do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, no item 28.5 do Edital do Pregão Eletrônico nº 067/2015, aplica à empresa TECNO2000 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA penalidade de MULTA no valor de R\$ 1.926,15, pelo atraso na entrega do objeto, referente à Nota de Empenho nº 2016NE000020 e à Ata de Registro de Preços nº 105/2015, em descumprimento ao subitem 3.4.1 do Edital do Pregão nº 067/2015, conforme disposto no Processo n 00200.014859/2016-15.		

Ocorrência 18:

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução total ou parcial do contrato		
UASG Sancionadora:	80021 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21A. REGIAO		
Data Aplicação:	14/09/2012	Valor da Multa:	R\$ 8.483,82
Número do Processo:	040.130/2012	Número do Contrato:	TRT/SEA 028/2011
Descrição/Justificativa:	O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRT DA 21ª REGIÃO DETERMINOU A APLICAÇÃO DE PENA DE MULTA DE MORA DE R\$ 8.483,82 (OITO MIL QUATROCENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS), RELATIVO AO ATRASO DE 12 (DOZE) E 22 (VINTE E DOIS) DIAS NA ENTREGA DOS SERVIÇOS/MATERIAIS CONSTANTES DO CONTRATO TRT/SEA 028/2011, NOTA DE EMPENHO 2011NE000875.		

Ocorrência 19:

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Outros		
UASG Sancionadora:	100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL		
Data Aplicação:	21/03/2019	Valor da Multa:	R\$ 104,67
Número do Processo:	10.561/2018	Número do Contrato:	143/2018
Descrição/Justificativa:	MULTA MORATÓRIA EM VIRTUDE DO ATRASO NA ENTREGA DA GARANTIA CONTRATUAL (APÓLICE DE SEGURO-GARANTIA).		

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 20:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **80016 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A.REGIAO**
Data Aplicação: **09/06/2016** Valor da Multa: **R\$ 89,40**
Número do Processo: **15.0.000001132-8**
Descrição/Justificativa: **Atraso na entrega do objeto da NE nº 2015NE002006, conforme consta dos autos do Processo 15.0.000001132-8.**

Ocorrência 21:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL**
Data Aplicação: **01/02/2017** Valor da Multa: **R\$ 1.575,00**
Número do Processo: **20.043/2015**
Descrição/Justificativa: **Multa moratória, com fulcro no caput do art. 86 da Lei 8.666/93 e no art. 7 da Lei 10.520/2002, bem como no Parágrafo Quinto da Cláusula Oitava do Contrato de Fornecimento e Instalação 66/2016.**

Ocorrência 22:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **179085 - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A**
Data Aplicação: **17/07/2018** Valor da Multa: **R\$ 237,13**
Número do Processo: **2017/091** Número do Contrato: **AF 2017/004**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento do Item 3- Condições de Entrega, subitem 3.3 - Prazo de Entrega.**

Ocorrência 23:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **179085 - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A**
Data Aplicação: **12/12/2018** Valor da Multa: **R\$ 112,18**
Número do Processo: **2017/185** Número do Contrato: **AF 2017/232**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento do item 3 - Condições de Entrega - subitem 3.3 - Prazo de Entrega.**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 24:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **179085 - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A**
Data Aplicação: **17/07/2018** Valor da Multa: **R\$ 833,69**
Número do Processo: **2017/186** Número do Contrato: **AF 2016/1466**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento do Item 3 - Condições de Entrega, subitem 3.3 - Prazo de Entrega.**

Ocorrência 25:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **179085 - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A**
Data Aplicação: **12/03/2019** Valor da Multa: **R\$ 990,07**
Número do Processo: **2017/198** Número do Contrato: **AF 2017/412**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento do item 3 - Condições de Entrega, subitem 3.3 - Prazo de Entrega.**

Ocorrência 26:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **179085 - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A**
Data Aplicação: **12/03/2019** Valor da Multa: **R\$ 1.700,50**
Número do Processo: **2018/028** Número do Contrato: **AF 2017/850**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento do item 3 - Condições de Entrega.**

Ocorrência 27:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **179085 - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A**
Data Aplicação: **18/06/2019** Valor da Multa: **R\$ 3.265,91**
Número do Processo: **2018/230** Número do Contrato: **AF 2017/1149**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento do Item 3 - Condições de Entrega - Subitem 3.3.**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 28:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **153173 - FNDE-MEC-FUNDO NAC.DE DESENV.DA EDUCACAO/DF**
Data Aplicação: **09/02/2021** Valor da Multa: **R\$ 44.987,50**
Número do Processo: **23034.014977/2020** Número do Contrato: **PE 10/2017**
Descrição/Justificativa: **Em razão da falta de manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e seus anexos, especificamente em relação à qualidade de produtos entregues, quando comparados aos protótipos aprovados durante a fase de habilitação no certame licitatório, conforme as especificações técnicas estabelecidas nos subitens 3.1.1.2., 3.1.1.6., 3.2.1.2., 3.3.1.2., 3.3.1.10., 4.1.2., 4.1.6., 4.1.8., 4.1.11., 4.3.1., 4.3.2.1., 4.4.1., 4.4.3., 4.5.2., 4.5.6. dos Cadernos de Informações Técnicas - CIT, referentes aos itens CJA-04, CJA-05 e CJA-06, anexos ao edital do Pregão nº 10/2017 e o Despacho DIRAD nº 2192203/2021 (SEI nº 2192203).**

Ocorrência 29:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **926224 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE RONDONIA**
Data Aplicação: **27/08/2019** Valor da Multa: **R\$ 905,00**
Número do Processo: **3001.0474.2019**
Descrição/Justificativa: **Atraso de montagem do objeto.**

Ocorrência 30:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**
Data Aplicação: **16/04/2013** Valor da Multa: **R\$ 89,59**
Número do Processo: **343/2013** Número do Contrato: **não se aplica**
Descrição/Justificativa: **Multa moratória aplicada com fundamento no art. 86, da Lei 8.666/1993, e item 11.1 do Conterato STJ n. 40/2012, devido ao atraso na entrega do material objeto da Ordem de Serviço n. 01/2013.
MULTA RECOLHIDA.**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 31:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **510280 - GERÊNCIA EXECUTIVA CAMPO GRANDE/MS**
Data Aplicação: **16/04/2013** Valor da Multa: **R\$ 1.047,72**
Número do Processo: **35092.000417/2012** Número do Contrato: **53/2012**
Descrição/Justificativa: **GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM CAMPO GRANDE/MS, RESOLVE AOPLICAR PENALIDADE DE MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DOS MATERIAS NO VALOR DE R\$1.047,72, SOBRE O VALOR TOTAL DA NOTA FISCAL Nº 5044/2013, COM BASE NA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO CONTRATO Nº 53/2012, REF. PREGAO ELETRONICO Nº 06/2011, CONFORME CONSTA DO CONTRATO JÁ DESCONTADO POR OCASIÃO DO PAGAMENTO.**

Ocorrência 32:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **511845 - GERÊNCIA EXECUTIVA CONTAGEM/MG**
Data Aplicação: **19/02/2013** Valor da Multa: **R\$ 161,43**
Número do Processo: **35113000010201385** Número do Contrato: **67/2012**
Descrição/Justificativa: **Atraso de 2 dias na entrega do material.**

Ocorrência 33:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **511851 - GERENCIA EXECUTIVA OURO PRETO**
Data Aplicação: **05/05/2015** Valor da Multa: **R\$ 129,79**
Número do Processo: **35140000891201498** Número do Contrato: **14/2014**
Descrição/Justificativa: **Penalidade aplicada devido ao atraso na entrega de parte dos itens contratados, em desatendimento da Cláusula Décima Quinta, inciso II, alínea b.1 do Contrato.**

Ocorrência 34:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **510670 - GERÊNCIA EXECUTIVA CURITIBA/PR**
Data Aplicação: **06/11/2012** Valor da Multa: **R\$ 853,03**
Número do Processo: **35183001849201226** Número do Contrato: **55/2012**
Descrição/Justificativa: **Atraso na execução do contrato.**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 35:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **510917 - GERÊNCIA EXECUTIVA IJUÍ/RS**
Data Aplicação: **05/03/2015** Valor da Multa: **R\$ 1.231,02**
Número do Processo: **35263000079201476** Número do Contrato: **25/2014**
Descrição/Justificativa: **Atraso de 32 (trinta e dois) dias na montagem das cadeiras, desrespeitando a Cláusula Décima Primeira, inciso I, bem como Cláusula Décima Quinta do Contrato nº 25/2014, pregão eletrônico/SRP nº11/2013.**

Ocorrência 36:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **510170 - GERÊNCIA EXECUTIVA FLORIANÓPOLIS/SC**
Data Aplicação: **31/03/2015** Valor da Multa: **R\$ 32,11**
Número do Processo: **35346001184/14-11** Número do Contrato: **53/2014**
Descrição/Justificativa: **Multa por atraso na entrega da mercadoria (cadeira giratória) - 16 dias de atraso.**

Ocorrência 37:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **70025 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO D. FEDERAL**
Data Aplicação: **13/03/2014** Valor da Multa: **R\$ 627,00**
Número do Processo: **44.622/2013** Número do Contrato: **44/2013**
Descrição/Justificativa: **Atraso injustificado na entrega do objeto do contrato n. 44/2013 (PA 44.622/2013), mobiliário permanente.**

Ocorrência 38:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **70014 - TRE-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MG**
Data Aplicação: **13/06/2011** Valor da Multa: **R\$ 1.889,60**
Número do Processo: **6000124/2011**
Descrição/Justificativa: **Aplicação de multa, no valor de R\$1.889,60 (um mil oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos) com fulcro no art. 86 da Lei n. 8.666/93, c/c Cláusula Nona da Ata de Registro de Preços nº 41/2010, em razão de atraso na entrega. A empresa efetuou o recolhimento da multa, conforme comprovado no documento nº 6028904/2011 do PAD.**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 39:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**
Data Aplicação: **26/12/2012** Valor da Multa: **R\$ 45,43**
Número do Processo: **6561/2012** Número do Contrato: **Não se Aplica.**
Descrição/Justificativa: **Aplicação de multa por atraso na entrega do material constante na Ordem de Serviço STJ n. 06/2012, decidido no PA STJ 6561/2012.**

Ocorrência 40:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**
Data Aplicação: **05/12/2012** Valor da Multa: **R\$ 70,63**
Número do Processo: **6561/2012** Número do Contrato: **40/2012**
Descrição/Justificativa: **Multa moratória aplicada com base no artigo 86, da Lei 8.666/1993, devido ao atraso de 08 dias na entrega do material objeto da nota de empenho 1067/2012, referente ao contrato STJ n. 40/2012.**

Ocorrência 41:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **925603 - PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA AD.EST. DO RN**
Data Aplicação: **15/08/2016** Valor da Multa: **R\$ 3.927,00**
Número do Processo: **8314/2016** Número do Contrato: **04/2016**
Descrição/Justificativa: **Conforme item 22.5 do Edital, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Procuradoria-Geral de Justiça/RN poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado a sanção de Multa, em virtude de atraso na substituição do material objeto da licitação.**

Ocorrência 42:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL**
Data Aplicação: **19/02/2014** Valor da Multa: **R\$ 1.267,36**
Número do Processo: **PA.06.441/2013**
Descrição/Justificativa: **Aplicação de multa em virtude do atraso de 08 (oito) dias na entrega do material constante na NF nº 7209, com fulcro no art. 86, caput, da Lei 8.666, de 1993, e a alínea "a" do item I do Paragrafo Primeiro da Clausula Décima Quarta do Contrato e Aquisição Nº 123/2013.**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 43:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **70014 - TRE-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MG**
Data Aplicação: **07/07/2011** Valor da Multa: **R\$ 494,74**
Número do Processo: **PAD:6000169/2011**
Descrição/Justificativa: **Aplicação de multa, no valor de R\$494,74 (quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos) com fulcro na Cláusula Nona, Parágrafo Primeiro, da Ata de Registro de Preços n.º41/2010 e no art. 86 da Lei n.º8.666/93, em razão de atraso na entrega. A empresa efetuou o recolhimento da multa, conforme informação constante nos autos.**

Ocorrência 44:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL**
Data Aplicação: **24/03/2014** Valor da Multa: **R\$ 1.388,40**
Número do Processo: **PA N. 6.283/2013**
Descrição/Justificativa: **Em virtude do atraso na entrega do material constante na Nota Fiscal N. 7743.**

Ocorrência 45:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **90016 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - RJ**
Data Aplicação: **30/04/2012** Valor da Multa: **R\$ 2.155,36**
Número do Processo: **RJ-EOF-2011/01009** Número do Contrato: **DANFE nºs 2425 / 2665**
Descrição/Justificativa: **A Justiça Federal de Primeiro Grau do Rio de Janeiro torna público que a sra. Diretora da Secretaria Geral, Dra. Luciene da Cunha Dau Miguel, decidiu aplicar à empresa TECNO 2000 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. (CNPJ: 21.306.287/0001-52) a penalidade de multa pelo atraso de 16 (dezesesseis) dias na entrega do material objeto do DANFE nº 000002425 e de 4 (quatro) dias na entrega do material objeto do DANFE nº 000002665, nos termos do subitem 16.2.2 do Item 16 - Das Sanções Administrativas, do Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº 07/2011 do Comando Militar do Sul - 5º Região Militar - 5º Divisão de Exército, c/c o disposto no art. 87, II, da Lei nº 8.666/93.**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 46:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**
Data Aplicação: **19/02/2014** Valor da Multa: **R\$ 4.156,71**
Número do Processo: **STJ nº 12994/2013** Número do Contrato: **Contrato STJ nº 80/2013**
Descrição/Justificativa: **Aplicação de multa moratória, conforme previsto no art. 86 da Lei 8.666/93 e no item 12.1 da Cláusula Doze do Contrato STJ nº 80/2013, devido ao atraso na entrega do material objeto da Ordem de Serviço nº 01/2013. MULTA RECOLHIDA.**

Ocorrência 47:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**
Data Aplicação: **12/08/2014** Valor da Multa: **R\$ 2.625,36**
Número do Processo: **STJ nº 355/2014** Número do Contrato: **Contrato STJ nº 80/2013**
Descrição/Justificativa: **Aplicação de multa moratória, nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/1993 e do item nº 12.1 da cláusula DOZE do Contrato STJ nº 80/2013, devido ao atraso na entrega do material objeto do referido contrato. MULTA RECOLHIDA.**

Ocorrência 48:

Tipo Ocorrência: **Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª**
Motivo: **Retardamento da execução do objeto ou não manutenção da proposta**
UASG Sancionadora: **925045 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO EST. DE SANTA CATARINA**
Âmbito da Sanção: **Estado**
Prazo: **Determinado**
Prazo Inicial: **28/07/2020** Prazo Final: **11/08/2020**
Número do Processo: **0022812-02.2020.8**
Descrição/Justificativa: **PE 39/2020 - Em razão de danos causados à Administração, consistentes no atraso na finalização do certame e na demanda de tempo por parte do pregoeiro e equipe técnica.**

Ocorrência 49:

Tipo Ocorrência: **Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª**
Motivo: **Não apresentação de documentação exigida no certame ou apresentação de documentação falsa**
UASG Sancionadora: **40003 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA**
Âmbito da Sanção: **União**
Prazo: **Determinado**
Prazo Inicial: **09/05/2018** Prazo Final: **09/05/2018**
Número do Processo: **07300/2016** Número do Contrato: **PE n 31/2012 e 09/2013**
Descrição/Justificativa: **Ocorrência de conduta vedada pelo artigo 7ª da Lei 10.520/2002**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 50:

Tipo Ocorrência:	Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª		
Motivo:	Retardamento da execução do objeto ou não manutenção da proposta		
UASG Sancionadora:	200036 - PROCURADORIA REG.DO TRABALHO 3A. REGIAO - MG		
Âmbito da Sanção:	União		
Prazo:	Determinado		
Prazo Inicial:	25/05/2016	Prazo Final:	28/06/2016
Número do Processo:	203000013740/2014		
Descrição/Justificativa:	A empresa não encaminhou versão original da proposta referente ao lote 2 e nos lotes 3 e 4 deixou de enviar as amostras exigidas pelo item 14.1 do edital, incorrendo na hipótese prevista no art 7ª da Lei nº 10.520/2002, art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 e nas alíneas "a" e "d" do item 25.3 do edital do PESRP 06/2014.		

Ocorrência 51:

Tipo Ocorrência:	Outros Tipos de Ocorrência		
UASG Sancionadora:	176019 - BB - CSL - BELO HORIZONTE (MG)		
	Impeditiva:	Não	
Número do Processo:	2020/197955(7417)	Número do Contrato:	201874219273
Descrição/Justificativa:	Descumprimento da Cláusula Décima do contrato 2018.7421.9273, acarretando a aplicação da multa moratória no valor de R\$2.537,50 (dois mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).		

Ocorrência 52:

Tipo Ocorrência:	Outros Tipos de Ocorrência		
UASG Sancionadora:	176019 - BB - CSL - BELO HORIZONTE (MG)		
	Impeditiva:	Não	
Número do Processo:	2020/199443(7417)	Número do Contrato:	201874219273
Descrição/Justificativa:	Descumprimento da cláusula Décima Primeira do contrato Nº201874219273, caracterizado pelo atraso na entrega das solicitações de entregas, acarretando na aplicação da multa moratória no valor de R\$8.188,00 (oito mil, cento e oitenta e oito reais).		

Ocorrência 53:

Tipo Ocorrência:	Outros Tipos de Ocorrência		
UASG Sancionadora:	413008 - ESCRITORIO REGIONAL 7		
Âmbito da Sanção:	União		
		Impeditiva:	Não
Número do Processo:	53542003732201402		
Descrição/Justificativa:	MULTA de R\$ 6.568,39 decorrente de conduta praticada em face do Edital de Pregão Eletrônico n. 26/2013-GR07 por não manter a proposta, conf. Despacho Decisório nº 105/2019/PR.		

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 54:

Tipo Ocorrência: **Legado**
UASG Sancionadora: **90023 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - DF**
Número do Processo: **750/2002**
Descrição/Justificativa: **MULTA DE MORA, NO VALOR DE R\$ 11,34 (ONZE REAIS E TRINTA E QUATRO CEN-TAVOS), EM FACE DO ATRASO DE 03 (TRÊS) DIAS NA ENTREGA DO MATERIAL OBJETO DA NOTA DE EMPENHO N.º. 2002NE000910, NO VALOR DE R\$ 1.512,00**

Ocorrência 55:

Tipo Ocorrência: **Legado**
UASG Sancionadora: **100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL**
Número do Processo: **PA 8.854/2007**
Descrição/Justificativa: **A SECRETÁRIA-GERAL DO TJDFDT DECIDIU APLICAR A PENALIDADE DE MULTA À EMPRESA TECNO 2000 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, NO VALOR DE R\$ 587,72 - (QUINHENTO E OITENTA E SETE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS), COM FULCRO NO ART. 86 DA LEI N. 8.666/93, EM RAZÃO DO ATRASO NA ENTREGA DO MATERIAL CONSTANTE DA NOTA FISCAL N. 4990, OBJETO DA NOTA DE EMPENHO 2007NE000800. O VALOR DA MULTA ACIMA CITADO FOI RECOLHIDO E APROPRIADO PELO TJDFDT.**

Ocorrência 56:

Tipo Ocorrência: **Legado**
UASG Sancionadora: **100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL**
Número do Processo: **PA 8.854/2007**
Descrição/Justificativa: **A SECRETÁRIA-GERAL DO TJDFDT, DECIDIU APLICAR A PENALIDADE DE MULTA À EMPRESA TECNO 2000 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, COM FULCRO NO ART. 86 DA LEI N. 8.666/93, EM RAZÃO DO ATRASO NA ENTREGA DO MATERIAL CONSTANTE DA NOTA FISCAL N. 4990, OBJETO DA NOTA DE EMPENHO 2007NE000800. O VALOR DA MULTA ACIMA CITADO FOI RECOLHIDO E APROPRIADO PELO TJDFDT.**

Ocorrência 57:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**
UASG Sancionadora: **100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **23/06/2020**
Data Aplicação: **23/06/2020**
Número do Processo: **0013263/2018** Número do Contrato: **2019NE001208**
Descrição/Justificativa: **MULTA MORATÓRIA NO VALOR DE R\$ 1.367,01 EM VIRTUDE DE ATRASO NA ENTREGA DAS CADEIRAS**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 58:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**
UASG Sancionadora: **70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **11/07/2019**
Data Aplicação: **11/07/2019**
Número do Processo: **017013/2018** Número do Contrato: **2018NE001644**
Descrição/Justificativa: **A adequação dos bens foi concluída em 05.10.18, com 18 (dezoito) dias de atraso. com esteio no item 9.1, alínea "a", do TR e no parecer da Assessoria Jurídica, que opina pela diminuição do percentual de multa de 1% (um por cento) para 0,5% (meio por cento) ao dia, aplica-se a penalidade de multa de R\$7.866,00 (sete mil, oitocentos e sessenta e seis reais).**

Ocorrência 59:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**
UASG Sancionadora: **50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **27/02/2019**
Data Aplicação: **27/02/2019**
Número do Processo: **037455/2018** Número do Contrato: **2018NE002289**
Descrição/Justificativa: **Aplicação da penalidade de multa de mora à empresa TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, no valor de R\$ 693,00 (seiscentos e noventa e três reais), devido ao atraso de 21 (vinte e um) dias na entrega do objeto da nota de empenho nº 2018NE002289, sem prejuízo do prazo para apresentação de recurso, nos termos do art. 109, I, "f", da Lei nº 8.666/1993.**

Ocorrência 60:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
Motivo: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
UASG Sancionadora: **925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **08/04/2021**
Data Aplicação: **08/04/2021**
Número do Processo: **041.000.567/2020** Número do Contrato: **2020/052**
Descrição/Justificativa: **Multa, no valor de R\$ 3.697,20 (três mil seiscentos e noventa e sete reais e vinte centavos), pelo atraso de 26 dias na entrega do mobiliário que constou da Autorização de Compra nº 323/2020.**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 61:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
Motivo: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
UASG Sancionadora: **925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **25/02/2021**
Data Aplicação: **25/02/2021**
Número do Processo: **041.000.567/2020** Número do Contrato: **052/2020**
Descrição/Justificativa: **Advertência, pelo atraso no fornecimento de imobiliário corporativo.**

Ocorrência 62:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**
UASG Sancionadora: **200119 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RS**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **07/02/2019**
Data Aplicação: **07/02/2019**
Número do Processo: **08660.019344/2014** Número do Contrato: **26/2012**
Descrição/Justificativa: **MULTA MORATÓRIA no valor de R\$1.136,87 (hum mil cento e trinta e seis reais e oitenta e sete centavos), pelo atraso injustificado na entrega dos materiais, conforme Contrato nº26/2012, Nota de empenho 2012NE801285, decorrente do Pregão eletrônico SRP n 008/2011/SRPRF/GO, ARP n 001/2011 no qual a SRPRF/RS atuou na condição de Unidade Participante, com fundamento no subitem 17.2, alíneas "b1" e "b3", do instrumento convocatório**

Ocorrência 63:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**
UASG Sancionadora: **100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL**
Impeditiva: **Não**
Número do Processo: **10.027/2016** Número do Contrato: **89/2016**
Descrição/Justificativa: **POR MOTIVO DE ATRASOS NA ENTREGA DOS PRODUTOS DO OBJETO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO N. 89/2016, REFERENTE À NOTA DE EMPENHO N. 2016NE001191.**

Ocorrência 64:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**
UASG Sancionadora: **926092 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO PIAUI**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **17/08/2020**
Data Aplicação: **17/08/2020**
Número do Processo: **4652/2020-08** Número do Contrato: **15/2018**
Descrição/Justificativa: **Aplicar à empresa a sanção de multa no valor de R\$ 14.681,25 (catorze mil seiscentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos) em razão da inobservância do prazo estabelecido para entrega do objeto contratual.**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 65:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**
UASG Sancionadora: **926092 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO PIAUI**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **19/08/2020**
Data Aplicação: **19/08/2020**
Número do Processo: **4772/2020-66** Número do Contrato: **42/2019**
Descrição/Justificativa: **Aplicar à empresa a sanção de multa no valor de R\$ 1.371,30 (mil trezentos e setenta e um reais e trinta centavos) em razão da inobservância do prazo disposto para entrega do objeto contratual.**

Ocorrência 66:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**
UASG Sancionadora: **50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **06/03/2020**
Data Aplicação: **06/03/2020**
Número do Processo: **STJ n. 4118/2020**
Descrição/Justificativa: **Multa de mora de R\$ 348,85, com fundamento no artigo 86 da Lei 8.666/1993 c/c a cláusula nº 12.1.2 do Contrato STJ nº 74/2019.**



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 21.306.287/0001-52 DUNS®: 904755753
Razão Social: TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ: 21.306.287/0001-52 DUNS®: 904755753
Razão Social: TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível I - Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 21.306.287/0001-52 DUNS®: 904755753
Razão Social: TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 26/05/2022

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: **Demais**
Inscrição Estadual: 2614310460066 Inscrição Municipal: 1004038
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA MEI: Não
Capital Social: R\$ 15.000.000,00 Data de Abertura da Empresa: 12/02/1980
CNAE Primário: 3101-2/00 - FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA
CNAE Secundário 1: 2599-3/99 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE METAL NÃO
CNAE Secundário 2: 2822-4/02 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E
CNAE Secundário 3: 2930-1/01 - FABRICAÇÃO DE CABINES, CARROCERIAS E REBOQUES
CNAE Secundário 4: 3102-1/00 - FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE
CNAE Secundário 5: 3329-5/01 - SERVIÇOS DE MONTAGEM DE MÓVEIS DE QUALQUER
CNAE Secundário 6: 4754-7/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS
CNAE Secundário 7: 5212-5/00 - CARGA E DESCARGA
CNAE Secundário 8: 7719-5/99 - LOCAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NÃO
CNAE Secundário 9: 8211-3/00 - SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO

Dados para Contato

CEP: 35.574-825
Endereço: RUA VEREADOR DECIO DE PAULA, 101 - PLANALTO
Município / UF: Formiga / Minas Gerais
Telefone: (37) 33291000
E-mail: CONTABILIDADE2@TECNO2000.COM.BR

Relatório Nível I - Credenciamento

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 274.710.716-72
Nome: JORDANO CASTRO NASCIMENTO
Carteira de Identidade: 11066 Órgão Expedidor: CREA/DF
Data de Expedição: 10/07/2001 Data de Nascimento: 13/04/1954
E-mail: jordano@tecno2000.com.br

Relatório Nível I - Credenciamento

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CNPJ: 20.496.725/0001-20 Participação Societária: 99,97%
Nome: FORMAUTO PECAS E SERVICOS LTDA
Data Abertura Empresa: 20/04/1971
CEP: 35.570-000
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO, 531 - CENTRO
Município / UF: Formiga / Minas Gerais
Telefone:
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 551.648.626-20 Participação Societária: 0,01%
Nome: DAMASO CASTRO NASCIMENTO
Carteira de Identidade: 3123930 Órgão Expedidor: SSP/MG
Data de Expedição: 16/04/2007 Data de Nascimento: 26/05/1963
Filiação Materna: IEDA CASTRO NASCIMENTO
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 003.584.736-08
Nome: JULIANA BRUZZI FREIRE NASCIMENTO
Carteira de Identidade: MG5655157 Órgão Expedidor: SSP MG
Data de Expedição: 15/10/1998
CEP: 35.573-122
Endereço: RUA SEBASTIAO MANECA, 150 - LAGOA DO FUNDAO
Município / UF: Formiga / Minas Gerais
Telefone: (37) 33223204
E-mail: jordano@tecno2000.com.br

Relatório Nível I - Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 3

CPF: 274.710.716-72 Participação Societária: 0,01%
Nome: JORDANO CASTRO NASCIMENTO
Carteira de Identidade: M-3.773.321 Órgão Expedidor: SSP/MG
Data de Expedição: 30/08/1981 Data de Nascimento: 13/04/1954
Filiação Materna: IEDDA CASTRO NASCIMENTO
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 221.082.461-34
Nome: MARIA CLAUDIA PIRES NASCIMENTO
Carteira de Identidade: 384605 Órgão Expedidor: sspdf
Data de Expedição: 01/07/1975

CEP: 71.650-025
Endereço: SETOR SHIS SETOR HABITACIONAL INDIVIDUAL SU, QL 18 - CONJ. 02
Município / UF: BRASÍLIA / Distrito Federal
Telefone: (37) 91732000
E-mail: jordano@tecno2000.com.br

Dados do Sócio/Administrador 4

CPF: 648.468.906-78 Participação Societária: 0,01%
Nome: MARDEN CASTRO NASCIMENTO
Carteira de Identidade: 6233995 Órgão Expedidor: SSP/MG
Data de Expedição: 20/12/2009 Data de Nascimento: 13/04/1968
Filiação Materna: YEDA CASTRO NASCIMENTO
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 054.615.766-13
Nome: MARCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA SOUZA NASCIMENTO
Carteira de Identidade: MG11150139 Órgão Expedidor: SSP MG
Data de Expedição: 22/08/2006

CEP: 35.570-078
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO, 555 - APTO 201 - CENTRO
Município / UF: Formiga / Minas Gerais
Telefone: (37) 33214486
E-mail: jordano@tecno2000.com.br

Relatório Nível I - Credenciamento

Dirigentes

Dados do Dirigente 1

CPF: 274.710.716-72
Nome: JORDANO CASTRO NASCIMENTO
Carteira de Identidade: M-3.773.321 Órgão Expedidor: SSP/MG
Data de Expedição: 30/08/1981 Data de Nascimento: 13/04/1954
Filiação Materna: IEDDA CASTRO NASCIMENTO
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 221.082.461-34
Nome: MARIA CLAUDIA PIRES NASCIMENTO
Carteira de Identidade: 384605 Órgão Expedidor: sspdf
Data de Expedição: 01/07/1975

CEP: 71.650-025
Endereço: SETOR SHIS SETOR HABITACIONAL INDIVIDUAL SU, QL 18 - CONJ. 02
Município / UF: BRASÍLIA / Distrito Federal
Telefone: (37) 91732000
E-mail: jordano@tecno2000.com.br

Linhas Fornecimento

Materiais

3590 - EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS E COMERCIAIS
3610 - EQUIPAMENTO PARA IMPRESSÃO, DUPLICAÇÃO E ENCADERNAÇÃO
5340 - FERRAGENS DIVERSAS
5530 - COMPENSADOS E FOLHEADOS
5640 - PAINEL DE PAPELÃO, PAPEL EMPREGADO EM CONSTRUÇÃO E MATERIAIS DE ISOLAMENTO TÉRMICO
5805 - EQUIPAMENTO TELEFÔNICO E TELEGRÁFICO
6530 - MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E SUPRIMENTOS HOSPITALARES
6640 - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE LABORATÓRIO
7025 - UNIDADES DE ARMAZENAMENTO DE ENTRADA E SAÍDA DE DADOS
7105 - MOBILIÁRIO DOMÉSTICO
7110 - MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO
7125 - ARMÁRIOS E ESTANTES
7195 - MOBILIÁRIOS DIVERSOS E ACESSÓRIOS
7210 - UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS
7290 - UTENSÍLIOS COMERCIAIS E DOMÉSTICOS DIVERSOS
7520 - ACESSÓRIOS E DISPOSITIVOS PARA ESCRITÓRIO
8465 - EQUIPAMENTOS INDIVIDUAIS



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

FORMIGA

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: TECNO2000 LTDA
CNPJ: 21.306.287/0001-52

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 04 de Maio de 2021 às 09:43

FORMIGA, 04 de Maio de 2021 às 09:43

Código de Autenticação: 2105-0409-4315-0538-9877

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folha(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

FORMIGA

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: TECNO2000 LTDA
CNPJ: 21.306.287/0001-52

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 04 de Maio de 2021 às 09:43

FORMIGA, 04 de Maio de 2021 às 09:43

Código de Autenticação: 2105-0409-4315-0538-9877

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folha(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

ATESTADO**FORNECIMENTO DE BENS/MATERIAIS**

ATESTAMOS, para fim exclusivo de participação em licitação, que a empresa **TECNO2000 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA** com sede na Rua Vereador Décio de Paula, 10 - Planalto - Formiga - MG, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda /CNPJ/ sob o número 21.306.287/0001-52 forneceu ao Banco do Brasil S.A., até a presente data, os bens abaixo relacionados no período de 17/03/2015 a 21/08/2016.

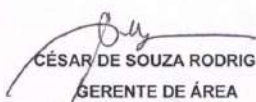
Atas Registro de Preços: 201574170583, 201574170449, 201574170451, 201574170958, 201574170957, 201574170959, 201574170580, 201574170450, 201574170581, 201574194255.

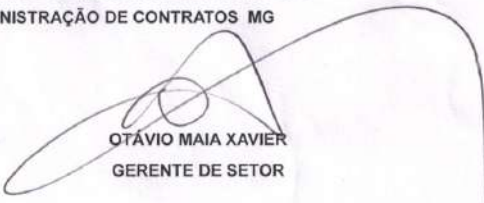
Vigência : de 17/03/2015 a 21/08/2016.

Descrição	Quantidade
CADEIRA ALTA GIRATORIA C/BRACO	75
CADEIRA BASE FIXA PRETA - COURO	135
CADEIRA BASE FIXA PRETA-TECIDO	418
CADEIRA OPERACIONAL PRETA ESPALDAR MEDIO TECIDO	7
CADEIRA OPERACIONAL PRETA ESPALDAR MEDIO COURO	3696
CADEIRA OPERACIONAL PRETA ESPALDAR ALTO	86
CADEIRAS ESPECIAL ESTILO/ATACADO 2.0	22795
CADEIRAS OPERACIONAIS	19990
CONJUNTO CADEIRAS ESPERA C-6 VINIL	1348

Belo Horizonte - MG, 23 de Agosto de 2016

BANCO DO BRASIL S.A
DIRETORIA SUPRIMENTOS CORPORATIVOS E PATRIMÔNIO
CESUP ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS MG


CÉSAR DE SOUZA RODRIGUES
GERENTE DE ÁREA


OTÁVIO MAIA XAVIER
GERENTE DE SETOR

CEP: 30160-012 Tel: (31) 3280-6561

Rua da Bahia, 2500 Belo Horizonte MG -

1

Mod. 0.03.007-4 - SISBB 99176
Novembro/2014 - Grafi Rio



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **15/12/2020 09:53:22 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Autenticação Digital*.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 115340912202476115802-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b66a3c53b3bda6dcc176acc0e4c7d3192ab2ea462ad7de1f6bb15fe44fae039436faf6b41c09821732e59f137de156ac150
c57f7019bb52cfbebdfe5bdc42b422



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





Declaração de Execução Contratual

Grau de sigilo

#PÚBLICO

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 00.360.305/0001-04, por meio da sua Gerência de Filial Logística/GILOG/BR - unidade responsável pela Gestão Operacional de Contratos, gillogbr04@caixa.gov.br, situada no SAUS Quadra 3 Bloco E - Brasília/DF, CEP 70070-030, declara, a pedido da interessada, que manteve com a empresa TECNO2000 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ/MF nº 21.306.287/0001-52, Endereço: RUA VEREADOR DÉCIO DE PAULA, 101 - PLANALTO - FORMIGA/MG, Ata de Registro de Preços nº 6483/2018, conforme abaixo discriminado:

- Objeto do Contrato: A presente Ata tem por objeto o fornecimento e instalação de mobiliários: sofás, longarinas, poltronas e cadeiras, para atendimento às unidades da CAIXA em âmbito nacional;

Quantidade: registrados e fornecidos os quantitativos abaixo:

CFFV - CADEIRA FIXA COM BASE FIXA EM VINIL: 520;

CFA - CADEIRA FIXA ALTA COM BASE GIRATÓRIA E APOIA PÉS: 300;

CFC - CADEIRA FIXA COM BASE FIXA PARA COPA: 780;

CFFT - CADEIRA FIXA COM BASE FIXA EM TECIDO: 5000;

CFG2 - CADEIRA FIXA COM RODÍZIOS E BASE GIRATÓRIA: 2700;

CFP - CADEIRA FIXA COM BASE FIXA E PRANCHETA: 700;

L2T - LONGARINA DE 2 LUGARES EM TECIDO: 300;

L2V - LONGARINA DE 2 LUGARES EM VINIL: 500;

L3T - LONGARINA DE 3 LUGARES EM TECIDO: 300;

L3V - LONGARINA DE 3 LUGARES EM VINIL: 500;

LXT - LONGARINA DE 1 LUGAR TAMANHO XG EM TECIDO: 200;

LXV - LONGARINA DE 1 LUGAR TAMANHO XG EM VINIL: 200;

PA1 - POLTRONA COM RODÍZIOS E ESPALDAR ALTO: 1.608,00

PA2 - POLTRONA C/ RODÍZIOS ESPALDAR ALTO C/ APOIO DE CABEÇA: 400;

PA3 - POLTRONA C/ ROD ESP TELADO ALTO C/ APOIO DE CABEÇA: 250;

PM1 - POLTRONA COM RODÍZIOS E ESPALDAR MÉDIO: 8000;

PXG - POLTRONA COM RODÍZIOS E ESPALDAR MÉDIO TAMANHO XG: 80;

S1L - SOFÁ 1 LUGAR 810x700x778mm: 100;

S2L - SOFÁ 2 LUGARES 1415x700x778mm: 100.

- Prazo contratual/vigência da Ata: 15/06/2018 a 14/06/2019.

Declaramos, também, que a ata foi assinada em 13/06/2018 e que a empresa cumpriu com todas as obrigações assumidas, não havendo nada que a desabone com relação a quantidade, qualidade e prazos de entrega/prestação dos serviços.

Brasília, 26 de setembro de 2019
Local/Data

Helica Teles Picanço

HELICA TELES PICANÇO
Coordenador
Matr. 115.931-7
GI Logística Brasília/DF
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Assinatura, sob carimbo, do responsável pela emissão
GILOG - Gerência de Filial Logística/Suprimentos

19.228 v008 micro

1

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autêntico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ***** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/115340912203571507599



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 115340912203571507599-1
Data: 09/12/2020 12:02:40
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKU51163-R1GG;



CNPJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Váber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
TJPB
Titular



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **15/12/2020 09:54:21 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Autenticação Digital*.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 115340912203571507599-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b66a3c53b3bda6dcc176acc0e4c7d3192b90f984fd7285702977bc0212b78292a0c49cb3b1e1627c367025bc32703bae650c57f7019bb52cfbebdfe5bdc42b422



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2014/14847 (7417) CENOP LOGÍSTICA BELO HORIZONTE (MG)

REGISTRO DE PREÇOS

NOVO EDITAL - ERRATA

OBJETO: Registro de preços para fornecimento e montagem de **Cadeiras (Conjunto de Espera C6 - Vinil, Operacional Giratória C2 - Tecido, Base Fixa C5 - Vinil e Base Fixa C5 - Tecido)**, em diversas dependências do Banco do Brasil S.A. situadas no país, conforme especificações constantes no Anexo 01 do Edital.

LOTE 01: Para entrega e montagem em dependências situadas nos Estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

LOTE 02: Para entrega e montagem em dependências situadas nos Estados de Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Amapá, Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul.

LOTE 03: Para entrega e montagem em dependências situadas no Estado de São Paulo.

IMPORTANTE:

- **Recebimento das Propostas até:**
data limite: 22.01.2015 às 09:00 horas.
- **Abertura da Sessão:**
22.01.2015 às 09:00 horas.
- **Início da Disputa de Preços:**
22.01.2015 às 09:30 horas.
- **Formalização de Consultas: até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.**
- e-mail: licitacoes.csl.bh@bb.com.br com cópia para os e-mails jacque.soraya@bb.com.br e paulodue@bb.com.br, informando o n.º da licitação.
- **Problemas com conexão e/ou dúvidas sobre o site “licitacoes-e”:**
- Capitais e Regiões Metropolitanas: Telefone: 3003-0500;
- Demais Localidades: Telefone: 0800-7290500.

=====

BANCO DO BRASIL S.A.

www.licitacoes-e.com.br

Pregão Eletrônico n ° 2014/14847 (7417) – CENTRO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA – BH (MG)

pág. 2

=====

- **Referência de Tempo:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

ÍNDICE**1. EDITAL:****SEÇÃO I**

ITEM	ASSUNTO
1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
2	OBJETO
3	ITENS ORÇAMENTÁRIOS
4	FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS
5	RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS.
6	REFERÊNCIA DE TEMPO

SEÇÃO II

ITEM	ASSUNTO
7.	CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
8.	REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME
9.	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
10.	IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS
11.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
12.	ATA DO REGISTRO DE PREÇOS
13.	CONDIÇÕES CONTRATUAIS
14.	GARANTIA DOS BENS
15.	CADASTRO DE RESERVA
16.	DISPOSIÇÕES FINAIS

2. ANEXOS AO EDITAL:

ANEXO 01:	DESCRIÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO/ESPECIFICAÇÃO
ANEXO 02:	EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO E LINHAS DE FORNECIMENTO NO SICAF
ANEXO 03:	MINUTA DE PROCURAÇÃO
ANEXO 04:	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA - MENOR DE 18 ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE 16 ANOS, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, A PARTIR DE 14 ANOS
ANEXO 05:	MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE
ANEXO 06:	DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
ANEXO 07:	MINUTA DE CARTA-PROPOSTA – conforme item 8.4.19 do edital
ANEXO 08:	MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
	Documento Nº 01 da Ata – Preços Registrados
	Documento Nº 02 da Ata – Especificação Técnica do Objeto
	Documento Nº 03 da Ata – Minuta de Solicitação de Entrega
	Documento Nº 04 da Ata – Termo de Entrega
	Documento Nº 05 da Ata – Minuta de Declaração de Isenção e Imunidade de Tributos

=====

BANCO DO BRASIL S.A.

www.licitacoes-e.com.br

Pregão Eletrônico n ° 2014/14847 (7417) – CENTRO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA – BH (MG)

pág. 4

=====

Documento Nº 06 – Etiqueta Metálica

Documento Nº 07 da Ata – Termo de Compromisso de Responsabilidade Socioambiental e Combate à Corrupção

ANEXO 09: MINUTA DE TERMO DE CADASTRO DE RESERVA

SEÇÃO I

O **BANCO DO BRASIL S. A.**, por intermédio da DIRETORIA DE APOIO AOS NEGÓCIOS E OPERAÇÕES / **CENOP LOGÍSTICA BELO HORIZONTE (MG)** e por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *INTERNET*, torna público que, de acordo com as Leis nºs 8.666 e 10.520, de 21.06.1993 e 17.07.2002, a Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e os Decretos nºs 5.450, 6.204 e 7.892, de 31.05.2005, 05.09.2007 e 23.01.2013, respectivamente, o Regulamento de Licitações do Banco do Brasil, publicado no D.O.U. em 24.06.96 e os termos deste edital, cuja minuta-padrão foi aprovada pelo Parecer DIJUR-COJUR/CONSU nº 14.848, de 17.08.2005 e pela Nota Jurídica DIJUR-CTRIS/ADLIC nº 2013/804, de 18.03.2013, realizará processo licitatório, do tipo **MENOR PREÇO**, na forma abaixo. A minuta específica foi aprovada pelo Parecer AJURE MINAS GERAIS nº 7453-001, de 19.11.2014.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Pregão Eletrônico para Registro de Preços será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.
- 1.2 Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do Banco do Brasil S.A., denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “*licitacoes-e*” constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A.

2. OBJETO

- 2.1 A descrição detalhada do objeto da presente licitação consta do **Anexo 01** deste Edital.

3. ITENS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1 O recurso necessário ao dispêndio está previsto no ORFIX 2014, nos projetos abaixo:
 - Funcionamento da Rede de Atendimento Varejo;
 - Expansão da Rede de Atendimento – Estilo;
 - Expansão da Rede de Atendimento – Varejo;
 - Manutenção de Bens Móveis, Equipamentos de Uso e Utensílios;
 - Adequação Física de Unidades Estratégicas e Rede de Apoio.
- 3.1.1 A dotação orçamentária será exigida quando da formalização da Solicitação de Entrega, conforme artigo 7º, § 2º do Decreto nº 7.892, de 23.01.2013.

4. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

- 4.1 Observado o prazo legal, o PROPONENTE poderá formular consultas pelo e-mail licitacoes.cs.l.bh@bb.com.br, com cópia para os e-mails jacque.soraya@bb.com.br e paulodue@bb.com.br, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, informando o número da licitação. As orientações para formalização de consultas constam da capa deste Edital.
- 4.1.1 As consultas encaminhadas sem as devidas cópias para os referidos endereços não serão conhecidas nem respondidas.
- 4.2 As consultas serão respondidas diretamente no site www.licitacoes-e.com.br, no campo “MENSAGENS”, no link correspondente a este Edital.

5 RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS

- 5.1 O PROPONENTE deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da sessão, atentando também para a data e horário para início da disputa de preços, conforme disposto na folha de rosto.

6. REFERÊNCIA DE TEMPO

- 6.1 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

SEÇÃO II**7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

7.1 Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

7.2 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) estejam constituídos sob a forma de consórcio;
- b) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Banco;
- c) estejam impedidas de licitar e contratar com a União, durante o prazo de sanção aplicada;
- d) sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- e) estejam sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação;
- f) sociedades limitadas e sociedades anônimas de capital fechado que tenham em seus quadros societário e acionário, respectivamente, funcionários do Banco do Brasil S.A., ainda que em gozo de licença não remunerada, ou membro da Administração desta Instituição, mesmo subcontratado, salvo os casos de empresa sob controle do próprio Banco;
- g) sociedades anônimas de capital aberto que tenham em seu quadro acionário funcionário do Banco do Brasil S.A., ainda que em gozo de licença não remunerada, ou membro da Administração desta Instituição, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico, salvo os casos de empresa sob controle do próprio Banco;
- h) sociedades anônimas de capital aberto que tenham em seu quadro acionário funcionário do Banco do Brasil S.A., ainda que em gozo de licença não remunerada, ou membro da Administração desta Instituição, mesmo subcontratado, como acionista controlador detentor de até 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto e que atue em área do Banco: i) com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto da presente licitação; ii) na área demandante da licitação; e/ou iii) na área que realiza a licitação; salvo os casos de empresa sob controle do próprio Banco;
- i) funcionário do Banco ou membro de sua Administração, ainda que em gozo de licença não remunerada nas hipóteses em que couber.

7.3 É vedado o nepotismo, nos termos do Decreto 7.203, de 04.06.2010.

8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1 O certame será conduzido pelo PREGOEIRO, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) coordenar o processo licitatório;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital;
- c) conduzir a sessão pública na internet;
- d) verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e) dirigir a etapa de lances;

- f) verificar e julgar as condições de habilitação;
- g) desclassificar propostas indicando os motivos;
- h) receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando ao **GERENTE DE ÁREA** quando mantiver sua decisão;
- i) indicar o vencedor do certame;
- j) conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- k) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação;
- l) convocar o vencedor para assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- m) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

8.2 **CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES**

8.2.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

8.2.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, **nos moldes do Anexo 03**, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no licitacoes-e.

8.2.2.1 No caso de instrumento particular, deverá ser comprovada a capacidade de o signatário nomear procurador, mediante apresentação de cópia do estatuto ou contrato social em vigor, e, quando se tratar de sociedade anônima, da ata de nomeação do signatário.

8.2.3 Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa PROPONENTE, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.2.4 A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificado.

8.2.5 Na hipótese de ocorrer reorganização societária do PROPONENTE, por motivo de incorporação, fusão, cisão, aquisição ou associação, no transcorrer do prazo de validade do credenciamento, o BANCO deverá ser comunicado imediatamente, para que o PREGOEIRO possa distinguir com precisão a empresa que está participando do certame.

8.2.5.1 Neste caso, a empresa resultante da incorporação, fusão, cisão, aquisição ou associação deverá providenciar a regularização da chave de identificação e senha para continuidade da participação no certame, junto à Agência do Banco do Brasil onde foi efetuado o credenciamento original.

8.2.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha.

8.2.7 O credenciamento do PROPONENTE e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

8.2.8 Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e do Decreto nº 6.204, de 05.09.2007 e para que essas possam usufruir do tratamento diferenciado previsto no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, a declaração em campo próprio do sistema eletrônico, identificando-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, bem como o preenchimento da declaração constante do **Anexo 06**, documento imprescindível para habilitação.

8.2.8.1 As declarações referidas no item anterior servirão como comprovação do enquadramento do PROPONENTE como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso, as quais declararão, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte”, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.3 **PARTICIPAÇÃO**

8.3.1 A participação no Pregão Eletrônico para Registro de Preços se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

8.3.1.1 A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br, opção “**Acesso Identificado**”.

8.3.2 O encaminhamento da proposta pressupõe o conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O PROPONENTE declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste edital, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de declaração falsa.

8.3.3 O PROPONENTE será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, declarando e assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A. responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.3.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o PROPONENTE às sanções previstas neste edital.

8.3.5 Caberá ao PROPONENTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3.6 O PROPONENTE deverá comunicar imediatamente ao BANCO (Órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

8.4 **ABERTURA**

- 8.4.1 A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do PREGOEIRO.
- 8.4.2 Até a abertura da sessão, os PROPONENTES poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 8.4.3 O PREGOEIRO verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- 8.4.4 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.4.5 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo PREGOEIRO, sendo que somente estas participarão da fase de lance.
- 8.4.6 Classificadas as propostas, o PREGOEIRO dará início à fase competitiva, quando então os PROPONENTES poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.4.7 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos PROPONENTES deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o PROPONENTE será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor. Em se tratando de Pregão com mais de um Lote, os lances serão Lote a Lote.
- 8.4.8 O PROPONENTE somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.4.9 Os PROPONENTES deverão observar o intervalo mínimo de tempo entre os lances estipulado no sistema Licitações-e e informado no chat de mensagens no início da etapa de lances.
- 8.4.10 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.4.11 Os lances ofertados serão no valor global dos bens, observado o disposto no **item 9.1**. Na contratação, para o cálculo do valor unitário dos bens, será dividido o valor do lance pela quantidade total de unidades licitadas **no Lote**. No caso em que esta divisão resultar em um valor unitário com centavos, serão consideradas, **SOMENTE**, as 02 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.
- 8.4.12 Durante a sessão pública, os PROPONENTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais PROPONENTES.
- 8.4.13 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do PREGOEIRO. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.4.14 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao PROPONENTE que tenha apresentado lance mais

vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais PROPONENTES.

- 8.4.15 No caso de desconexão do PREGOEIRO, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos PROPONENTES, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.4.16 Quando a desconexão do PREGOEIRO persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica poderá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação aos PROPONENTES, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.4.16.1 O PREGOEIRO irá analisar e decidir, acerca da possibilidade de suspender o pregão, caso verifique transtornos ou impedimentos ao bom andamento da etapa competitiva do certame.
- 8.4.17 Encerrada a etapa de lances, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar quanto à compatibilidade do preço unitário em cada item que compõe o lote em relação ao preço unitário estimado para contratação e verificará a habilitação do PROPONENTE conforme disposições do edital.
- 8.4.18 A habilitação dos PROPONENTES consistente na verificação da regularidade do autor da proposta, que poderá ser efetuada junto ao SICAF, ou junto ao BANCO, nos termos da documentação prevista no **Anexo 02**. O PREGOEIRO verificará, também, o cumprimento às demais exigências para habilitação contidas neste Edital.
- 8.4.18.1 O PROPONENTE indicará na carta-proposta (**Anexo 07**), a forma escolhida para a habilitação, dentre as duas opções estipuladas acima.
- 8.4.19 Os documentos relativos aos requisitos não compreendidos no SICAF - solicitados no **Anexo 02**, bem como a Carta-Proposta com o detalhamento das especificações técnicas e, **se for o caso**, a Planilha de Preço (**Anexo 07**) – no valor do menor lance cotado ou negociado - deverão ser remetidos para o fac-símile nº (31) 3280-6348 ou (31) 3280-6282 ou e-mail jacque.soraya@bb.com.br, na data de encerramento da etapa de lances, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada, **no prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data da realização do Pregão, para o seguinte endereço:

BANCO DO BRASIL S.A.

CENOP LOGÍSTICA BELO HORIZONTE (MG) – LICITAÇÃO/LICIT3

Rua da Bahia, 2.500 – 5º andar – Bairro Lourdes

CEP: 30.160-012 – Belo Horizonte (MG)

- 8.4.20 No caso de o PROPONENTE ser **empresa estrangeira**:
- a) as exigências de habilitação serão atendidas mediante apresentação de documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, os quais deverão ser apresentados na forma e prazos indicados no item anterior.
- b) quando se tratar de fornecedor residente ou domiciliado no exterior, informar no Anexo 07 o Número de Identificação Fiscal – NIF, ou respectiva justificativa para não apresentação do

referido número, para fins de cumprimento do disposto na Instrução Normativa nº 1.277, de 28.06.2012 da Receita Federal do Brasil.

- 8.4.21 No caso de ocorrer atraso na entrega da Carta-proposta, sem as justificativas aceitas pelo PREGOEIRO, ou na hipótese de apresentação desta em desacordo com as especificações previstas neste Edital, poderá ser aplicada ao PROPONENTE a penalidade de suspensão temporária pelo prazo de 06 (seis) meses.
- 8.4.22 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o PROPONENTE não atender às exigências habilitatórias, o PREGOEIRO examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do PROPONENTE, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o PREGOEIRO poderá negociar com o PROPONENTE para que seja obtido preço melhor. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais PROPONENTES.
- 8.4.23 Na hipótese de aplicação da prerrogativa do item anterior, a PROPONENTE classificada deverá remeter para o fac-símile nº (31) 3280-6348 ou (31) 3280-6282 ou e-mail jacque.soraya@bb.com.br, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, após a convocação, os documentos relativos aos requisitos não compreendidos no SICAF - solicitados no **Anexo 02**, bem como a Carta-Proposta e o Detalhamento das Especificações Técnicas e, se for o caso, a Planilha de Preços (**Anexo 07**), com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data da convocação, para o seguinte endereço:

BANCO DO BRASIL S.A.

CENOP LOGÍSTICA BELO HORIZONTE (MG) – LICITAÇÃO/LICIT3

Rua da Bahia, 2.500 – 5º andar – Bairro Lourdes

CEP: 30.160-012 – Belo Horizonte (MG)

- 8.4.24 Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o PROPONENTE autor da proposta ou lance de menor preço será declarado vencedor e será convocado para assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou instrumento equivalente no prazo estabelecido no **item 12.2** e condições definidos no **item 13** deste Edital.
- 8.4.25 A validade da proposta será de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

9. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 9.1 Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.
- 9.2 No julgamento da habilitação e das propostas, o PREGOEIRO poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

9.3 Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

9.3.1 A identificação do PROPONENTE como Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP, será confirmada após o encerramento dos lances.

9.4 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço.

9.5 Para efeito do disposto no **item 9.4** deste edital, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) após o encerramento dos lances, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada será convocada para, caso seja de seu interesse, apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior à melhor classificada, passará à condição de 1ª (primeira) classificada do certame; e
- b) não ocorrendo interesse da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na forma da alínea “a” deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do **item 9.4** deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

9.6 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no **item 9.5** deste edital, voltará à condição de primeira classificada, a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada.

9.7 O disposto nos **itens 9.4 e 9.5** somente se aplicará quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

ANÁLISE DE QUALIDADE

9.8 Após a habilitação, o PROPONENTE 1º (primeiro) classificado deverá apresentar, sem ônus para o Banco, a documentação de qualificação técnica descrita no Anexo 01 e os protótipos/amostras dos bens (01 unidade de cada item) – de acordo com as especificações exigidas neste Edital, para efeito de Controle de Qualidade.

9.8.1 A Documentação Técnica deverá ser enviada ao **PREGOEIRO** no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data da convocação para o seguinte endereço:

BANCO DO BRASIL S.A. – CENOP LOGÍSTICA BELO HORIZONTE (MG) - LICITAÇÃO/LICIT3 - Rua da Bahia, nº 2.500 – 5º andar – Bairro Lourdes – CEP: 30.160-012 – Belo Horizonte (MG).

- 9.8.2 Os protótipos/amostras deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data da aprovação da documentação de qualificação técnica, ou da data da convocação, para o seguinte endereço:

BANCO DO BRASIL S. A. – CSO BRASÍLIA (DF) – LABORATÓRIO DE QUALIDADE, Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 01, Lote 835, CEP: 70.610-410 – Brasília (DF), identificados com: **AMOSTRA; CÓDIGO PADRONIZADO DO BANCO; NÚMERO, DATA E OBJETO DA LICITAÇÃO; NOME, TELEFONE, E-MAIL E FAC-SÍMILE DO PROPONENTE E DE SEU REPRESENTANTE EM BRASÍLIA**, se for o caso.

- 9.8.3 A apresentação da(s) amostra(s)/protótipo(s) poderá ser dispensada desde que as justificativas do licitante sejam aceitas pela área técnica do Banco do Brasil.

- 9.8.4 O(s) protótipo(s)/amostra(s) poderá(ão) ser aprovado(s) com ressalva(s), a critério do Banco e mediante justificativa da área técnica responsável pela sua análise, desde que se refira(m) a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto). Neste caso, o PROPONENTE classificado deverá encaminhar ao PREGOEIRO declaração formal comprometendo-se a efetuar a(s) correção(ões) da(s) ressalva(s) apontada(s) quando da entrega do(s) bem(ns).

- 9.9 A análise de qualidade de bens abrangerá a validação das especificações técnicas, a partir da análise de amostras/protótipos, com base em requisitos de desempenho e características técnicas definidas e padronizadas, e constará de:

- a) Inspeção visual (cores, formas e dimensões);
- b) Manuseio das partes móveis;
- c) Verificação de conformidade de materiais, acessórios, acabamentos e mecanismos;
- d) Verificação da estabilidade e resistência, com possibilidade da realização de ensaios destrutivos (quando for o caso);
- e) Validação da documentação de qualificação técnica exigida.

- 9.9.1 A data, o horário e o local onde ocorrerão os procedimentos de avaliação, bem como o resultado da análise das amostras/protótipos, serão comunicados via *chat mensagens* do *site* licitações-e.

- 9.9.2 Os interessados poderão acompanhar os procedimentos da análise de qualidade das amostras/protótipos, mediante solicitação formal ao Pregoeiro, para prévio agendamento pela área técnica responsável, sendo vedado qualquer alvitre durante a avaliação.

- 9.10 No caso de não haver entrega de documentação técnica/protótipo(s) dos bens, ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo PREGOEIRO, ou haver entrega de protótipos/documentação técnica dos bens, para homologação, fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do PROPONENTE será desclassificada e, a partir do comunicado de impugnação/rejeição da amostra(s)/documentação técnica, poderá ser aberto processo de Sanção Administrativa para aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo de 06 (seis) meses.

- 9.11 Será desclassificada a proposta da empresa que descumprir o prazo estabelecido, sendo facultado ao Banco convocar a(s) empresa(s) remanescente(s), obedecida a ordem de classificação, para apresentação do(s) documentação técnica/protótipo(s) para análise/avaliação.

- 9.12 Os exemplares colocados à disposição do Banco serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise. Os bens deverão ser

retirados pelos seus respectivos proprietários, no estado em que se encontrarem, no endereço constante do item 9.8.2, em até 15 (quinze) dias corridos após homologado o processo no site licitacoes-e. Decorrido este prazo o Banco poderá descartar o bem não retirado, não cabendo qualquer tipo de indenização ao licitante.

- 9.13 Os PROPONENTES deverão colocar à disposição do Banco, todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio.
- 9.14 Caso os exemplares de amostra(s) sejam homologados e, após procedimento de avaliação apresentarem-se em condições de uso, poderão ser recebidos pelo Banco como parte dos bens adjudicados, cabendo ao licitante proponente o remanejamento do(s) bem(ns) depois de concluído o processo de licitação.
- 9.15 Sendo aplicável ao objeto da presente licitação ou à atividade principal do PROPONENTE a desoneração do INSS nos encargos sociais, disciplinada na Lei nº 12.546/2011 e no Decreto 7.828/2012, que possibilita a redução de custos previdenciários das empresas indicadas na referida legislação, a composição dos valores integrantes das propostas devem considerar a referida desoneração.

10. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

- 10.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.
- 10.1.1 O PREGOEIRO decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e, sendo acolhida, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 10.2 Declarado o vencedor, qualquer PROPONENTE poderá, durante a sessão pública, manifestar a intenção de recorrer, de forma motivada e com o registro da síntese de suas razões em campo próprio do sistema, sendo-lhes facultado apresentar as razões de recurso no prazo de 03 (três) dias, ficando os demais, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 10.3 A sessão pública compreende, sucessivamente, a abertura das propostas, a etapa de lances e a declaração do vencedor.
- 10.3.1 A declaração do vencedor compreende a análise da proposta e o julgamento de habilitação, de acordo com as exigências previstas neste edital.
- 10.4 Encerrada a etapa de lances, os PROPONENTES deverão consultar regularmente o sistema para verificar se foi declarado o vencedor e se está aberta a opção para interposição de recurso. A partir da liberação, os PROPONENTES deverão, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, manifestar a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.
- 10.4.1 O PROPONENTE desclassificado antes da fase de disputa também poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso naquele momento.
- 10.5 A falta de manifestação do PROPONENTE quanto à intenção de recorrer, na forma e prazo estabelecidos nos itens anteriores, importará decadência desse direito.

- 10.6 Os recursos deverão ser endereçados ao **BANCO DO BRASIL S.A. – DINOP // CENOP LOGÍSTICA BELO HORIZONTE (MG) // LICITAÇÃO – LICIT3 – Rua da Bahia, 2.500 – 5º andar – Bairro Lourdes – Belo Horizonte (MG) – CEP: 30.160-012** e dirigidos ao PREGOEIRO. Caberá ao PREGOEIRO receber, examinar e decidir os recursos impetrados contra suas decisões e, quando for o caso, encaminhá-los ao **GERENTE DE ÁREA**, para a decisão final.
- 10.7 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo PROPONENTE.
- 10.8 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.9 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 Aquele que deixar de entregar ou de apresentar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata ou Solicitação de Entrega, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal e que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ficará sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Banco pelo infrator garantido o direito à ampla defesa:
- a) advertência;
 - b) multa de até 5% do valor da proposta;
 - c) suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com o Banco e suas subsidiárias por período não superior a 02 (dois) anos;
 - d) impedimento de licitar e contratar com a União e, descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;
 - e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a União enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.2 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do PROPONENTE e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.
- 11.3 As penalidades impostas ao licitante poderão ser registradas no SICAF.
- 11.4 O inadimplemento de qualquer item deste Edital, da Carta-Proposta, da Ata de Registro de Preços e da Solicitação de Entrega, ensejará, a critério do BANCO, o cancelamento do Registro do Preço do PROPONENTE VENCEDOR inadimplente, sujeitando-o às penalidades previstas neste Edital.

12. ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1 Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, o PROPONENTE VENCEDOR será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo 08**, que, terá efeito de compromisso visando à execução do objeto desta licitação.
- 12.2 Os licitantes terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar a Ata, sob pena de sofrer as penalidades de suspensão temporária ou impedimento, conforme **item 11.1** deste Edital. O prazo para assinar a Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PROPONENTE VENCEDOR durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo BANCO.
- 12.3 Os preços registrados, com indicação dos FORNECEDORES serão divulgados no D.O.U. e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços no site www.licitacoes-e.com.br, no campo “DOCUMENTOS”, no link correspondente a este Edital.
- 12.4 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não poderá ser superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme dispõe o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei 8.666, de 1993.
- 12.5 A existência de preço(s) registrado(s) não obriga o BANCO DO BRASIL S.A. a firmar a aquisição(ões) que dele(s) poderá(ão) advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igual condição.
- 12.6 A aquisição obedecerá à conveniência e às necessidades do BANCO DO BRASIL S.A., limitada à quantidade estimada e dentro do período de vigência do Registro de Preços (doze meses).
- 12.7 A assinatura da Ata estará condicionada:
- a) à comprovação da regularidade da situação do PROPONENTE VENCEDOR junto ao SICAF ou junto ao Banco e da regularidade trabalhista (Lei 12.440/2011);
 - b) à apresentação do documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar a Ata em nome da empresa; e
 - c) à apresentação da carta-proposta, preenchida e assinada na forma do **Anexo 07**.
- 12.8 Quando o PROPONENTE VENCEDOR não atender ao item acima, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata, poderá ser convocado outro PROPONENTE, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a Ata, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 12.9 Caso o PROPONENTE VENCEDOR seja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, constituída na forma da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e do Decreto nº 6.204, de 05.09.2007, a **comprovação** da regularidade fiscal será condição indispensável para a assinatura da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das disposições previstas no **item 12.7** acima.
- 12.9.1 Havendo alguma restrição na regularidade fiscal, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

Obs.: a) a declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá em momento posterior à fase de habilitação; e

b) a prorrogação do prazo previsto neste subitem será sempre concedida pelo Banco, quando requerida pelo PROPONENTE, a não ser que exista urgência na contratação, devidamente justificada.

12.9.2 A não regularização da documentação no prazo acima estipulado, implicará na decadência do direito à contratação pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sem prejuízo das sanções previstas no **item 11**, sendo facultado ao BANCO convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata, ou revogar a licitação.

12.10 A aquisição do bem/material será precedida da emissão pelo BANCO DO BRASIL S.A. da SOLICITAÇÃO DE ENTREGA, que será entregue ao PROPONENTE VENCEDOR que tiver seu preço registrado, para entrega no(s) prazo(s) e local(is) informado(s) no **Anexo 01** deste edital.

12.11 Não será admitida utilização da Ata de Registro de Preços por Órgão ou Entidade não participante da licitação.

13. CONDIÇÕES CONTRATUAIS

13.1 Constam da Minuta da Ata de Registro de Preços prevista no **Anexo 08** deste Edital.

14. GARANTIA DOS BENS

14.1 Constam da Minuta da Ata de Registro de Preços prevista no **Anexo 08** deste Edital.

15. CADASTRO DE RESERVA

15.1 Declarado o vencedor, após decorrido o prazo de que trata o **item 10.4 deste Edital** sem que nenhum licitante tenha manifestado intenção de recorrer, ou após decididos os recursos, os demais classificados serão comunicados via *chat* mensagens do site *licitacoes-e*, sobre a possibilidade de reduzirem seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para fins de composição do Cadastro de Reserva.

15.2 Na hipótese de concordância com a redução de que trata o item anterior, o licitante deverá manifestar sua intenção, via *chat* de mensagens do *licitacoes-e*, no prazo de 01 (um) dia útil, contado da data da última comunicação.

15.3 Os licitantes que aceitarem reduzir seus preços, na forma do **item 15.1**, deverão, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da manifestação de concordância, remeter para o fac-símile nº (31) 3280-6348 ou (31) 3280-6282 ou e-mail jacque.soraya@bb.com.br os documentos relativos aos requisitos não compreendidos no SICAF - solicitados no **Anexo 02**, bem como a Carta-Proposta e o Detalhamento das Especificações Técnicas e, **se for o caso**, a Planilha de Preços (**Anexo 07**), com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada, **no prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data da convocação, para o seguinte endereço:

BANCO DO BRASIL S.A.

CENOP LOGÍSTICA BELO HORIZONTE (MG) – LICITAÇÃO/LICIT3

**Rua da Bahia, 2.500 – 5º andar – Bairro Lourdes
CEP: 30.160-012 – Belo Horizonte (MG)**

- 15.4 O PREGOEIRO verificará a habilitação dos licitantes classificados que aceitarem reduzir seus preços nos termos do **item 15.1**, conforme disposições do edital.
- 15.5 A habilitação poderá ser efetuada junto ao SICAF, ou junto ao BANCO, nos termos da documentação prevista no **Anexo 02**. O PREGOEIRO verificará, também, o cumprimento às demais exigências para habilitação contidas neste Edital.
- 15.6 Os licitantes que aceitaram reduzir os preços na forma do **item 15.1** indicarão, na carta-proposta (**Anexo 07**), a forma escolhida para a habilitação, dentre as duas opções estipuladas acima.
- 15.7 Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, os licitantes que aceitaram reduzir seus preços nos termos do **item 15.1**, serão convocados para assinar o **TERMO DE CADASTRO DE RESERVA**, na forma do **Anexo 09**, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação**. O referido Termo passará a ser parte integrante da Ata de Registro de Preços.
- 15.8 Os preços e quantitativos dos licitantes que aceitaram reduzir seus preços ao valor igual ao do licitante mais bem classificado serão registrados no Termo de Cadastro de Reserva, respeitada a ordem de classificação da fase competitiva.
- 15.9 A recusa injustificada dos fornecedores classificados que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, em assinar o Termo de Cadastro de Reserva, dentro do prazo estabelecido no item anterior, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas, na forma do **item 11** deste Edital.
- 15.10 No caso de cancelamento do Registro de Preços do primeiro colocado, os componentes do Cadastro de Reserva, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados a apresentar, sem ônus para o Banco, protótipo(s)/amostra(s)/documentação técnica dos bens – de acordo com as especificações técnicas exigidas neste Edital, para efeito de Controle de Qualidade na forma, no local e nos prazos estabelecidos no **item 9.8** deste Edital.
- 15.10.1 Aprovado os bens ofertados, o componente do Cadastro de Reserva será convocado, na forma do **item 12** deste Edital, respeitada a ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo 08**, que, terá efeito de compromisso visando a execução do objeto desta licitação, nas quantidades e prazos remanescentes.
- 15.11 A assinatura da Ata estará condicionada:
- a) à comprovação da regularidade da situação do componente do Cadastro de Reserva junto ao SICAF ou junto ao Banco e da regularidade trabalhista (Lei 12.440/2011);
 - b) à apresentação do documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar a Ata em nome da empresa;
 - c) à apresentação da carta-proposta, preenchida e assinada na forma do **Anexo 07**.
- 15.12 Quando o componente do Cadastro de Reserva convocado não atender ao item acima, recusar-se a assinar o compromisso ou, ainda, no caso de cancelamento do seu preço registrado, será

convocado o próximo componente do Cadastro de Reserva, respeitada a ordem de classificação, para assinar a Ata, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e assim sucessivamente.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1 Considerando que o BANCO DO BRASIL S.A. está submetido às leis orçamentárias federais (LDO-LOA), ficam as partes cientes de que a execução do(s) projeto(s) ao abrigo deste Edital estará condicionado às respectivas aprovações orçamentárias.
- 16.2 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o BANCO DO BRASIL S.A. revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O BANCO poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- 16.3 O BANCO DO BRASIL S.A. reserva-se o direito de registrar o(s) preço(s) do(s) objeto(s) da presente licitação, no todo ou em parte, sem que, por isso, caiba aos licitantes o direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.
- 16.4 O PROPONENTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do PROPONENTE que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão da Ata, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 16.5 É facultado ao PREGOEIRO ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 16.6 Os PROPONENTES intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo PREGOEIRO, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 16.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do PROPONENTE, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 16.8 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os PROPONENTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.9 As decisões referentes a este Pregão poderão ser comunicadas aos PROPONENTES por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial da União.
- 16.10 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo PREGOEIRO.
- 16.11 A participação do PROPONENTE neste Pregão implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

=====

BANCO DO BRASIL S.A.

www.licitacoes-e.com.br

Pregão Eletrônico n ° 2014/14847 (7417) – CENTRO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA – BH (MG)
pág. 21

=====

- 16.12 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, assim considerado aquele a que está vinculado o PREGOEIRO.

Belo Horizonte (MG), 08 de Janeiro de 2015

JACQUELINE SORAYA DE MELLO COSTA
Pregoeira

ANEXO 01

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2014/14847 (7417) – REGISTRO DE PREÇOS

DESCRIÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO / DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

1. **OBJETO:** Registro de preços para fornecimento e montagem de **Cadeiras (Conjunto de Espera C6 - Vinil, Operacional Giratória C2 - Tecido, Base Fixa C5 - Vinil e Base Fixa C5 - Tecido)**, em diversas dependências do Banco do Brasil S.A. situadas no país, conforme especificações constantes neste Anexo.

LOTE 01: Para entrega e montagem em dependências situadas nos Estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

LOTE 02: Para entrega e montagem em dependências situadas nos Estados de Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Amapá, Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul.

LOTE 03: Para entrega e montagem em dependências situadas no Estado de São Paulo.

ATENÇÃO: Atentar para os projetos executivos disponíveis para *download* no endereço eletrônico do Banco do Brasil S.A. www.licitacoes-e.com.br, no campo “Documentos”.

2. ESPECIFICAÇÃO

2.1 CADEIRA OPERACIONAL GIRATÓRIA COM BRAÇOS – C2

2.1.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

Cadeira Operacional giratória com braços corporativa, para utilização geral em todas as dependências do Banco do Brasil.

Conjunto assento e encosto executado em concha dupla estofada, dotado de mecanismo de inclinação sincronizado do tipo “Sincron”. Assento, Encosto e Apóiabraços dotados de regulagem de altura independentes. Revestimento em tecido 100% lã na cor azul ref. cromática Pantone 2955C. Base (pata) em estrutura metálica tubular com capa de proteção injetada em resina de engenharia e rodízios de duplo giro injetados em poliamida (nylon 6), ambos na cor grafite ref. cromática Pantone 432C.

2.1.2 ENCOSTO

Encosto espaldar baixo, composto por alma em compensado multilaminado certificado, espessura mínima de 10 mm (constituído de no mínimo 05 lâminas), moldado anatomicamente a quente ou injetada em resina termoplástica (polipropileno ou poliamida) com curvatura anatômica e sistema de nervuras na parte traseira para garantir resistência mecânica. Todas as bordas arredondadas, sem arestas cortantes.

Estofado na superfície frontal em espuma de poliuretano injetado flexível de alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente, conformada anatomicamente e isenta de CFC, espessura média de 40 mm. Densidade entre 45 e 55 Kg/m³. Largura e extensão vertical (valores mínimos) do encosto 305 mm.

Revestimento em tecido composição 100% lã, cor azul ref. cromática Pantone 2955C – ref.: código 650 da Tecelagem Lady ou similares, desenho da trama tipo panamá 3x3, gramatura mínima 335 grs/m². O tecido deverá receber tratamento retardante à chamas, conforme ISSO 6940 e tratamento de proteção antimicrobica (Ultra-fresh), conforme AATCC 6538 e AATCC 4352, além de apresentar solidez de cor à fricção - AATCC-8 – mínima CLASSE 5.

Suporte para encosto em chapa de aço estampada com dimensões mínimas de 90 x 6 mm (largura x espessura), dotada de nervura estrutural de reforço, acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado com tinta pó (revestindo totalmente a estrutura), película de aproximadamente 60 microns, com propriedades de resistência a agentes químicos e pré-tratamento antiferruginoso.

Encosto dotado de regulagem de altura individual por meio de sistema automático tipo catraca, curso mínimo de 60 mm em no mínimo 08 estágios (posições), com capa de proteção em polipropileno texturizado (o sistema não poderá permitir a retirada total do encosto). O encosto deverá proporcionar adequado apoio à região lombar do usuário, com formato convexo no sentido da altura.

2.1.3 ASSENTO

Assento composto por alma em compensado multilaminado certificado, espessura mínima de 10 mm (constituído de no mínimo 05 lâminas), moldado anatomicamente a quente ou injetada em resina termoplástica (polipropileno ou poliamida) com curvatura anatômica e sistema de nervuras na parte traseira para garantir resistência mecânica. Todas as bordas arredondadas, sem arestas cortantes.

Estofado na superfície frontal em espuma de poliuretano injetado flexível de alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente, conformada anatomicamente e isenta de CFC, espessura média de 40 mm, apresentando pouca conformação na base do assento e borda frontal arredondada, em conformidade com NR-17. Densidade entre 50 e 60 Kg/m³. Profundidade da superfície do assento de 380 mm (valor mínimo) a 460 mm (valor máximo) e largura mínima de 400 mm.

Revestimento em tecido composição 100% lã, cor azul ref. cromática Pantone 2955C – ref.: código 650 da Tecelagem Lady ou similares, desenho da trama tipo panamá 3x3, gramatura mínima 335 grs/m². O tecido deverá receber tratamento retardante à chamas, conforme ISSO 6940 e tratamento de proteção antimicrobica (Ultra-fresh), conforme AATCC 6538 e AATCC 4352, além de apresentar solidez de cor à fricção - AATCC-8 – mínima CLASSE 5.

Mecanismo de regulagem de inclinação tipo “Sincron”, com corpo e placa injetados em liga de alumínio ou em chapa de aço estampada de 3 mm de espessura. Movimento de reclinção entre assento e encosto sincronizado na proporção 1 x 2 respectivamente, com acionamento através de sistema único ou de 02 (duas) alavancas (manípulos) de regulagem, produzida em ABS ou poliamida (nylon 6). Dotado de no mínimo 04 posições de bloqueio de movimento (travamento), sistema anti-impacto do espaldar e ajuste de tensão individual (relax).

2.1.4 ESTRUTURA

Composta por base (cinco patas) giratória Ø 650 mm em aço SAE 1010/1020 fosfatizada ou alumínio, executada em estrutura tubular de alta resistência 25 x 25 x 1,5 mm, soldada em bucha de aço 3 mm de espessura. Acabamento em pintura eletrostática texturizada na cor grafite, realizada por processo automatizado com tinta pó (revestindo totalmente a estrutura), película de aproximadamente 60 microns, com propriedades de resistência a agentes químicos e pré-tratamento anti-ferruginoso. Todas as patas deverão possuir proteção em capa de polipropileno ou capa em poliamida (Nylon 6) com fibra de vidro, aditivo anti-ultravioleta, alta resistência mecânica e à abrasão, acabamento texturizado na cor grafite ref. cromática Pantone 432C.

Rodízios de duplo giro (cinco) de no mínimo Ø 48 mm (conforme ABNT NBR 13962) injetados em resina de engenharia poliamida (nylon 6) e bandagem em PU para piso frio (maior resistência à abrasão). Eixos em aço trefilado 1010/1020. Distância entre o ponto de apoio da roda e o eixo de giro de no mínimo 18 mm, largura da superfície de rolamento de no mínimo 7 mm, Ø da fixação de no mínimo 10 mm e distância entre rodas de 15 mm a 22 mm, conforme ABNT NBR 13962. Alojamento para engate dos rodízios dispensando o uso de buchas de fixação.

Coluna giratória em tubo de aço mínimo 50 mm e 1,5 mm de espessura, dotado de sistema de regulagem de altura curso mínimo de 126 mm com pistão à gás (pistão norma DIN 4550, classe 4), dotada de alavanca de fácil manuseio (acionamento vertical). Movimento de rotação realizado sobre rolamento de esferas. Capa telescópica de 03 elementos, injetada em polipropileno texturizado cor grafite ref. cromática Pantone 432C. Altura da superfície superior do assento (intervalo de regulagem) ao piso variando de 420 mm (valor mínimo) a 535 mm (valor máximo), conforme ABNT NBR 13962. Os intervalos de regulagem podem ser excedidos, desde que os valores mínimos e máximos prescritos estejam incluídos na faixa de regulagem.

2.1.5 BRAÇO REGULÁVEL

Apóia-braços executados com estrutura de alma de aço (forma de “T”) com bordas arredondadas e pintura eletrostática na cor grafite ref. cromática Pantone 432C, realizada por processo automatizado com tinta pó (revestindo totalmente a estrutura), película de aproximadamente 60 microns, com propriedades de resistência a agentes químicos e pré-tratamento antiferruginoso. Braços em espuma de poliuretano integral injetado, acabamento texturizado na cor grafite ref. cromática Pantone 432C. Peças de acabamento e capas protetoras termoplásticas na mesma cor.

Regulagem em altura de 200 mm (valor mínimo) a 250 mm (valor máximo) medidas a partir do assento, conforme ABNT NBR 13962, proporcionada por dispositivo deslizante por pressão com botão. Os apoia-braços deverão permitir ajustes em seu distanciamento interno (largura de acomodação do usuário no assento) com dispositivo de fácil manuseio obedecendo a distância mínima entre eles de 460 mm (conforme ABNT NBR 13962), com curso de extensão de no mínimo 25 mm em cada braço. Comprimento do apoia-braços mínimo de 240 mm, largura mínima de 60 mm.

2.1.6 PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO

Cada cadeira fornecida deverá receber etiqueta autoadesiva metalizada, com adesivo acrílico, colada sob o assento em local de fácil visualização, contendo o nome, telefone do fabricante, número do Pedido de Compra, Prazo de Garantia (mínimo de 02 anos) e número de série de produção atestando que o produto e seus componentes contemplam modelo produzido em série de linha industrial (por meio do qual poderá ser realizada a identificação do lote de fabricação à qualquer tempo).

2.1.7 ITENS E DIMENSÕES

Item – Cadeira Operacional Giratória com Braços – C2. PBMS 71.10.040.050500.

2.1.8 OBSERVAÇÕES

- a) Todo o conjunto da cadeira deverá se apresentar perfeitamente nivelado e firme. Quaisquer desencontros, juntas, frestas, desnivelamentos, quinas e arestas pontiagudas e/ou cortantes, rebarbas, soldas de má qualidade estrutural e estética, grampos aparentes, falhas, gomos ou pregas na costura, frisos na espuma injetada, encaixes deficientes de carenagens ou outras fragilidades da peça, serão motivos de reprovação da peça executada;
- b) A qualidade de confecção e acabamento, a resistência, durabilidade e o atendimento às normas e requisitos ergonômicos serão fatores preponderantes na avaliação técnica das cadeiras;
- c) Todas as peças em aço deverão receber obrigatoriamente, antes da pintura, tratamento anticorrosivo de fosfatização por imersão ou spray;
- d) Todos os parafusos aparentes deverão possuir cabeças na cor do acabamento predominante da estrutura;
- e) Todas as fixações do assento devem ser realizadas por meio de buchas em Zamac ou porca garra em aço estampado fixadas na madeira compensada ou plástico;
- f) Todas as capas de proteção de polipropileno deverão apresentar no mínimo 2 mm de espessura;
- g) Quaisquer Certificações/Laudos exigidos deverão estar dentro do prazo de validade. O laudo deverá ter identificação da cadeira conforme descrição deste memorial e em conformidade com o produto ofertado, identificado por catálogo de produto. O catálogo deve deixar claro, de forma visual, as características gerais do produto a ser fornecido;
- h) Todas as unidades deverão vir acompanhadas de seus respectivos manuais operacionais.

2.2 CADEIRA DE DIÁLOGO BASE FIXA – C5

2.2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

Cadeira de diálogo base fixa para interlocução e mesas de reuniões, prevista para utilização em todas as dependências do Banco. Assento e encosto executados em concha dupla estofada, espaldar médio.

2.2.2 ESTRUTURA

Base com estrutura fixa trapezoidal contínua, confeccionada em aço tubular dimensão mínima 25,4 mm de diâmetro x 2,25 mm de espessura de parede (mínimo), curvado em formato de “C”. Para fixação do assento, chapa de aço estampada SAE 1010/1020 medindo 160 x 200 mm x 3 mm de espessura, soldada à estrutura tubular. Equipada com sapatas de polipropileno deslizantes. Acabamento em pintura eletrostática epoxi-pó película de aproximadamente 60 microns, com prétratamento antiferruginoso (fosfatização imersão ou spray) cor grafite ref. cromática Pantone 432C.

Assento e encosto executados em compensado multilaminado certificado, espessura mínima de 10 mm (constituído de no mínimo 05 lâminas), moldado anatomicamente a quente ou injetado em resina termoplástica (polipropileno ou poliamida) com curvatura anatômica e sistema de nervuras na parte traseira para garantir resistência mecânica. Todas as bordas arredondadas, sem arestas cortantes. Estofados na superfície frontal em espuma de poliuretano injetado flexível, revestida em tecido ou vinil, conforme estipulado no pedido de compra.

Dimensões - Assento com largura e profundidade mínimas de 460 mm. Encosto com largura mínima de 435 mm e altura mínima de 460 mm. Dimensão de altura da borda superior frontal do assento ao piso entre 400 e 430 mm.

2.2.3 FIXAÇÃO

O encosto deverá ser fixado à placa de aço da base por meio de uma única coluna de aço (lâmina placa mola), executada em chapa de aço SAE 1010/1020 de 1/4" espessura x 3" largura mínima, curvada e vincada, fixada ao assento e encosto por meio de parafusos. Deverá ser devidamente testada para suportar a flexão e o peso do usuário. A fixação da coluna ao encosto não poderá ser aparente. Acabamento em peça plástica soprada ou injetada, revestindo completamente a lâmina fixadora, na mesma cor da estrutura.

2.2.4 ACABAMENTO

Base e placa mola acabadas em pintura eletrostática em epoxi-pó película de aproximadamente 60 microns, com propriedades de resistência a agentes químicos e pré-tratamento antiferruginoso, cor grafite ref. cromática Pantone 432C. Todas as peças de aço deverão receber, antes da pintura, tratamento de fosfatização por imersão ou spray. Todos os parafusos terão cabeças sextavadas, na cor do acabamento da coluna.

2.2.5 ESTOFADO

Estofado na superfície frontal em espuma de poliuretano injetado flexível de alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente, conformada anatomicamente e isenta de CFC, espessura média de 40 mm, apresentando pouca conformação na base do assento/encosto e borda frontal arredondada, em conformidade com NR-17. Assento com densidade mínima entre 50 e 60 Kg/m³ e encosto com densidade mínima entre 45 e 55 Kg/m³.

Revestimento em tecido composição 100% lã, cor azul ref. cromática Pantone 2955C – ref.: código 650 da Tecelagem Lady ou similares, desenho da trama tipo panamá 3x3, gramatura mínima 335 grs/m².

ou

Revestimento sintético espalmado à base de Cloreto de Polivinila (PVC) micro perfurado, com acabamento PU com espessura mínima de 1,0 mm composto de 84% de resina de PVC plastificada cor azul ref. cromática Pantone 2955C e suporte (reforço) em malha 100% poliéster.

Contra encosto e contra assento com capa de proteção de polipropileno injetada e texturizada de alta resistência, protegendo inclusive as bordas, cor grafite ref. cromática Pantone 432C.

2.2.6 PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO

Cada cadeira fornecida deverá receber etiqueta autoadesiva metalizada, com adesivo acrílico, colada sob o assento em local de fácil visualização, contendo o nome, telefone do fabricante, número do Pedido de Compra, Prazo de Garantia (mínimo de 02 anos) e número de série de produção atestando que o produto e seus componentes contemplam modelo produzido em série de linha in-

dustrial (por meio do qual poderá ser realizada a identificação do lote de fabricação à qualquer tempo).

2.2.7 ITENS

Item – Cadeira de Diálogo Base Fixa C5.

Tecido - PBMS 71.10.040.220496 ou Vinil - PBMS 71.10.040.050500.

2.2.8 OBSERVAÇÕES

- a) Todo o conjunto da cadeira deverá se apresentar perfeitamente nivelado e firme. Quaisquer desconfortos, juntas, frestas, desnivelamentos, quinas e arestas pontiagudas e/ou cortantes, rebarbas, soldas de má qualidade estrutural e estética, grampos aparentes, falhas, gomos ou pregas na costura, frisos na espuma injetada, encaixes deficientes de carenagens ou outras fragilidades da peça, serão motivos de reprovação da peça executada;
- b) A qualidade de confecção e acabamento, a resistência, durabilidade e o atendimento às normas e requisitos ergonômicos serão fatores preponderantes na avaliação técnica das cadeiras;
- c) Todas as peças em aço deverão receber obrigatoriamente, antes da pintura, tratamento anticorrosivo de fosfatização por imersão ou spray;
- d) Todos os parafusos aparentes deverão possuir cabeças na cor do acabamento predominante da estrutura;
- e) Todas as fixações do assento devem ser realizadas por meio de buchas em Zamac ou porca garra em aço estampado fixadas na madeira compensada ou plástico;
- f) Todas as capas de proteção de polipropileno deverão apresentar no mínimo 2 mm de espessura;
- g) Quaisquer Certificações/Laudos exigidos deverão estar dentro do prazo de validade. O laudo deverá ter identificação da cadeira conforme descrição deste memorial e em conformidade com o produto ofertado, identificado por catálogo de produto. O catálogo deve deixar claro, de forma visual, as características gerais do produto a ser fornecido;
- h) Todas as unidades deverão vir acompanhadas de seus respectivos manuais operacionais.

2.3 CADEIRAS DE ESPERA (LONGARINA) – C6

2.3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

Conjunto de 03 (três) cadeiras fixas sobre longarina de aço. Assento e encosto executados em concha dupla estofada, sem braços. Destinada a todas as dependências da rede Varejo do Banco do Brasil, localizadas em áreas de espera.

2.3.2 ESTRUTURA

Base fixa com estrutura em longarina longitudinal confeccionada em tubo industrial de aço galvanizado seção retangular 70 x 30 mm e = 2,0 mm (mínimo), com placas de aço estampado 3 mm de espessura mínima para fixação dos assentos soldadas à longarina com suporte de reforço tipo mísula. Colunas verticais (pernas) fabricadas em tubo industrial de aço galvanizado seção oblonga 77 x 40 mm, e = 2,0 mm (mínimo) soldada ao pé (solda interna não aparente). Pés horizontais (patas) em chapa de aço estampada ou tubo oblongo retilíneo ou em semiarco, dotada de sapatas niveladoras reguláveis (conforme projeto executivo).

Assento e encosto executados em compensado multilaminado certificado, espessura mínima de 10 mm (constituído de no mínimo 05 lâminas), moldado anatomicamente a quente ou injetado em resina termoplástica (polipropileno ou poliamida) com curvatura anatômica e sistema de nervuras na parte traseira para garantir resistência mecânica. Todas as bordas arredondadas, sem arestas cortantes. Estofados na superfície frontal em espuma de poliuretano injetado flexível, revestidos em vinil.

Dimensões – Assento com largura e profundidade mínimas de 460 mm. Encosto com largura mínima de 435 mm e altura mínima de 460 mm. Dimensão de altura da borda superior frontal do assento ao piso entre 400 e 430 mm.

2.3.3 FIXAÇÃO

O encosto deverá ser fixado à placa de aço da base por meio de uma única coluna de aço (lâmina placa mola), executada em chapa de aço SAE 1010/1020 de ¼" espessura x 3" largura mínima, curvada e vincada, fixada ao assento e encosto por meio de parafusos. Deverá ser devidamente testada para suportar a flexão e o peso do usuário. A fixação da coluna ao encosto não poderá ser aparente. Acabamento em peça plástica soprada ou injetada, revestindo completamente a lâmina fixadora, na mesma cor da estrutura. Instalar 01 unidade por encosto no eixo vertical (centralizado).

2.3.4 ACABAMENTO

Estrutura metálica acabada em pintura eletrostática em epoxi-pó película de aproximadamente 60 microns, com propriedades de resistência a agentes químicos e pré-tratamento antiferruginoso, cor grafite ref. cromática Pantone 432C. Todas as peças de aço deverão receber, antes da pintura, tratamento de fosfatização por imersão ou spray. Todos os parafusos terão cabeças sextavadas, na cor do acabamento da coluna.

2.3.5 ESTOFADO

Assento e encosto estofados com espuma de poliuretano injetado flexível de alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente, conformada anatomicamente e isenta de CFC, espessura média de 40 mm, apresentando pouca conformação na base do assento/encosto e borda frontal arredondada, em conformidade com NR-17. Densidade de ambos com variação de 50 a 55 Kg/m³. Não poderão apresentar formação de gomos por costuras no revestimento ou por frisos na espuma injetada. Todas as bordas do assento e encosto deverão ser arredondadas, sem arestas cortantes. Revestimento sintético espalmado à base de Cloreto de Polivinila (PVC) micro perfurado, com acabamento PU com espessura mínima de 1,0 mm cor azul ref. cromática Pantone 2955C e suporte (reforço) em malha 100% poliéster. Contra encosto protegido por capa de polipropileno injetado e texturizado, bordas arredondadas cor grafite ref. cromática Pantone 432C.

2.3.6 PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO

Cada longarina fornecida deverá receber etiqueta autoadesiva metalizada, com adesivo acrílico, colada sob o assento em local de fácil visualização, contendo o nome, telefone do fabricante, número do Pedido de Compra, Prazo de Garantia (mínimo de 02 anos) e número de série de produção atestando que o produto e seus componentes contemplam modelo produzido em série de linha industrial (por meio do qual poderá ser realizada a identificação do lote de fabricação à qualquer tempo).

2.3.7 ITEM

C6 – Conjunto de cadeiras para espera – Vinil - PBMS 71.10.040.220490.

2.3.8 OBSERVAÇÕES

- a) Todo o conjunto da cadeira deverá se apresentar perfeitamente nivelado e firme. Quaisquer desencontros, juntas, frestas, desnivelamentos, quinas e arestas pontiagudas e/ou cortantes, rebarbas, soldas de má qualidade estrutural e estética, grampos aparentes, falhas, gomos ou pregas na costura, frisos na espuma injetada, encaixes deficientes de carenagens ou outras fragilidades da peça, serão motivos de reprovação da peça executada;
- b) A qualidade de confecção e acabamento, a resistência, durabilidade e o atendimento às normas e requisitos ergonômicos serão fatores preponderantes na avaliação técnica das cadeiras;
- c) Todas as peças em aço deverão receber obrigatoriamente, antes da pintura, tratamento anti-corrosivo de fosfatização por imersão ou spray;
- d) Todos os parafusos aparentes deverão possuir cabeças na cor do acabamento predominante da estrutura;
- e) Todas as fixações do assento devem ser realizadas por meio de buchas em Zamac ou porca garra em aço estampado fixadas na madeira compensada ou plástico;
- f) Todas as capas de proteção de polipropileno deverão apresentar no mínimo 2 mm de espessura;
- g) Quaisquer Certificações/Laudos exigidos deverão estar dentro do prazo de validade. O laudo deverá ter identificação da cadeira conforme descrição deste memorial e em conformidade com o produto ofertado, identificado por catálogo de produto. O catálogo deve deixar claro, de forma visual, as características gerais do produto a ser fornecido;
- h) Todas as unidades deverão vir acompanhadas de seus respectivos manuais operacionais.

3. QUANTIDADE ESTIMADA

LOTE 01: ESTADOS: CE, PI, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, RJ e MG

ITEM	AL, BA, CE, PB, PE, PI, RN e SE				ES, MG e RJ			
	Prazo: 15 dias	PBMS	Prazo: 40 dias	Unidade de Com- pra	Prazo: 15 dias	PBMS	Prazo: 30 dias	Unidade de Com- pra
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil	400	71.10.040.220490	2.000	Unidade	200	71.10.040.220490	1.000	Unidade
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil obesos	20	71.10.040.220490	200	Unidade	10	71.10.040.220490	100	Unidade
Cadeira Operacional Giratória – C2 Tecido	800	71.10.040.050500	4.500	Unidade	800	71.10.040.050500	4.000	Unidade
Cadeira C5 Base Fixa - Vinil	400	71.10.040.050500	2.000	Unidade	320	71.10.040.050500	1.600	Unidade
Cadeira C5 Base Fixa Tecido	40	71.10.040.050500	400	Unidade	40	71.10.040.050500	400	Unidade

LOTE 02: ESTADOS: RR, AM, AC, RO, AP, PA, MT, MS GO, TO, DF, PR, SC, RS e MA

ITEM	DF, GO, MT, MS, PR, RS e SC				AC, AM, AP, MA, PA, RO, RR e TO			
	Prazo: 15 dias	PBMS	Prazo: 30 dias	Unidade de Compra	Prazo: 20 dias	PBMS	Prazo: 40 dias	Unidade de Compra
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil	360	71.10.040.220490	1.800	Unidade	160	71.10.040.220490	800	Unidade
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil obesos	30	71.10.040.220490	180	Unidade	16	71.10.040.220490	80	Unidade
Cadeira Operacional Giratória – C2 Tecido	600	71.10.040.050500	6.000	Unidade	300	71.10.040.050500	3.000	Unidade
Cadeira C5 – Base Fixa - Vinil	360	71.10.040.050500	1.800	Unidade	150	71.10.040.050500	1.000	Unidade
Cadeira C5 Base Fixa Tecido	40	71.10.040.050500	400	Unidade	20	71.10.040.050500	200	Unidade

LOTE 03: ESTADO DE SÃO PAULO

ITEM	ESTADO DE SÃO PAULO			
	Prazo: 15 dias	PBMS	Prazo: 30 dias	Unidade de Compra
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil	600	71.10.040.220490	3.000	Unidade
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil - obesos	60	71.10.040.220490	300	Unidade
Cadeira Operacional Giratória C2 - Tecido	400	71.10.040.050500	4.000	Unidade
Cadeira C5 – Base Fixa - Vinil	200	71.10.040.050500	1.000	Unidade
Cadeira C5 – Base Fixa - Tecido	40	71.10.040.050500	400	Unidade

4. LOCAL, PRAZO E HORÁRIO DE ENTREGA/MONTAGEM DOS BENS

4.1 A entrega e montagem dos bens, com as etiquetas de identificação patrimonial (Documento n° 06 da Ata), serão efetuadas conforme abaixo, no período compreendido entre 09:00 h e 16:00 h, em dias úteis - de segunda-feira a sexta-feira.

- Dependências localizadas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do país: em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Entrega pelo fornecedor.
- Dependências localizadas nas regiões Norte e Nordeste do país: em até 40 (quarenta) dias corridos a partir da data de recebimento da Solicitação de Entrega pelo fornecedor.
- Dependências sinistradas localizadas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Nordeste (exceto o Estado do Maranhão): em até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Entrega pelo fornecedor.
- Dependências sinistradas localizadas na região Norte e Estado do Maranhão: em até 20 (vinte) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Entrega pelo fornecedor.

- 4.2 A relação das dependências onde os bens serão entregues e montados, assim como as quantidades, serão informados na Solicitação de Entrega.

5 DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA E FISCALIZAÇÃO

O **PROPONENTE** primeiro classificado deverá apresentar ao **PREGOEIRO**, sem ônus para o **BANCO**, em até **03 (três) dias úteis**, após a etapa de habilitação, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da convocação, os seguintes documentos:

- I. **DECLARAÇÃO DE DISPOSIÇÃO DE ENXOVAL MÍNIMO – MAQUINÁRIO**, afirmando possuir à sua disposição e em operação normal (para execução do objeto ora licitado) o maquinário mínimo listado abaixo, a ser comprovado através de inspeção, para produção da amostra (protótipo) e a qualquer tempo durante os acionamentos de execução do objeto licitado. A Declaração deverá ser acompanhada de registro fotográfico de cada máquina declarada:

- a) Prensa de alimentação contínua;
- b) Conjunto de injetoras de termoplástico;
- c) Estação para tratamento anticorrosivo de superfícies metálicas, estufa de secagem pré-pintura, cabines para aplicação de pó (eletrostática) e estufa de cura;
- d) Sistema automatizado de soldagem MIG;
- e) Curvadeira para tubos metálicos com capacidade de curvamento para tubos de 1" com parede de até 2,5 mm;
- f) Conjuntos de máquinas de costura reta e máquinas pespontadeiras (costura dupla);
- g) Cabine com sistema de exaustão e filtragem para aplicação de cola (essencial para preservar a saúde do funcionário).

- * A equipe técnica do Banco considera que o maquinário listado contempla equipamentos comuns à produção do mobiliário. Tais equipamentos garantem a produção em larga escala, na velocidade, quantidade e qualidades desejadas pelo Banco, com produção caracterizadamente industrial e não artesanal. Entretanto, o proponente poderá consultar o pregoeiro no caso de considerar que um ou outro equipamento listado seja desnecessário, ou que possa ser substituído por outro, para execução do objeto nas condições exigidas pelo Banco. Tal consideração será submetida à análise técnica do Banco, que poderá a seu critério, descartar ou não maquinários da lista.

II. CERTIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DE PRODUTO ABNT (selo) NBR 13962:06 Móveis para Escritório – Cadeiras – Requisitos e métodos de ensaio (SISTEMA 5), e respectivos Laudos Técnicos (exames laboratoriais) que fundamentaram a referida certificação.

- a) A Certificação deverá preferencialmente referir-se ao objeto licitado;
- b) Será aceita **Certificação de Conformidade de Produto ABNT NBR 13962:06 Móveis para Escritório – Cadeiras** de produto de linha do fornecedor, desde que semelhante ao objeto licitado;
- c) Tal certificado será analisado e poderá ser aceito, a critério do **BANCO**, desde que o mobiliário de linha seja comprovadamente executado pelo fornecedor, através de consulta ao sítio da ABNT, e que atenda aos critérios de semelhança de finalidade, estrutura básica, material, dimensões e acabamentos.

III. LAUDO TÉCNICO atestando que o item cotado atende às exigências do Ministério do Trabalho, quanto à Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde do Trabalhador MTB – NR17/Ergonomia, emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho. Não será aceito laudo emitido há mais de 01 (um) ano da data da licitação.

IV. LAUDOS TÉCNICOS emitidos por entidades acreditadas pelo Inmetro, ou reconhecidas por Organizações Metrológicas Regionais (com apresentação do certificado de reconhecimento de competência técnica e que atendam comprovadamente aos requisitos descritos na Norma NBR ISO/IEC 17025:2005) com o resultado da realização de ensaios laboratoriais em amostras dos materiais listados abaixo, de maneira a determinar/comprovar:

Revestimento tecido

- a) Determinação da base lã - NBR13538/95;
- b) Determinação da gramatura de superfícies têxteis - NBR10591/08;
- c) Eficiência dos acabamentos de proteção antimicrobica (ácaros, fungos e bactérias) - AATCC 6538 e AATCC 4352, Test Method 147-1993;
- d) Inflamabilidade vertical - ISO 6940:1984;
- e) Solidez da cor à luz – mínima 40 horas - NBR ISO 105 - B02:2007;
- f) Solidez da cor à fricção – mínimo classe 5 - AATCC Test Method 8-2007.

Revestimento sintético

- a) Gramatura: mínimo 500 g/m² - NBR 14554;
- b) Gramatura reforço malha ou suporte (100% Poliéster): mínimo 60 g/m²;
- c) Espessura: mínima 1,0 mm - NBR 14099;
- d) Composição química do laminado;
- e) Largura: mínimo 1370 mm;
- f) Tração Longitudinal e Transversal - NBR 14552;
- g) Rasgo Longitudinal e Transversal - NBR 14553;
- h) Alongamento Longitudinal e Transversal - NBR 14552;
- i) Resistência à chama: menor ou igual a 100 mm/min - ISO 3795:98;
- j) Determinação da solidez (estabilidade da cor com lâmpada ultravioleta) – NBR 14392/2013 – Método D, com resultado mínimo grau 03;
- k) Proteção contra fungos e bactérias - Microban® - NBR 14941;
- l) Acabamento em laca de poliuretano (PU).

Espuma flexível de poliuretano

- a) Resiliência – NBR 8619:03, com desempenho superior a 50% de resiliência ao impacto;
- b) Teor de cinzas – NBR 14961:07, com máximo de 0,10%;
- c) Resistência à compressão – NBR 8910:03, com desempenho \geq a 04 com compressão 50% kPa;
- d) Características de queima – NBR 9178:03, com velocidade de queima \leq a 100 mm/min;
- e) Resistência à tração – NBR 8515:03, tensão de ruptura \geq a 190 kPa e alongamento de ruptura maior ou igual a 70%;
- f) Resistência ao rasgamento – NBR 8516:03, \geq a 940 N/m;
- g) Densidade – NBR 8537:03, aparente conforme previsto na especificação técnica;
- h) Deformação permanente à compressão – NBR 8797:03, a 90% \leq a 30;
- i) Força de indentação – NBR 9176:03, a 65% - 400 N, com fator de conforto médio aproximado de 3,0;
- j) Fadiga dinâmica – NBR 9177:03, a 65% - máximo 20%, com perda de espessura máxima aproximada de 3%.

Superfícies metálicas (Resistência da camada de tinta)

- a) Espessura película seca (NBR 10443:08) com valor médio 60 a 80 μ m;
- b) Resistência à névoa salina (NBR 8094:83) sem alteração 312 horas (sem apresentar pontos de corrosão F0 ou empolamento d0/t0);
- c) Resistência à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada (NBR 8095:83) sem alteração 120 horas (sem apresentar pontos de corrosão F0 ou empolamento d0/t0);
- d) Determinação da aderência da tinta (NBR 11003:90) Gr0/Método B película inferior a 70 μ m ou Y/X (0,0)/Método A para película superior a 70 μ m (sem deslocamento da pintura);
- e) Dobramento sobre Mandril Cônico com valores limitados a 5 mm de fissuras (ASTM D 1737:85) ou 8% de alongamento (NBR 10545:88).

- * **Laudos emitidos com data superior a 05 (cinco) anos da data do certame só serão aceitos devidamente acompanhados de declaração formal do laboratório atestando a manutenção da validade dos mesmos.**

V. CERTIFICAÇÃO DE CADEIA DE CUSTÓDIA PARA PRODUTOS DE MADEIRA (SELO), comprovando que na fabricação do produto, 100% (cem por cento) dos componentes de madeira utilizados são oriundos de madeira certificada:

- a) Todos os produtos ou subprodutos de madeira que compõem o mobiliário deverão, obrigatoriamente, oriundos de florestas nativas ou plantadas, tendo procedência legal certificada de manejo florestal sustentável;
- b) Para a referida comprovação poderão ser apresentados: **Certificado (selo) de Cadeia de Custódia CERFLOR** ou **Certificado (selo) de Cadeia de Custódia FSC – Forest Stewardship Council**, ou similares, desde que emitidos por entidade ou organismo credenciador (certificador) reconhecido nacional ou internacionalmente, que garanta a rastreabilidade de toda a cadeia produtiva;
- c) Os referidos certificados (selos) deverão ser próprios, ou seja, vinculados à empresa fornecedora. Não serão aceitos certificados referentes aos fabricantes da matéria-prima (compen-sado) utilizada na produção do mobiliário;
- d) Os Certificados de Cadeia de Custódia apresentados terão sua validade confirmada, por meio de consulta via internet nos sites das entidades emissoras;
- e) O BANCO poderá, a qualquer tempo, por amostragem, nas entregas dos produtos, solicitar a comprovação de que todos os componentes de madeira utilizados na fabricação dos mes-

mos contenham madeira de origem nativa ou plantada, procedentes de manejo florestal sustentável, de acordo com a Certificação apresentada.

VI. RÓTULO ECOLÓGICO ABNT PARA CADEIRAS E ASSENTOS MÚLTIPLOS PE-261.02 (Selo ABNT de Qualidade Ambiental), comprovando o esforço da empresa fabricante em melhorar e/ou manter a qualidade ambiental através da redução do consumo de energia e de materiais, bem como da minimização dos impactos de poluição gerados pela produção, utilização e disposição de produtos e serviços.

VII. FISCALIZAÇÃO / VISTORIA TÉCNICA

- a) O Banco do Brasil S.A. poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar inspeções às instalações do fornecedor com o intuito de atestar a capacidade e qualidade produtiva (confirmação do maquinário mínimo declarado e análise do sistema de gestão da qualidade), além de realizar análises técnicas de amostras retiradas de lotes de fornecimento para verificação do atendimento e manutenção das especificações, projeto executivo e normas técnicas do mobiliário produzido;
- b) As inspeções tratadas neste item poderão ser realizadas diretamente pelo Banco do Brasil S.A. (funcionários do quadro), ou por intermédio de seu preposto ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e seu respectivo corpo técnico de auditores, sem aviso prévio;
- c) Nos casos em que as inspeções e auditorias forem realizadas por meio de preposto (sempre indicado pelo Banco do Brasil S.A.), todos os custos relacionados ao evento - passagem, hospedagem, alimentação, transporte, etc. - serão pagos pelo **PROPONENTE**, que deverá internalizar estes valores aos custos de produção dos bens, incluindo-os nos preços apresentados em sua proposta;
- d) Nos casos em que forem constatadas inconformidades técnicas e/ou em relação à capacidade/qualidade fabril do fornecedor, o Banco do Brasil S.A. resguarda-se o direito de rejeição integral do objeto licitado.

VIII. OBRIGAÇÕES COMPLEMENTARES

- a) A Contratada é responsável por todo o processo de preparo, embalagem, transporte e segurança do material no trajeto para os locais de entrega. O mobiliário deverá ser entregue devidamente embalado e identificado;
- b) A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens dos móveis após a montagem, para fins de destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 33 da Lei n° 12.305/10, artigos 13 a 32 do Decreto n° 7.404/10, e legislação correlata;
- c) A Contratada deverá fornecer **Manual de Montagem, Operação e Manutenção**, contendo a descrição detalhada das características técnicas do bem, marca/modelo (se for o caso) e nome do fabricante. O mesmo deverá ser devidamente ilustrado, contendo orientações suficientes para subsidiar os procedimentos de montagem e utilização e manutenção autônoma do móvel. Cada unidade de mobiliário fornecido deverá acompanhar uma cópia do respectivo Manual, inclusive o protótipo durante a licitação, para validação do material pela área técnica do Banco.

IX. ANÁLISE DE AMOSTRAS

- a) O atendimento das especificações técnicas do mobiliário ofertado será verificado por meio da análise de amostra. A solicitação de amostra somente será realizada após a aprovação da documentação de qualificação técnica, sendo ambas as etapas de avaliação eliminatórias. A empresa arrematante, caso convocada a apresentar amostra do mobiliário, para efeito de controle de qualidade, terá prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da

data de aprovação da documentação de qualificação técnica ou da convocação pelo pregoeiro;

- b) O(s) protótipo(s)/amostra(s) poderá(ão) ser aprovado(s) com ressalva(s), a critério do Banco e mediante justificativa da área técnica responsável pela sua análise, desde que se refira(m) a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto). Neste caso, o PROPONENTE classificado deverá encaminhar ao PREGOEIRO declaração formal comprometendo-se a efetuar a(s) correção(ões) da(s) ressalva(s) apontada(s) quando da entrega do(s) bem(ns).

ANEXO 02

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2014/14847 (7417) – REGISTRO DE PREÇOS

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

A critério do PROPONENTE, a habilitação poderá ser feita por meio do SICAF, ou junto ao BANCO.

1. HABILITAÇÃO POR MEIO DO SICAF

1.1 O PROPONENTE que optar pela habilitação por meio do SICAF, registro cadastral oficial do Poder Executivo Federal, nos termos da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, de 11.10.2011, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Decreto nº 3.722, 09.01.2001 e atualizações posteriores, deverá atender às seguintes exigências:

1.1.1 satisfazer os requisitos relativos à fase inicial de habilitação preliminar (Art. 22, Parágrafo 1º (primeiro) da Lei 8.666/93) que se processará junto ao SICAF.

1.1.1.1 o proponente deverá atender às condições exigidas para cadastramento no SICAF, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

1.1.2 estar cadastrado para a linha de fornecimento compatível com o objeto licitado.

1.1.2.1 ao proponente que não possua, cadastrada no Sicaf, linha de fornecimento compatível com o objeto licitado, será facultada a apresentação do Contrato Social e/ou Alterações contratuais para verificação de atividade compatível com o objeto licitado entre os objetivos sociais da empresa.

1.1.3 apresentar, no SICAF, todos os índices relativos à situação financeira maiores que 1,0 (um).

1.1.3.1 as empresas que apresentarem, no SICAF, qualquer dos índices relativos à boa situação financeira igual ou menor que 1,0 (um) deverão comprovar possuir patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) para o Lote 01; R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) para o Lote 02 e R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para o Lote 03. A comprovação será feita mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da legislação em vigor.

1.2 A comprovação da HABILITAÇÃO JURÍDICA, da REGULARIDADE FISCAL e da QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA se fará mediante consulta "on-line" após encerrada a etapa de lances.

- 1.3 Ao proponente, cuja documentação relativa à regularidade fiscal e à qualificação econômico-financeira encontrar-se vencida, será facultada a apresentação da documentação atualizada ao Pregoeiro na forma do **item 4.2** deste Anexo.
- 1.4 Os interessados em participar da presente licitação, que não estejam habilitados no SICAF, poderão habilitar-se em qualquer “Unidade Cadastradora” do Sistema. A relação das unidades cadastradoras poderá ser obtida, via internet, no endereço <http://www.comprasnet.gov.br>.
- 1.5 Na hipótese de o participante ter providenciado o seu Cadastramento no SICAF, no prazo máximo de até o 3º (terceiro) dia útil anterior à realização do certame, estando ainda pendente de análise e decisão quanto à regularidade das exigências de cadastro, deverá encaminhar ao PREGOEIRO, via fac-símile ou e-mail, conforme **item 4.2** deste Anexo, sob pena de inabilitação, o “Recibo de Solicitação de Serviço” - RSS. Neste caso, os trabalhos serão suspensos para procedimento de diligência na forma estabelecida no §3º do artigo 43 da Lei 8.666/93.

2. HABILITAÇÃO JUNTO AO BANCO

- 2.1 Para a habilitação junto ao BANCO, o PROPONENTE deverá apresentar os seguintes documentos:

Habilitação Jurídica:

- 2.1.1 registro comercial, no caso de empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, em se tratando de sociedades empresárias e sociedades simples, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, e, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de nomeação da diretoria em exercício.
- 2.1.1.1 os documentos mencionados acima deverão estar acompanhados de todas as suas alterações ou da respectiva consolidação e deles deverá constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com objeto desta licitação.
- 2.1.2 inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de nomeação da diretoria em exercício.
- 2.1.3 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Regularidade Fiscal:

- 2.1.4 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF.
- 2.1.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do PROPONENTE, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

- 2.1.6 prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão Unificada, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, por elas administrados, inclusive contribuições previdenciárias;
- 2.1.7 prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Municipal ou do Distrito Federal do domicílio ou sede do PROPONENTE, compreendendo a Certidão de Quitação de Tributos e a Certidão Quanto à Dívida Ativa – ou outras equivalentes na forma da lei – expedidas, em cada esfera de governo, pelo Órgão competente;
- 2.1.8 prova de regularidade perante o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do CRF – Certificado de Regularidade de Fundo de Garantia, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

Qualificação Econômico-Financeira:

- 2.1.9 certidão negativa de pedido de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do PROPONENTE que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. Caso as certidões sejam apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas válidas, para este certame, aquelas emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para a abertura da sessão.
- 2.1.9.1 para as praças onde houver mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas tantas certidões quantos forem os cartórios, cada uma emitida por um distribuidor.
- 2.1.10 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da legislação em vigor, acompanhado do demonstrativo das contas de lucros e prejuízos que comprovem possuir o PROPONENTE boa situação financeira.
- 2.1.10.1 no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a apresentação dessa documentação servirá também para a comprovação de enquadramento nessa condição, de acordo com o Artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.
- 2.1.11 a comprovação da boa situação financeira do PROPONENTE será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, sendo considerada habilitada a empresa que apresentar resultado maior do que 01 (um), em todos os índices aqui mencionados:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 2.1.12 as empresas que apresentarem qualquer dos índices relativos à boa situação financeira igual ou menor que 1,00 (um) deverão comprovar possuir patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) para o Lote 01; R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) para o Lote 02 e R\$ 650.000,00 (seiscientos e cinquenta mil reais) para o Lote 03. A comprovação será feita mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da legislação em vigor.

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- 3.1 Em qualquer situação (habilitação por SICAF ou junto ao BANCO) apresentar os seguintes documentos complementares:

- 3.1.1 declaração de que não existe em seu quadro, funcionários menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou ainda, empregado com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, conforme minuta constante do **Anexo 04**.
- 3.1.2 no caso de Microempresas-ME e Empresas de Pequeno Porte-EPP, declaração de enquadramento nessas situações, conforme minuta constante do **Anexo 06**.
- 3.1.3 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho e da Lei 12.440/2011.
- 3.1.4 registro ou inscrição do PROPONENTE na entidade profissional competente, se houver.
- 3.1.5 comprovação de que o PROPONENTE fornece/forneceu, sem restrição, bens/materiais de natureza semelhante ao(s) indicado(s) no **Anexo 01** deste Edital. A comprovação será feita por meio de atestado fornecido por empresa de direito público ou privado, registrado na entidade profissional competente, se houver.
- 3.1.6 declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo a sua habilitação e sua participação em licitações, conforme minuta constante do **Anexo 05** deste edital.

NO CASO DE EMPRESA ESTRANGEIRA RESIDENTE/DOMICILIADA NO EXTERIOR

- 3.1.7 informar o Número de Identificação Fiscal – NIF no Anexo 07, ou respectiva justificativa para não apresentação do referido número, para fins de cumprimento do disposto na Instrução Normativa nº 1.277, de 28.06.2012 da Receita Federal do Brasil.

4. CONDIÇÕES GERAIS

- 4.1 No caso de o PROPONENTE ser empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, os quais deverão ser remetidos por fac-símile nº (31) 3280-6348 ou (31) 3280-6282 ou e-mail jacque.soraya@bb.com.br, de imediato, com posterior encaminhamento do original no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil à data da realização do Pregão.

- 4.2 Os documentos exigidos neste Anexo, bem como aqueles porventura vencidos no SICAF, deverão ser encaminhados, imediatamente, após encerrada a etapa de lances, pelo PROPONENTE, para o fac-símile nº (31) 3280-6348 ou (31) 3280-6282 ou e-mail jacque.soraya@bb.com.br, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada ao PREGOEIRO, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data da realização do Pregão, para o seguinte endereço:

BANCO DO BRASIL S.A.

CENOP LOGÍSTICA BELO HORIZONTE (MG) – LICITAÇÃO/LICIT3

Rua da Bahia, 2.500 – 5º andar – Bairro Lourdes

CEP: 30.160-012 – Belo Horizonte (MG)

- 4.3 A não apresentação dos documentos exigidos neste Anexo implicará na desclassificação da proposta e a aplicação das penalidades previstas no **item 11** do Edital - Sanções Administrativas.
- 4.4 Os **PROponentes** que alegarem estar desobrigados da apresentação de qualquer um dos documentos exigidos na fase habilitatória deverão comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor, apresentados na forma indicada no item anterior.

5. REGULARIDADE FISCAL - OBSERVAÇÕES APLICÁVEIS ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, NA FORMA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14.12.2006 E DO DECRETO Nº 6.204, DE 05.09.2007:

- 5.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o PROPONENTE (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 5.2 A declaração do vencedor de que trata o caput deste item acontecerá em momento posterior à fase de habilitação.
- 5.3 A prorrogação do prazo previsto no caput deste item será sempre concedida pelo Banco, quando requerida pelo PROPONENTE, a não ser que exista urgência na contratação, devidamente justificada.
- 5.4 A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, sendo facultado ao BANCO convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.
- 5.5 A regularidade fiscal é condição indispensável para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

6 CADASTRO DE RESERVA

- 6.1 Os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para fins de composição do Cadastro de Reserva previsto no item 15 do Edital, deverão observar as condições de habilitação exigidas neste Anexo.

ANEXO 03

MINUTA DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: (nome, endereço, razão social, etc.)

OUTORGADO: (nome e qualificação do representante)

OBJETO: representar a outorgante perante o Banco do Brasil S.A.

PODERES: apresentar PROPOSTA e DOCUMENTOS após o certame, prestar declaração de que o outorgante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, bem como de que atende às exigências do Edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira, formular ofertas e lances de preços nas sessões públicas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, assinar Atas de Registro de Preços/Contratos/Solicitação de Entrega, assim como assinar todos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

LOCAL E DATA

ASSINATURA RECONHECIDA EM CARTÓRIO CONFORME ITEM 8.2.2 DO EDITAL.

ANEXO 04**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2014/14847 (7417) – REGISTRO DE PREÇOS****MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA
EMPRESA****Decreto 4.358, de 05.09.2002****EMPREGADOR: PESSOA JURÍDICA****Ref.:** 2014/14847 (7417) – Registro de Preços.

.....inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº DECLARA, para fins de disposto no inciso V do artigo 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO 05

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

Para fins de participação no Pregão Eletrônico 2014/14847 (7417), a(o)..... (NOME COMPLETO DO PROPONENTE), CNPJ nº, sediada(o) (ENDEREÇO COMPLETO), DECLARA, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Nome e identificação do declarante

No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, utilizar o texto abaixo:

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

Para fins de participação no Pregão Eletrônico 2014/14847 (7417), a(o)..... (NOME COMPLETO DO PROPONENTE), CNPJ nº, sediada(o) (ENDEREÇO COMPLETO), DECLARA, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e do Decreto nº 6.204, de 05.09.2007, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Nome e identificação do declarante

ANEXO 06

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Para fins de participação na licitação 2014/14847 (7417), a(o) (NOME COMPLETO DO PROPONENTE), CNPJ nº, sediada (o) (ENDEREÇO COMPLETO), DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como (**Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso**), na forma da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e do Decreto nº 6.204, de 05.09.2007, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 daquela Lei Complementar.

DECLARA, ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e que (**está regularmente inscrita**) ou (**não está inscrita**) no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL. **[OBS.: UTILIZAR APENAS UMA DAS OPÇÕES DESTACADAS ENTRE PARÊNTESES, CONFORME O CASO. – RETIRAR ESTA OBSERVAÇÃO QUANDO DA CONFECÇÃO DA DECLARAÇÃO.]**

Local e data

Nome e identificação do declarante

OBS.: a presente declaração deverá ser assinada por representante legal do PROPONENTE.

ANEXO 07

MINUTA DE CARTA-PROPOSTA PARA COMPRA

A SER ENVIADA VIA FAX OU E-MAIL - PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR - CONFORME ITEM 8.4.19 DO EDITAL

BANCO DO BRASIL S.A.

Prezados Senhores,

Ref.: Banco do Brasil S.A. - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2014/14847 (7417) - REGISTRO DE PREÇOS.

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO e TELEFONE:

DADOS BANCÁRIOS (Banco/Agência/Conta):

NOME E CPF OU CNPJ DO(S) ACIONISTA(S) CONTROLADOR (ES), INDEPENDENTE DA QUANTIDADE DO CAPITAL COM DIREITO A VOTO QUE POSSUI (EM): (INFORMAR CASO O PROPONENTE SEJA SOCIEDADE ANÔNIMA – CAPITAL ABERTO OU FECHADO):

NIF: (Número de Identificação Fiscal – informar quando se tratar de empresa estrangeira residente/domiciliada no exterior).

1. OBJETO

- 1.1 Fornecimento de Cadeiras (Conjunto de Espera C6 - Vinil, Operacional Giratória C2 - Tecido, Base Fixa C5 - Vinil e Base Fixa C5 - Tecido), com entrega e montagem em diversas dependências do Banco do Brasil S.A. situadas **(PREENCHER)** referente ao Lote **(PREENCHER)**, mediante registro de preço, conforme discriminado no **Anexo 01** do Edital que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe. **(Descrever o objeto detalhando, inclusive, condições específicas).**

2. QUANTIDADE ESTIMADA**LOTE 01: ESTADOS: CE, PI, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, RJ e MG**

ITEM	AL, BA, CE, PB, PE, PI, RN e SE				ES, MG e RJ			
	Prazo: 15 dias	PBMS	Prazo: 40 dias	Unidade de Com- pra	Prazo: 15 dias	PBMS	Prazo: 30 dias	Unidade de Com- pra
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil	400	71.10.040.220490	2.000	Unidade	200	71.10.040.220490	1.000	Unidade
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil obesos	20	71.10.040.220490	200	Unidade	10	71.10.040.220490	100	Unidade
Cadeira Operacional Giratória – C2 Tecido	800	71.10.040.050500	4.500	Unidade	800	71.10.040.050500	4.000	Unidade
Cadeira C5 Base Fixa - Vinil	400	71.10.040.050500	2.000	Unidade	320	71.10.040.050500	1.600	Unidade
Cadeira C5 Base Fixa Tecido	40	71.10.040.050500	400	Unidade	40	71.10.040.050500	400	Unidade

LOTE 02: ESTADOS: RR, AM, AC, RO, AP, PA, MT, MS GO, TO, DF, PR, SC, RS e MA

ITEM	DF, GO, MT, MS, PR, RS e SC				AC, AM, AP, MA, PA, RO, RR e TO			
	Prazo: 15 dias	PBMS	Prazo: 30 dias	Unidade de Com- pra	Prazo: 20 dias	PBMS	Prazo: 40 dias	Unidade de Com- pra
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil	360	71.10.040.220490	1.800	Unidade	160	71.10.040.220490	800	Unidade
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil obesos	30	71.10.040.220490	180	Unidade	16	71.10.040.220490	80	Unidade
Cadeira Operacional Giratória – C2 Tecido	600	71.10.040.050500	6.000	Unidade	300	71.10.040.050500	3.000	Unidade
Cadeira C5 – Base Fixa - Vinil	360	71.10.040.050500	1.800	Unidade	150	71.10.040.050500	1.000	Unidade
Cadeira C5 Base Fixa Tecido	40	71.10.040.050500	400	Unidade	20	71.10.040.050500	200	Unidade

LOTE 03: ESTADO DE SÃO PAULO

ITEM	ESTADO DE SÃO PAULO			
	Prazo: 15 dias	PBMS	Prazo: 30 dias	Unidade de Compra
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil	600	71.10.040.220490	3.000	Unidade
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil - obesos	60	71.10.040.220490	300	Unidade
Cadeira Operacional Giratória C2 - Tecido	400	71.10.040.050500	4.000	Unidade
Cadeira C5 – Base Fixa - Vinil	200	71.10.040.050500	1.000	Unidade
Cadeira C5 – Base Fixa - Tecido	40	71.10.040.050500	400	Unidade

3. LOCAL, PRAZO E HORÁRIO DE ENTREGA DOS BENS

3.1 A entrega e montagem dos bens, com as etiquetas de identificação patrimonial (Documento n° 06 da Ata), serão efetuadas conforme abaixo, no período compreendido entre 09:00 h e 16:00 h, em dias úteis - de segunda-feira a sexta-feira.

LOTE 01: Região Nordeste do país (exceto o Estado do Maranhão): em até 40 (quarenta) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Entrega pelo fornecedor.

Região Sudeste do país (exceto o Estado de São Paulo): em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Entrega pelo fornecedor.

Dependências sinistradas das Regiões Nordeste e Sudeste do país (exceto os Estados do Maranhão e São Paulo): em até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Entrega pelo fornecedor.

LOTE 02: Regiões Centro-Oeste e Sul do país: em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Entrega pelo fornecedor.

Região Norte do país e Estado do Maranhão: em até 40 (quarenta) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Entrega pelo fornecedor.

Dependências sinistradas das Regiões Centro-Oeste e Sul do país: em até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data de recebimento da solicitação de entrega pelo fornecedor.

Dependências sinistradas da Região Norte do país e Estado do Maranhão: em até 20 (vinte) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Entrega pelo fornecedor.

LOTE 03: Estado de São Paulo: em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Entrega pelo fornecedor.
 Dependências sinistradas do Estado de São Paulo: em até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Entrega pelo fornecedor.

- 3.2 A relação das dependências onde os bens serão entregues e montados, assim como as quantidades, serão informados na Solicitação de Entrega.

4. CONDIÇÕES GERAIS

- 4.1 O PROPONENTE declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação bem como a Minuta da Ata de Registro de Preços que o integra.
- 4.2 O PROPONENTE declara que a forma escolhida para habilitação, dentre as opções estipuladas no **item 8.4.18** do Edital é a seguinte:**(INFORMAR)**.
- 4.3 O PROPONENTE declara, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário funcionário do Banco do Brasil S.A. ou membro da Administração dessa Instituição, ainda que em gozo de licença não remunerada nas hipóteses em que couber, mesmo na condição de subcontratado, salvo os casos de empresa sob controle do próprio Banco **(UTILIZAR ESTE ITEM CASO O PROPONENTE SEJA SOCIEDADE LIMITADA)**.
- 4.4 Para fins de comprovação do disposto no item 7.2, alíneas “g” e “h” do Edital, encontra-se anexa a esta carta-proposta certidão expedida por esta empresa com os assentamentos registrados no Livro de Registro de Ações Nominativas **(OBSERVAR ESTE ITEM CASO O PROPONENTE SEJA SOCIEDADE ANÔNIMA – CAPITAL ABERTO OU FECHADO)**.
- 4.5 Quaisquer reclamações oriundas do fornecimento do(s)bem(ns) deve(rão) ser formalizada(s) por escrito e dirigidas ao nosso escritório, sito na rua, na cidade de ou no endereço eletrônico**(INFORMAR)**.

5. PREÇO DOS BENS

LOTE 01: REGIÕES NORDESTE E SUDESTE DO PAÍS (EXCETO OS ESTADOS DO MARANHÃO E SÃO PAULO)

ITEM	PBMS	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO DE ENTREGA	UNIDADE DE COMPRA	MARCA MODELO	VALOR UNITÁRIO - R\$	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR TOTAL - R\$
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil	71.10.040.220490	AL/BA/CE/PB/PE/PI/RN e SE	15 dias	Unidade			400	
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil - obesos	71.10.040.220490	AL/BA/CE/PB/PE/PI/RN e SE	15 dias	Unidade			20	
Cadeira Operacional Giratória – C2 Tecido	71.10.040.050500	AL/BA/CE/PB/PE/PI/RN e SE	15 dias	Unidade			800	
Cadeira C5 – Base Fixa Vinil	71.10.040.050500	AL/BA/CE/PB/PE/PI/RN e SE	15 dias	Unidade			400	
Cadeira C5 – Base Fixa Tecido	71.10.040.050500	AL/BA/CE/PB/PE/PI/RN e SE	15 dias	Unidade			40	
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil	71.10.040.220490	AL/BA/CE/PB/PE/PI/RN e SE	40 dias	Unidade			2.000	
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil - obesos	71.10.040.220490	AL/BA/CE/PB/PE/PI/RN e SE	40 dias	Unidade			200	

BANCO DO BRASIL S.A.

www.licitacoes-e.com.br

Pregão Eletrônico n.º 2014/14847 (7417) – CENTRO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA – BH (MG)

pág. 50

ITEM	PBMS	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO DE ENTREGA	UNIDADE DE COMPRA	MARCA MODELO	VALOR UNITÁRIO - R\$	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR TOTAL - R\$
Cadeira Operacional Giratória – C2 Tecido	71.10.040.050500	AL/BA/CE/PB/PE/PI/RN e SE	40 dias	Unidade			4.500	
Cadeira C5 – Base Fixa Vinil	71.10.040.050500	AL/BA/CE/PB/PE/PI/RN e SE	40 dias	Unidade			2.000	
Cadeira C5 – Base Fixa Tecido	71.10.040.050500	AL/BA/CE/PB/PE/PI/RN e SE	40 dias	Unidade			400	
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil	71.10.040.220490	ES/RJ/MG	15 dias	Unidade			200	
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil - obesos	71.10.040.220490	ES/RJ/MG	15 dias	Unidade			10	
Cadeira Operacional Giratória – C2 Tecido	71.10.040.050500	ES/RJ/MG	15 dias	Unidade			800	
Cadeira C5 – Base Fixa Vinil	71.10.040.050500	ES/RJ/MG	15 dias	Unidade			320	
Cadeira C5 – Base Fixa Tecido	71.10.040.050500	ES/RJ/MG	15 dias	Unidade			40	
ITEM	PBMS	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO DE ENTREGA	UNIDADE DE COMPRA	MARCA MODELO	VALOR UNITÁRIO - R\$	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR TOTAL - R\$

BANCO DO BRASIL S.A.

www.licitacoes-e.com.br

Pregão Eletrônico n.º 2014/14847 (7417) – CENTRO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA – BH (MG)

pág. 51

Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil	71.10.040.220490	ES/RJ/MG	30 dias	Unidade			1.000	
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil - obesos	71.10.040.220490	ES/RJ/MG	30 dias	Unidade			100	
Cadeira Operacional Giratória – C2 Tecido	71.10.040.050500	ES/RJ/MG	30 dias	Unidade			4.000	
Cadeira C5 – Base Fixa Vinil	71.10.040.050500	ES/RJ/MG	30 dias	Unidade			1.600	
Cadeira C5 – Base Fixa Tecido	71.10.040.050500	ES/RJ/MG	30 dias	Unidade			400	
VALOR GLOBAL - R\$								

LOTE 02: REGIÕES NORTE, CENTRO-OESTE E SUL DO PAÍS E ESTADO DO MARANHÃO

BANCO DO BRASIL S.A.

www.licitacoes-e.com.br

Pregão Eletrônico n.º 2014/14847 (7417) – CENTRO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA – BH (MG)

pág. 52

ITEM	PBMS	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO DE ENTREGA	UNIDADE DE COMPRA	MARCA MODELO	VALOR UNITÁRIO - R\$	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR TOTAL - R\$
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil	71.10.040.220490	DF/GO/MT/MS/PR/RS/SC	15 dias				360	
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil - obesos	71.10.040.220490	DF/GO/MT/MS/PR/RS/SC	15 dias				30	
Cadeira Operacional Giratória – C2 Tecido	71.10.040.050500	DF/GO/MT/MS/PR/RS/SC	15 dias				600	
Cadeira C5 – Base Fixa Vinil	71.10.040.050500	DF/GO/MT/MS/PR/RS/SC	15 dias				360	
Cadeira C5 – Base Fixa Tecido	71.10.040.050500	DF/GO/MT/MS/PR/RS/SC	15 dias				40	
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil	71.10.040.220490	DF/GO/MT/MS/PR/RS/SC	30 dias				1.800	
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil - obesos	71.10.040.220490	DF/GO/MT/MS/PR/RS/SC	30 dias				180	

ITEM	PBMS	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO DE ENTREGA	UNIDADE DE COMPRA	MARCA MODELO	VALOR UNITÁRIO - R\$	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR TOTAL - R\$
------	------	------------------	------------------	-------------------	--------------	----------------------	---------------------	-------------------

BANCO DO BRASIL S.A.

www.licitacoes-e.com.br

Pregão Eletrônico n ° 2014/14847 (7417) – CENTRO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA – BH (MG)

pág. 53

Cadeira Operacional Giratória – C2 Tecido	71.10.040.050500	DF/GO/MT/MS/PR/RS/SC	30 dias				6.000	
Cadeira C5 – Base Fixa Vinil	71.10.040.050500	DF/GO/MT/MS/PR/RS/SC	30 dias				1.800	
Cadeira C5 – Base Fixa Tecido	71.10.040.050500	DF/GO/MT/MS/PR/RS/SC	30 dias				400	
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil	71.10.040.220490	AC/AM/AP/MA/PA/RO/RR/TO	20 dias				160	
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil - obesos	71.10.040.220490	AC/AM/AP/MA/PA/RO/RR/TO	20 dias				16	
Cadeira Operacional Giratória – C2 Tecido	71.10.040.050500	AC/AM/AP/MA/PA/RO/RR/TO	20 dias				300	
Cadeira C5 – Base Fixa Vinil	71.10.040.050500	AC/AM/AP/MA/PA/RO/RR/TO	20 dias				150	
Cadeira C5 – Base Fixa Tecido	71.10.040.050500	AC/AM/AP/MA/PA/RO/RR/TO	20 dias				20	
ITEM	PBMS	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO DE ENTREGA	UNIDADE DE COMPRA	MARCA MODELO	VALOR UNITÁRIO - R\$	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR TOTAL - R\$
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil	71.10.040.220490	AC/AM/AP/MA/PA/RO/RR/TO	40 dias				800	

Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil - obesos	71.10.040.220491	AC/AM/AP/MA/PA/RO/RR/TO	40 dias				80	
Cadeira Operacional Giratória – C2 Tecido	71.10.040.50500	AC/AM/AP/MA/PA/RO/RR/TO	40 dias				3.000	
Cadeira C5 – Base Fixa Vinil	71.10.040.50501	AC/AM/AP/MA/PA/RO/RR/TO	40 dias				1.000	
Cadeira C5 – Base Fixa Tecido	71.10.040.50502	AC/AM/AP/MA/PA/RO/RR/TO	40 dias				200	
VALOR GLOBAL - R\$								

LOTE 03: ESTADO DE SÃO PAULO

ITEM	PBMS	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO DE ENTREGA	UNIDADE DE COMPRA	MARCA MODELO	VALOR UNITÁRIO - R\$	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR TOTAL - R\$
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil	71.10.040.220490	Estado de São Paulo	15 dias	Unidade			600	

BANCO DO BRASIL S.A.

www.licitacoes-e.com.br

Pregão Eletrônico n ° 2014/14847 (7417) – CENTRO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA – BH (MG)

pág. 55

Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil - obesos	71.10.040.220491	Estado de São Paulo	15 dias	Unidade			60	
Cadeira Operacional Giratória – C2 Tecido	71.10.040.50500	Estado de São Paulo	15 dias	Unidade			400	
Cadeira C5 – Base Fixa Vinil	71.10.040.50501	Estado de São Paulo	15 dias	Unidade			200	
Cadeira C5 – Base Fixa Tecido	71.10.040.50502	Estado de São Paulo	15 dias	Unidade			40	
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil	71.10.040.220490	Estado de São Paulo	30 dias	Unidade			3.000	
Conjunto de cadeiras de espera C6 vinil - obesos	71.10.040.220491	Estado de São Paulo	30 dias	Unidade			300	

ITEM	PBMS	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO DE ENTREGA	UNIDADE DE COMPRA	MARCA MODELO	VALOR UNITÁRIO - R\$	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR TOTAL - R\$
Cadeira Operacional Giratória – C2 Tecido	71.10.040.50500	Estado de São Paulo	30 dias	Unidade			4.000	
Cadeira C5 – Base Fixa Vinil	71.10.040.50501	Estado de São Paulo	30 dias	Unidade			1.000	

Cadeira C5 – Base Fixa Tecido	71.10.040.50502	Estado de São Paulo	30 dias	Unidade		400	
VALOR GLOBAL - R\$							

No cálculo do valor unitário, distribuir o valor do lance entre as unidades licitadas do Lote de acordo com as quantidades de cada item. No caso de valor unitário com centavos, considerar, SOMENTE, as 02 (duas) casas decimais.

- 5.1. A proposta terá validade de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 5.2. Os preços propostos contemplam todas as despesas que os compõem, tais como de embalagem, frete e seguro para entrega do material no local indicado, bem como todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.).
- 5.3. Sendo aplicável ao objeto da presente licitação ou à atividade principal do PROPONENTE a desoneração do INSS nos encargos sociais, disciplinada na Lei nº 12.546/2011 e no Decreto 7.828/2012, que possibilita a redução de custos previdenciários das empresas indicadas na referida legislação, declaro que o preço proposto contempla a referida desoneração.
- 5.4. Desde já declaramo-nos cientes de que o Banco procederá à retenção de impostos nas hipóteses previstas em lei.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE

ANEXO 08

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/.....

VIGÊNCIA: (indicar a vigência, considerando a data da publicação no D.O.U. do Aviso de Preço Registrado)

AOS DIAS DO MÊS DE DE (INFORMAR A MESMA DATA DA ASSINATURA DA ATA), NAS DEPENDÊNCIAS DA (NOME COMPLETO DA GECOP OU DO CSL), SITUADA NA ... (ENDEREÇO/CEP), O BANCO DO BRASIL S.A., SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, COM SEDE EM BRASÍLIA, INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA SOB O Nº 00.000.000/5832-78, ADIANTE DENOMINADO **BANCO**, NESTE ATO REPRESENTADO PELO (ADMINISTRADOR DO CENTRO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA ou GERENTE EXECUTIVO) NO FINAL QUALIFICADO, NOS TERMOS DAS LEIS NºS. 8.666 E 10.520, DE 21.06.1993 E 17.07.2002, RESPECTIVAMENTE, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14.12.2006 E DOS DECRETOS NºS. 5.450, 6.204 E 7.892, DE 31.05.2005, 05.09.2007 E 23.01.2013, RESPECTIVAMENTE E O REGULAMENTO DE LICITAÇÕES DO BANCO DO BRASIL, PUBLICADO NO D.O.U. EM 24.06.1996, EM FACE DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2014/14847 (7417), PARA REGISTRO DE PREÇOS, RESOLVE REGISTRAR O PREÇO DA EMPRESA (DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E CNPJ DA EMPRESA) OU NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL – NIF (NO CASO DE EMPRESA ESTRANGEIRA RESIDENTE E DOMICILIADA NO EXTERIOR), ADIANTE DENOMINADA **FORNECEDOR**, NESTE ATO REPRESENTADA PELO(S) SR.(S) (NOME, CARTEIRA DE IDENTIDADE, CPF E QUALIFICAÇÃO - DIRETORES, COTISTAS INGERENTES, PROCURADORES - DO(S) REPRESENTANTE(S)), CONSOANTE AS CLÁUSULAS ABAIXO. A PRESENTE ATA TEVE SUA MINUTA-PADRÃO APROVADA PELO PARECER DIJUR-COJUR/CONSU Nº 14.848, DE 17.08.2005 E PELA NOTA JURÍDICA DIJUR-CTIS/ADLIC Nº 2013/804, DE 18.03.2013. A MINUTA ESPECÍFICA FOI APROVADA PELO PARECER AJURE MINAS GERAIS Nº 7453-001, DE 19.11.2014.

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – A presente Ata tem por objeto o Registro dos Preços, pelo BANCO, de **Cadeiras (Conjunto de Espera C6 - Vinil, Operacional Giratória C2 - Tecido, Base Fixa C5 - Vinil e Base Fixa C5 - Tecido)**, para entrega em diversas dependências do Banco do Brasil S.A. situadas (PREENCHER) referente ao Lote (PREENCHER), nas quantidades estimadas constantes do Documento nº 01 desta Ata, junto ao FORNECEDOR, de acordo com as condições e especificações constantes do Documento nº 02 desta Ata e conforme proposta comercial nº (Nº E DATA DA PROPOSTA).

(NO CASO DE ACIONAMENTO DO CADASTRO DE RESERVA, A QUANTIDADE DEVERÁ CORRESPONDER AO REMANESCENTE, SE FOR O CASO – RETIRAR ESTA OBSERVAÇÃO QUANDO DA CONFEÇÃO DA ATA.)

Parágrafo Primeiro – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo Segundo – Ressalvada a vedação constante do Parágrafo Primeiro, a presente Ata poderá sofrer alterações, a critério do BANCO e mediante aviso formal ao FORNECEDOR, e por meio de aditivo contratual, obedecidas as disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93.

VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEGUNDA - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, vedada eventual prorrogação, a partir da data de sua publicação no D.O.U., prazo em que o FORNECEDOR se obriga a entregar o(s) bem(ns) de acordo com o estabelecido nas Cláusulas Décima Primeira e Décima Segunda desta Ata, mantidas as condições de garantia previstas na Cláusula Décima Terceira

(NO CASO DE ACIONAMENTO DO CADASTRO DE RESERVA, O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DEVERÁ CORRESPONDER AO PRAZO REMANESCENTE, SE FOR O CASO – RETIRAR ESTA OBSERVAÇÃO QUANDO DA CONFEÇÃO DA ATA)

Parágrafo Primeiro – A rescisão desta Ata poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

- a) administrativamente, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do BANCO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 9.854, de 27.10.99;
- b) amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada do BANCO, mediante aviso prévio por escrito, com prazo a ser negociado pelas partes à época da rescisão;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

Parágrafo Segundo – A rescisão também poderá ocorrer, quando o FORNECEDOR:

- a) motivar a suspensão dos serviços por parte de autoridades competentes. Neste caso, o FORNECEDOR responderá por eventual aumento de custos daí decorrentes e por perdas e danos que o BANCO, como consequência, venha a sofrer;
- b) deixar de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados;
- c) for responsável por operações em curso anormal junto a qualquer agência do BANCO, desde que o endividamento venha a comprometer a execução da ata de registro de preços;
- d) vier a ser declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública;
- e) vier a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira; e
- f) utilizar em benefício próprio ou de terceiros, informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais.

Parágrafo Terceiro – Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Quarto – As responsabilidades imputadas ao FORNECEDOR, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra o BANCO, não cessam com a rescisão.

PREÇO

CLÁUSULA TERCEIRA – Os preços registrados constam do “Documento nº 01”, anexo a esta Ata.

(INCLUIR O PARÁGRAFO A SEGUIR SE HOUVER INTERESSADO EM COMPOR O CADASTRO DE RESERVA)

Parágrafo Único – O(s) preço(s) do(s) fornecedor(es) que constitui(em) o Cadastro de Reserva e a respectiva ordem de classificação no certame constarão do “Termo de Cadastro de Reserva” que, a partir de sua assinatura, passará a ser parte integrante desta Ata.

CLÁUSULA QUARTA – Caso ocorra a demanda total dos bens, o BANCO pagará ao FORNECEDOR o valor total estimado de R\$ (.....) para o Lote **(PREENCHER)**. Os preços unitários estão descritos no Documento nº 01 desta Ata de Registro de Preços.

(NO CASO DE ACIONAMENTO DO CADASTRO DE RESERVA, O VALOR DEVERÁ CORRESPONDER AO REMANESCENTE, SE FOR O CASO – RETIRAR ESTA OBSERVAÇÃO QUANDO DA CONFECÇÃO DA ATA)

Parágrafo Primeiro – Nos preços propostos pelo FORNECEDOR estão incluídos, além dos insumos que os compõem, todos os impostos que o FORNECEDOR está obrigado a recolher, integralmente, não cabendo ao BANCO qualquer responsabilidade pelo recolhimento dos mesmos.

Parágrafo Segundo - Correrão por conta do FORNECEDOR as despesas com embalagens, montagens, frete e seguro para entrega dos materiais/bens nos locais indicados na SOLICITAÇÃO DE ENTREGA, conforme modelo constante do Documento nº 03 em anexo.

OPERACIONALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA - O fornecimento do produto cujo preço ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Solicitação de Entrega correspondente (Documento nº 03 desta Ata), que ficará a cargo da área responsável pelo gerenciamento desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Primeiro - Cada Solicitação de Entrega conterá, sucintamente:

- a) número da Ata;
- b) quantidade do produto;
- c) descrição do produto;
- d) local e horário de entrega;
- e) valor;
- f) código PBMS do produto; e

g) nome, endereço e telefone do órgão responsável pelo gerenciamento da Ata.

Parágrafo Segundo – O BANCO estima emitir, mensalmente, Solicitação de Entrega na quantidade de até 20% (vinte por cento) da quantidade estimada, constante do Documento N° 01 desta Ata.

Parágrafo Terceiro – Poderá haver variação da quantidade/porcentagem, de acordo com a necessidade do Banco do Brasil S.A.

Parágrafo Quarto – O FORNECEDOR terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para retirar a Solicitação de Entrega, no(s) endereço(s) abaixo, através de representante credenciado. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo FORNECEDOR durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo BANCO.

LOTE 01: Cenop Logística Belo Horizonte (MG), localizado na Rua da Bahia n° 2.500 – 6° andar – Bairro Lourdes – Belo Horizonte (MG).

LOTE 02: Cenop Logística Curitiba (PR), localizado na Praça Tiradentes n° 410, Ala “A” - 3° andar, Bairro Centro - Curitiba (PR).

LOTE 03: Cenop Logística São Paulo (SP), localizado na Avenida São João n° 32 - 12° andar, Bairro Centro – São Paulo (SP).

PAGAMENTO

CLÁUSULA SEXTA - O pagamento do preço contratado será feito mediante crédito em conta corrente mantida pelo FORNECEDOR e será correspondente à quantidade do(s) bem(ns) **ENTREGUES e ACEITOS**, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, devidamente aprovada pelo responsável do BANCO para acompanhamento da Ata, e onde deverá constar o número desta Ata, o objeto contratado, o número do modelo padronizado, a agência e o número da conta corrente do FORNECEDOR, acompanhada do **TERMO DE ENTREGA** correspondente, a ser elaborado pelo FORNECEDOR, na forma do modelo constante do Documento n° 04 desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Primeiro – O FORNECEDOR elaborará e manterá em seu poder o **TERMO DE ENTREGA** correspondente, na forma do modelo constante do Documento n° 04 desta Ata, que poderá ser apresentado ao BANCO, caso não ocorra o pagamento conforme previsto no Parágrafo Segundo.

Parágrafo Segundo – O pagamento, já deduzido o valor da multa a que se referem às Cláusulas Vigésima Sexta e Vigésima Sétima, quando for o caso, será efetuado no 10º (décimo) dia corrido, contado a partir do dia subsequente ao da entrega das faturas/notas fiscais, na forma definida no “Caput” desta Cláusula, exceto por problemas que não tenham sido causados pelo BANCO, que impeçam o cumprimento do prazo para o aceite previsto na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Terceiro - Constatando o BANCO qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal/fatura, esta, ainda que tenha havido ENTREGA E/OU ACEITE dos bens/materiais, será devolvida ao FORNECEDOR, em no máximo 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação, acompanhada das informações correspondentes às irregularidades verificadas, para as devidas correções. Neste caso, o BANCO terá o prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data da reapresentação do documento, para efetuar o pagamento.

Parágrafo Quarto – O FORNECEDOR que se declarar amparado por isenção, não incidência ou alíquota zero, deve informar esta condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, apresentando as declarações pertinentes, conforme modelo previsto no Documento nº 05 desta Ata.

CLÁUSULA SÉTIMA - Eventuais débitos vencidos, de responsabilidade do FORNECEDOR junto a qualquer agência do BANCO, poderão ser compensados com recursos oriundos desta Ata, respeitadas as formalidades legais.

CLÁUSULA OITAVA – É vedado qualquer reajuste nos preços durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços.

CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA NONA – As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades do BANCO.

Parágrafo Primeiro - A existência dos preços registrados não obriga o Banco a firmar as aquisições unicamente por esse meio, facultando-lhe a realização de licitação específica para aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Parágrafo Segundo - Dentro do prazo de vigência da Ata do Registro de Preços, o FORNECEDOR será OBRIGADO ao fornecimento do(s) bem(ns)/material(ais), desde que obedecidas as condições do Documento nº 02 desta Ata ou da Solicitação de Entrega, conforme previsão do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços que precedeu a formalização desta Ata.

Parágrafo Terceiro – Durante a vigência desta Ata, o BANCO promoverá pesquisas de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

Parágrafo Quarto - Caso fique constatado que o preço registrado na Ata de Registro de Preços é superior aos preços de mercado, o BANCO solicitará ao FORNECEDOR, mediante correspondência, redução do preço de forma a adequá-lo aos praticados no mercado. Não sendo possível a redução, o registro do preço poderá ser cancelado ou a Ata ser rescindida, ficando a critério do BANCO convocar os fornecedores integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, obedecendo a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto - Havendo redução de preço, o BANCO promoverá a divulgação da modificação do novo registro mediante publicação no D.O.U., sendo considerado válido, enquanto permanecer compatível com o mercado, até o prazo final de vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Sexto - A aquisição do(s) bem(ns)/material(ais) será precedida de preenchimento, pelo BANCO, do respectivo formulário “SOLICITAÇÃO DE ENTREGA”, que será entregue ao FORNECEDOR.

Parágrafo Sétimo – No caso de produtos importados deverão estar disponíveis a qualquer tempo, em original, toda a documentação relativa a importação (declaração de importação etc.).

Parágrafo Oitavo – Fica o FORNECEDOR que tiver seu preço registrado desobrigado de qualquer garantia sobre o(s) bem(ns)/material(ais) quando se constatar que o defeito decorre de mau uso dos mesmos ou negligência de prepostos do BANCO.

Parágrafo Nono - O inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Ata de Registro de Preços e da Solicitação de Entrega, ensejará, a critério do BANCO, o cancelamento do Registro do Preço do FORNECEDOR inadimplente, sujeitando-o às penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA - O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) pelo BANCO, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:
- 1 - o FORNECEDOR não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços ou da Solicitação de Entrega;
 - 2 - o FORNECEDOR não retirar a Solicitação de Entrega, no prazo estabelecido, e o BANCO não aceitar sua justificativa;
 - 3 - o FORNECEDOR der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, a critério do BANCO;
 - 4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata (ou instrumento equivalente) decorrente de Registro de Preços, se assim for decidido pelo BANCO;
 - 5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o FORNECEDOR não aceitar reduzi-lo;
 - 6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo BANCO.
- b) pelo FORNECEDOR, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços (caso fortuito ou força maior), e desde que aceitas as justificativas pelo BANCO.

Parágrafo Primeiro - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta Cláusula, será feita por correspondência com aviso de recebimento ou outro meio que comprove o recebimento.

Parágrafo Segundo - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do FORNECEDOR, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

Parágrafo Terceiro - A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data do efetivo cancelamento, facultado ao BANCO a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, caso não aceitas as razões do pedido.

(INCLUIR O PARÁGRAFO A SEGUIR SE HOUVER INTERESSADO EM COMPOR O CADASTRO DE RESERVA)

Parágrafo Quarto – No caso de cancelamento do Registro de Preços, bem como da exclusão do proponente vencedor nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013, o Banco poderá convocar o próximo fornecedor, observada a constituição e a ordem de classificação do Cadastro de Reserva.

DA ENTREGA DOS BENS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Obriga-se o FORNECEDOR a efetuar a entrega e montagem dos bens com as etiquetas de identificação patrimonial (Documento Nº 06 desta Ata), no prazo máximo abaixo descrito, contado a partir da data de recebimento da SOLICITAÇÃO DE ENTREGA, pelo FORNECEDOR, na(s) quantidade(s) e local(is) constantes da Solicitação de Entrega, no período compreendido entre 09:00 h e 16:00 h, em dias úteis - de segunda-feira a sexta-feira.

LOTE 01: Região Nordeste do país (exceto o Estado do Maranhão): em até 40 (quarenta) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Entrega pelo fornecedor.

Região Sudeste do país (exceto o Estado de São Paulo): em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Entrega pelo fornecedor.

Dependências sinistradas das Regiões Nordeste e Sudeste do país (exceto os Estados do Maranhão e São Paulo): em até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Entrega pelo fornecedor.

LOTE 02: Regiões Centro-Oeste e Sul do país: em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Entrega pelo fornecedor.

Região Norte do país e Estado do Maranhão: em até 40 (quarenta) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Entrega pelo fornecedor.

Dependências sinistradas das Regiões Centro-Oeste e Sul do país: em até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data de recebimento da solicitação de entrega pelo fornecedor.

Dependências sinistradas da Região Norte do país e Estado do Maranhão: em até 20 (vinte) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Entrega pelo fornecedor.

LOTE 03: Estado de São Paulo: em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Entrega pelo fornecedor.

Dependências sinistradas do Estado de São Paulo: em até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Solicitação de Entrega pelo fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O BANCO realizará, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data da entrega do(s) bem(ns) pelo FORNECEDOR, os exames necessários para a aceitação do(s) bem(ns), de modo a comprovar o atendimento das especificações técnicas estabelecidas no Documento nº 02 desta Ata e atribuídas pelo FORNECEDOR.

Parágrafo Primeiro – Caso seja detectado que os bens/materiais não atendem às especificações técnicas do objeto licitado, poderá o BANCO rejeitá-los, integralmente ou em parte, obrigando-se o FORNECE-

DOR providenciar a substituição do(s) bem(ns)/material(ais) não aceito(s) no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da notificação.

Parágrafo Segundo - O aceite do(s) bem(ns)/material(ais) pelo BANCO, não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Documento nº 02 desta Ata ou atribuídas pelo FORNECEDOR verificados posteriormente, garantindo-se ao BANCO as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Parágrafo Terceiro – O FORNECEDOR terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação de rejeição do material pelo Controle de Qualidade, para sua retirada. Decorrido este prazo, o BANCO procederá à sua destruição, não cabendo qualquer tipo de indenização ao FORNECEDOR.

GARANTIA DOS BENS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O FORNECEDOR concederá ao BANCO garantia integral, com prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da **ENTREGA/MONTAGEM**, contra qualquer defeito de fabricação que o(s) bem(ns)/material(ais) venha(m) a apresentar, incluindo avarias no transporte até o(s) local(is) de entrega, mesmo após ocorrida sua aceitação/aprovação pelo BANCO.

Parágrafo Primeiro - A garantia inclui a substituição do material defeituoso no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da comunicação do fato, sem qualquer ônus para o BANCO. Neste caso, as novas unidades empregadas na substituição das defeituosas ou danificadas deverão ter prazo de garantia igual ou superior ao das substituídas.

Parágrafo Segundo – Fica o FORNECEDOR desobrigado de qualquer garantia sobre o(s) bem(ns)/material(ais) quando se constatar que o defeito decorre de mau uso dos mesmos ou negligência de prepostos do BANCO.

CLÁUSULAS GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O FORNECEDOR se obriga a manter, durante a vigência da Ata, todas as condições de habilitação exigidas na contratação. Assume, ainda, a obrigação de apresentar, no término do prazo de validade de cada documento, os seguintes comprovantes devidamente atualizados:

- a) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão Unificada, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, por elas administradas, inclusive contribuições previdenciárias;
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, Municipal ou do Distrito Federal do domicílio ou sede do FORNECEDOR, compreendendo a Certidão de Quitação de Tributos e a Certidão Quanto a Dívida Ativa – ou outras equivalentes, na forma da Lei – expedidas, em cada esfera do Governo, pelo órgão competente;
- c) prova de regularidade perante o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante apresentação do CRF - Certificado de Regularidade de Fundo de Garantia, fornecido pela Caixa Econômica Federal;

- d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho e da Lei 12.440/2011.

Parágrafo Primeiro - Os documentos exigidos nesta Ata deverão ser apresentados no original, em cópia autenticada por cartório ou por publicação em órgão da imprensa oficial. A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, por funcionário do BANCO devidamente identificado.

Parágrafo Segundo - Se o FORNECEDOR estiver desobrigado da apresentação de quaisquer documentos solicitados nesta cláusula deverá comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor, na forma exigida no parágrafo primeiro.

Parágrafo Terceiro – O FORNECEDOR estará dispensado de apresentar os documentos de que trata esta cláusula, caso seja possível, ao BANCO, verificar a regularidade da situação do FORNECEDOR por meio de consulta on-line ao SICAF.

Parágrafo Quarto - Sendo o FORNECEDOR empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.

Parágrafo Quinto - O BANCO se reserva o direito de rescindir administrativamente a Ata, nos termos da Cláusula Segunda – Parágrafo Segundo, quando, por ocasião do pagamento, o FORNECEDOR não comprovar sua regularidade de situação, na forma descrita nesta Cláusula. A rescisão se dará mediante comunicação formal ao FORNECEDOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Fica o FORNECEDOR responsabilizado por todo e qualquer prejuízo causado ao BANCO ou a seus clientes, pelo uso inadequado do objeto desta Ata, por seus prepostos ou não, antes de efetivamente recebido pelo BANCO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Será de responsabilidade do FORNECEDOR o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento da presente Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O FORNECEDOR se obriga a informar ao BANCO, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Na hipótese de fusão, cisão, incorporação ou associação do FORNECEDOR com outrem, o BANCO reserva-se o direito de rescindir a presente Ata de Registro de Preços, ou continuar sua execução com a empresa resultante da alteração social.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – O FORNECEDOR não poderá utilizar o nome do BANCO, ou sua qualidade de FORNECEDOR em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc, sob pena de imediata rescisão da presente Ata, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – O FORNECEDOR declara e obriga-se a:

- a) exercer suas atividades em conformidade com a legislação vigente;
- b) não se utilizar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, de trabalho ilegal e/ou análogo ao escravo;
- c) não empregar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso;
- d) não empregar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, e, neste caso, o trabalho não poderá ser perigoso ou insalubre, ocorrer em horário noturno e/ou de modo a não permitir a frequência escolar;
- e) não se utilizar de práticas de discriminação negativa e limitativas para o acesso e manutenção do emprego, tais como por motivo de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar, estado gravídico etc.;
- f) proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais;
- g) Observar e cumprir as disposições contidas na Lei 12.846/2013, incluindo, mas não se limitando a, não se utilizar de práticas corruptas e/ou antiéticas visando obter ou dar vantagem indevida, de forma direta ou indireta, perante o Banco do Brasil.

Parágrafo Único – O FORNECEDOR declara, ainda, conhecer o Código de Ética do BANCO disponível na Internet, endereço: <http://www.bb.com.br> (página principal).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - A não utilização, pelas partes, de qualquer dos direitos assegurados nesta Ata, ou na Lei em geral, não implica em novação, não devendo ser interpretada como desistência de ações futuras. Todos os meios postos à disposição nesta Ata são cumulativos e não alternativos, inclusive com relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - São assegurados ao BANCO todos os direitos e faculdades previstos na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Considerando que o BANCO DO BRASIL S.A. está submetido às leis orçamentárias federais (LDO-LOA), ficam as partes cientes de que a execução do(s) projeto(s) ao abrigo desta Ata estará condicionado às respectivas aprovações orçamentárias.

Parágrafo Único - Caso a assinatura desta Ata ocorra antes da publicação, no DOU, das leis orçamentárias federais (LDO-LOA), os prazos de entrega dos bens e apresentação da garantia dos bens, estipulados nas Cláusulas Décima Primeira e Décima Terceira, respectivamente, começarão a contar a partir da data daquela publicação.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Os atos praticados pelo FORNECEDOR, prejudiciais à execução da Ata, sujeitam-na às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de até 5% do valor da proposta;
- c) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Banco e suas subsidiárias, por período não superior a 02 (dois) anos;
- d) impedimento de licitar e contratar com a União e, descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;
- e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a União enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Primeiro - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

Parágrafo Segundo - A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do FORNECEDOR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Terceiro - No caso de aplicação de advertência, multa por inexecução total ou parcial da Ata, suspensão temporária e impedimento, caberá apresentação de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Quarto - Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos interessados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior e aqueles que não acarretem prejuízos para o BANCO, a advertência poderá ser aplicada quando ocorrer execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento desta Ata, desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária, impedimento ou declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - O atraso injustificado na entrega do(s) bem(ns)/material(ais) sujeitará o FORNECEDOR ao pagamento de multa correspondente a 1,0% (um por cento) do valor da pendência, por dia de atraso, até o limite de 10% do valor devido, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta Ata.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - O BANCO poderá aplicar ao FORNECEDOR multa por inexecução total ou parcial correspondente a até 20% (vinte por cento) do valor da nota fiscal/fatura da(s) solicitação(ões) de entrega não atendida(s).

Parágrafo Primeiro - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará o FORNECEDOR obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

Parágrafo Segundo – A multa aplicada ao FORNECEDOR e os prejuízos por ele causados ao Banco serão deduzidos de qualquer crédito a ele devido, e cobrados direta ou judicialmente.

Parágrafo Terceiro – O FORNECEDOR desde logo autoriza o BANCO a descontar dos valores a ele devidos o montante das multas a ele aplicadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - A suspensão temporária e o impedimento poderão ser aplicados quando ocorrer:

- a) apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) reincidência de execução insatisfatória da Ata;
- c) atraso, injustificado, na execução/conclusão do fornecimento, contrariando o disposto na Ata;
- d) reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- e) irregularidades que ensejem a rescisão da Ata;
- f) condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- g) prática de atos ilícitos visando prejudicar a execução da Ata;
- h) prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir o FORNECEDOR idoneidade para contratar com o Banco;
- i) descumprimento das obrigações desta Ata, especialmente aquelas relativas às características dos materiais/bens, qualidade, quantidade, prazo ou recusa de fornecimento ou entrega, previstas no Documento nº 02 desta Ata.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - A declaração de inidoneidade poderá ser proposta ao Ministro da Fazenda quando constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do BANCO, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo ao BANCO ou aplicações sucessivas de outras penalidades.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - Adicionalmente, o FORNECEDOR declara ter ciência de que as disposições contidas na Lei nº 12.846/2013 se aplicam a presente ata, conforme Termo de Compromisso contido no documento nº 07 da ata.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - Fazem parte integrante desta Ata, independente de transcrição, todas as disposições do instrumento convocatório da Licitação referida no preâmbulo, bem como aquelas constantes da Carta-Proposta apresentada pelo FORNECEDOR.

(UTILIZAR A CLÁUSULA A SEGUIR SE HOUVER INTERESSADO EM COMPOR O CADASTRO DE RESERVA)

(CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA) - Fazem parte integrante desta Ata, independente de transcrição, todas as disposições do instrumento convocatório da Licitação referida no preâmbulo, bem como aquelas constantes da Carta-Proposta apresentada pelo FORNECEDOR e o TERMO DE CADASTRO DE RESERVA.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - Fica eleito o foro da cidade de Belo Horizonte (MG) para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

LOCAL E DATA

BANCO:

(CARIMBO E ASSINATURA)

FORNECEDOR:

(CARIMBO E ASSINATURA)

TESTEMUNHAS: (indicar nome e CPF)

DOCUMENTO Nº 01 DA ATA

Documento integrante da Ata de Registro de Preços nº/....., celebrado entre o BANCO DO BRASIL S.A. e (NOME DA EMPRESA), localizada na (DETERMINAR O ENDEREÇO), que teve seus preços registrados em face à realização do Pregão Eletrônico nº 2014/14847 (7417) para Registro de Preços.

PREÇOS REGISTRADOS

(a ser preenchido quando da formalização da Ata).

LOCAL E DATA

BANCO:

FORNECEDOR:

(carimbo e assinatura)

(assinatura)

(a ser preenchido pelo Banco)

DOCUMENTO Nº 02 DA ATA**DESCRIÇÃO DO OBJETO/ ESPECIFICAÇÃO**

1. **OBJETO:** Registro de preços para fornecimento e montagem de **Cadeiras (Conjunto de Espera C6 - Vinil, Operacional Giratória C2 - Tecido, Base Fixa C5 - Vinil e Base Fixa C5 - Tecido)**, em diversas dependências do Banco do Brasil S.A. situadas no país.

LOTE 01: Para entrega e montagem em dependências situadas nos Estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

LOTE 02: Para entrega e montagem em dependências situadas nos Estados de Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Amapá, Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul.

LOTE 03: Para entrega e montagem em dependências situadas no Estado de São Paulo.
2. **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:** (a ser preenchido quando da formalização da Ata).

DOCUMENTO Nº 03 DA ATA**MINUTA DE SOLICITAÇÃO DE ENTREGA**DINOP/.....ou DINOP/CSL ... – n.º da correspondência
Local e data**(NOME DA EMPRESA)****(xxx) xxxxxx****A/C.: Sr.**

Prezado Senhor,

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/ - Fornecimento de _____, PBMS/codificação Banco do Brasil S. A. _____ - Conforme Ata de Registro de Preços assinada em / / firmada com essa empresa, solicitamos o fornecimento de uma parcela para até/...../....., conforme quantidades abaixo:

DEPENDÊNCIA	ENDEREÇO/QUANTIDADE PARCELA
DEPENDÊNCIA CNPJ	End: QUANTIDADE: UP
TOTAL	
UP	

BANCO
(carimbo e assinatura)FORNECEDOR
(nome e assinatura)

DOCUMENTO Nº 04 DA ATA**TERMO DE ENTREGA****INSTRUÇÕES À DEPENDÊNCIA USUÁRIA DO BEM:**

- a) Antes de atestar o recebimento, conferir os bens e, se for o caso, a existência na embalagem de manual de uso informando: modelo do bem/equipamento, especificação técnica, prazo de garantia, endereço e telefone da rede autorizada de assistência técnica.
- b) Além de assinar este termo, que será entregue ao FORNECEDOR, a Dependência usuária do bem deverá, OBRIGATÓRIA e simultaneamente, dar o aceite eletrônico, por meio do SISBB, Aplicativo SISLOG, Opção 2-7-21-1 e 2-7-21-2.

ATA Nº _____ EMPRESA: _____

Agência: _____

Endereço: _____

Prefixo: _____ UF: _____

Solicitação de Entrega nº

DESCRIÇÃO/MODELO

EQUIPAMENTO: _____

QUANTIDADE:

Prazo de Garantia: 24 (vinte e quatro) meses.

PBMS: _____

N. F. VENDA

N.F. REMESSA

Nº UNIVERSAL

Data do Recebimento do bem: ____/____/____

Nome do Funcionário: _____

Nº Matrícula: _____

Assinatura do Funcionário

DOCUMENTO Nº 05 DA ATA**MINUTA DE DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO E IMUNIDADE DE TRIBUTOS**

IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP-Retenção na Fonte
Declaração de Isenção - Empresas Optantes pelo SIMPLES

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO

Ilmo. Sr. (autoridade a quem se dirige)

..... (Nome da entidade), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n.º..... DECLARA ao Banco do Brasil S.A., para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e art. 34 da Lei n.º 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

1. Para esse efeito, a declarante informa que:

a) preenche os seguintes requisitos:

I conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.

II cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente.

b) o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n.º 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (artigo 1º da Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do Responsável

DOCUMENTO Nº 06 DA ATA**ETIQUETA METÁLICA****1. ESPECIFICAÇÕES:**

- **Dimensões:**
 - Largura: 27,0 mm;
 - Comprimento: 54,0 mm;
 - Espessura: de 0,3 a 0,5 mm.
- **Material:** alumínio anodizado.
- **Afixação:**
 - Local: de fácil visualização.
- **Sistema:** por meio de rebites ou parafusos (nesse caso a plaqueta deverá ter furos laterais) ou através de cola com alto poder de adesão e longa duração (cola de junta de motores marca 3M ou similar de idêntica qualidade).
- **Processo de gravação:**
 - Código de barras no sistema de codificação padrão 3 de 9.
 - Deverá permitir uma perfeita leitura dos códigos e caracteres gravados.
 - Deverá ser resistente às variações de temperatura, umidade, claridade e produtos químicos abrasivos.
 - Gravação na cor preta.
 - Caracteres na tipologia: Arial.
- **Leiaute:** O leiaute abaixo deverá ser rigorosamente obedecido quando da confecção das etiquetas.

OBSERVAÇÃO: Os dados de identificação do bem (etiqueta) poderão ser impressos/gravados diretamente no equipamento, com caracteres e código de barras legíveis, com alto nível de contraste e de alta durabilidade, seguindo-se rigorosamente todas as dimensões, leiaute e padrão de fontes especificados para etiqueta. Não será permitida, em hipótese alguma, que a impressão/gravação se apague ou seja possível raspá-la do bem.



1 - Título "PBMS"; Fonte: Arial.

2 Número do PBMS do bem, conforme informado posteriormente, via arquivo pelo Banco do Brasil; Fonte: Arial, 18 caracteres numéricos; Formato: NN.NN.NNN-NNNNNN-X.

3 Texto descritivo do equipamento, conforme informado posteriormente, via arquivo pelo Banco do Brasil; Fonte: Arial, 27 caracteres.

4 Código de barras: codificação do campo 6 descrito sem o traço; Tamanho: 14 caracteres; Padrão: código 39; Densidade mínima: 7,7 CPI (caracteres por polegada) barra fina / barra larga: 1 / 3; Largura máxima das barras mais estreitas (módulo X): 0,18 mm.

5 Título universal do equipamento, "Nr. Universal"; Fonte: Arial.

6 Número universal do equipamento, conforme informado posteriormente, via arquivo pelo Banco do Brasil; Fonte: Arial, 15 caracteres, Formato: NNNNNNNNNNNNN-X.

OBSERVAÇÃO: Os dados a serem gravados na etiqueta serão fornecidos quando da aquisição da mesma.

DOCUMENTO Nº 07 DA ATA**MINUTA DE TERMO DE COMPROMISSO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E
COMBATE À CORRUPÇÃO.**

O Fornecedor(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº (e suas empresas controladas, coligadas ou as consorciadas), no âmbito desta Ata, declara(m) e se compromete(m) a:

- I. Adotar boas práticas de preservação ambiental, protegendo o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.
- II. Não constar, esta empresa e seus sócios-diretores, em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores socioambientais, bem como não contratar pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas.
- III. Repudiar condutas que possam caracterizar assédio de qualquer natureza.
- IV. Combater práticas de exploração sexual de crianças e adolescentes.
- V. Respeitar à Declaração Universal dos Direitos Humanos combatendo à discriminação em todas as suas formas.
- VI. Reconhecer, aceitar e valorizar a diversidade do conjunto de pessoas que compõem a empresa.
- VII. Obedecer e fazer com que seus empregados, representantes e fornecedores obedeçam a toda legislação, normas e regulamentos aplicáveis à condução dos projetos sociais.
- VIII. Respeitar à livre associação sindical e direito à negociação coletiva.
- IX. Cumprir a legislação trabalhista e previdenciária.
- X. Disseminar práticas de responsabilidade socioambiental na cadeia de fornecedores.
- XI. Criar ou reforçar, bem como manter, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas da empresa conheçam as leis a que estão vinculadas, em especial artigo 299 do Código Penal Brasileiro, artigo 5º da Lei 12.846/2013 e art. 90 da Lei 8.666/1993, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para o Banco do Brasil.

- XII. Vedar que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício prometa, ofereça, comprometa-se a dar qualquer tipo de vantagem indevida, de forma direta ou indireta, a qualquer funcionário desta instituição financeira, ou a qualquer pessoa ou empresa em nome do Banco do Brasil.
- XIII. Não financiar, custear, patrocinar ou subvencionar a prática dos atos ilícitos.
- XIV. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários do Banco do Brasil.
- XV. Não fraudar, tampouco manipular o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com o Banco do Brasil e não criar pessoa jurídica de modo fraudulento ou irregular para celebrar contrato administrativo.
- XVI. Apoiar e colaborar com o Banco do Brasil e demais órgãos, entidades ou agentes públicos em qualquer apuração de suspeita de irregularidades e/ou violação da lei, refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente.

E, ainda, declara que:

- I - Tem ciência e se obriga a cumprir integralmente a Lei nº 12.846/2013, observados os atos considerados lesivos à administração pública relacionados no artigo 5º do respectivo normativo legal e a responsabilização e aplicação administrativa e civil que é atribuída à pessoa jurídica em razão do seu cometimento.
- II - O conteúdo da proposta apresentada não foi informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas.
- III - Tem ciência de que, conforme disposto no artigo 30 da Lei 12.846/2013, não se afasta o processo de responsabilização e aplicação das penalidades decorrentes de: I – ato de improbidade administrativa nos termos da Lei 8.429, de junho de 1992; e, II – atos ilícitos alcançados pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou outras normas de licitações e contratos da administração pública, inclusive no tocante ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC instituído pela Lei 12.462, de 4 de agosto de 2011.
- IV - Que o descumprimento dos itens XI a XVI ensejará penalidades de acordo com o art. 299 do Código Penal Brasileiro, artigo 5º da Lei 12.846/2013 e art. 90 da Lei 8.666/1993.

A empresa (controladas, coligadas ou consorciadas) está ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

.....
(data)

.....
(representante legal)

ANEXO 09**MINUTA DE TERMO DE CADASTRO DE RESERVA****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2014/14847 (7417) - REGISTRO DE PREÇOS**

O presente termo tem como objeto a composição de Cadastro de Reserva para fornecimento de (**PREENCHER**), para entrega e montagem em diversas dependências do Banco do Brasil S.A. situadas (**PREENCHER**), referentes ao Lote (**PREENCHER**), mediante registro de preço, conforme discriminado no **Anexo 01** do Edital 2014/14847 (7417) que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe. (**Descrever o objeto detalhando, inclusive, condições específicas**).

COMPONENTES DO CADASTRO DE RESERVA

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME DA EMPRESA
1ª	RAZÃO SOCIAL: CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL: ENDEREÇO e TELEFONE:
2ª	RAZÃO SOCIAL: CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL: ENDEREÇO e TELEFONE:
(...)	(...)

PREÇOS REGISTRADOS

ESPECIFICAÇÃO DO(S) BEM(NS)/MATERIAL(AIS)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
(descrever)	(transcrever o preço cotado)

Conforme previsto no parágrafo primeiro do artigo 11 do Decreto nº 7.892/2013, na hipótese de cancelamento do Registro de Preços nº AAAA/PPPPNNNN, bem como da exclusão do licitante vencedor – artigos 20 e 21 do referido Decreto, o Banco poderá convocar o próximo fornecedor, observada a constituição e a ordem de classificação do Cadastro de Reserva, para a execução do objeto, quando for o caso, nas quantidades e prazos remanescentes.

Fazem parte integrante deste Termo, independente de transcrição, todas as disposições do instrumento convocatório da Licitação referida no preâmbulo, bem como aquelas constantes da Carta-Proposta apresentada pelos CLASSIFICADOS.

Assinam as partes o presente instrumento em XX (xxxxxxx) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

ASSINAR EM TANTAS VIAS QUANTOS FOREM OS SIGNATÁRIOS, INCLUSIVE O BANCO.

LOCAL E DATA

BANCO: _____
(CARIMBO E ASSINATURA)

FORNECEDOR: _____
(CARIMBO E ASSINATURA)

FORNECEDOR: _____
(CARIMBO E ASSINATURA)

FORNECEDOR: _____
(CARIMBO E ASSINATURA)

TESTEMUNHAS: (indicar nome e CPF)

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A CAIXA está orientada a gerir seus negócios com base nos princípios da Responsabilidade Social, de forma a gerar resultados sustentáveis ao longo do tempo.

Para o aprofundamento das práticas de Responsabilidade Social, a CAIXA estabeleceu as seguintes premissas para a gestão de seus negócios:

- ✓ Estimular o monitoramento e o cumprimento dos valores e princípios do Código de Ética no ambiente interno, bem como e fomentar a replicação deles em toda a cadeia produtiva dos parceiros externos;
- ✓ Fortalecer a incorporação das variáveis sociais e ambientais à análise do êxito negocial, condicionando também à materialização dos direitos humanos, respeito às declarações de princípios da Organização Internacional do Trabalho, aos Princípios do Pacto Global e às Metas de Desenvolvimento do Milênio, intensificando o trato das críticas e sugestões advindas das partes que se relacionam com a Empresa;
- ✓ Fazer constar no Relatório de Sustentabilidade as dimensões sociais, ambientais e econômicas, os resultados favoráveis e desfavoráveis, os desafios e metas, devendo esses dados subsidiar o planejamento estratégico;
- ✓ Promover com seus fornecedores a discussão acerca do desenvolvimento das competências na sobrevivência e proteção das crianças, buscando o envolvimento com políticas públicas voltadas à promoção dos direitos da infância;
- ✓ Fomentar, em toda a sua cadeia produtiva, o repúdio a todas as atitudes preconceituosas relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, ao credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação, estimulando a utilização dos meios de comunicação disponíveis para os registros de ocorrências que atentem contra o Código de Ética da CAIXA e a legislação específica em vigor;
- ✓ Empreender ações que permitam que as questões ambientais tenham caráter de transversalidade e sejam incluídas no Plano Estratégico, além da existência da Política Ambiental Corporativa da CAIXA;
- ✓ Considerar nos negócios os princípios e as oportunidades relacionados à sustentabilidade ambiental;
- ✓ Contribuir para a conscientização acerca dos danos causados ao ambiente em decorrência da intervenção humana, com abrangência a todas as partes interessadas da Empresa;
- ✓ Formar parceria com fornecedores com foco na melhoria de processos de gestão ambiental;
- ✓ Definir sistemática que permita verificar a origem e a cadeia de produção dos insumos madeireiros e florestais, estimulando o mercado de forma que a CAIXA utilize no seu processo produtivo materiais com certificação de origem e Certificação da Cadeia de Custódia;
- ✓ Definir meios que contribuam para redução do consumo dos recursos naturais utilizados na Empresa, adotando medidas adequadas à destinação de resíduos, sem prejuízo das condições de trabalho e sem alteração do padrão tecnológico atual;

- ✓ Incluir na política de relacionamento com fornecedores, observadas as exigências legais, como variáveis de seleção e avaliação, as questões referentes às relações trabalhistas, ao trabalho infantil, ao trabalho escravo ou análogo e aos padrões ambientais, estimulando os fornecedores a replicarem essas considerações em relação aos seus próprios fornecedores, criando um círculo virtuoso de conscientização social;
- ✓ Priorizar, nos limites legais, os fornecedores que não comungam com práticas que infrinjam os direitos humanos e, também, que contribuam para a conservação ambiental e para a proteção à biodiversidade e que combatam a exploração ilegal e predatória das florestas;
- ✓ Contribuir para erradicação do trabalho infantil, do trabalho forçado ou análogo ao escravo, promovendo discussão acerca da questão com fornecedores e estimulando-os a cumprirem a legislação;
- ✓ Definir meios que permitam a realização de campanhas de conscientização para todos os fornecedores, de forma a explicitar o repúdio da CAIXA à utilização de mão-de-obra infantil e de mão-de-obra escrava;
- ✓ Contribuir para a erradicação das políticas ilegais, imorais e antiéticas, promovendo a divulgação e educação de todas as partes interessadas, como fornecedores, clientes e consumidores, entre outros, em iniciativas de combate à corrupção e propina, disseminando o tema e/ou ensinando sobre a utilização de ferramentas de conscientização
- ✓ Estimular os fornecedores na utilização dos Indicadores Ethos, constante no endereço www.ethos.org.br, como ferramenta de uso interno da empresa para avaliação da gestão no que diz respeito à incorporação de práticas de Responsabilidade Social.

NOSSOS VALORES ÉTICOS

A CAIXA elaborou o seu Código de Ética, que tem por objetivo sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos.

Compartilhamos com você, que poderá ser um parceiro da CAIXA, os valores éticos que nortearão a nossa relação.

RESPEITO

- ✓ As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade.
- ✓ Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.
- ✓ Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, sexo, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.
- ✓ Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.
- ✓ Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e

constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor próprio e a sua integridade moral.

✓ Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

HONESTIDADE

✓ No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.

✓ Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.

✓ Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.

✓ Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e comprometam o seu corpo funcional.

✓ Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.

✓ Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

COMPROMISSO

✓ Os dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.

✓ Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.

✓ Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.

✓ Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.

✓ Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.

✓ Preservamos o sigilo e a segurança das informações.

✓ Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.

✓ Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

TRANSPARÊNCIA

- ✓ As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.
- ✓ Como Empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.
- ✓ Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.
- ✓ Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.
- ✓ Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

RESPONSABILIDADE

- ✓ Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.
- ✓ Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.
- ✓ Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.
- ✓ Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.

GERÊNCIA FILIAL - LOGÍSTICA – GILOG/BR**PREGÃO ELETRÔNICO 105/7066-2017 – GILOG/BR tipo MENOR PREÇO****AVISO DE LICITAÇÃO PUBLICADO NO DOU EM 03/11/2017****EDITAL**

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, daqui por diante denominada simplesmente CAIXA, por intermédio da sua Gerência de Filial Logística em Brasília/DF – GILOG/BR representada por Pregoeiro designado mediante portaria, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO, cuja sessão pública será realizada na Internet, objetivando o Registro de Preços para o fornecimento descrito no item 1 abaixo, esclarecendo que a licitação ora divulgada e a consequente contratação serão regidas pelos Decretos 8.250, de 23/05/2014; 7.892, de 23/01/2013; 8.538, de 06/10/2015; 5.450, de 31/05/2005; 3.555, de 08/08/2000, pelas Leis nº 10.520, de 17/07/2002, e 8.666, de 21/06/1993, pela LC 123, de 14/12/2006, pela IN MPOG nº 02, de 11/10/2010, pela Resolução nº 44, de 20/11/2007 do Conselho Nacional de Justiça, e as respectivas alterações posteriores, bem como pelas disposições fixadas neste Edital e Anexos.

O CREDENCIAMENTO para este Pregão deverá ser efetuado até às 23h59 do dia 16/11/2017 - HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, selecionar a opção **“Acesso ao Sistema”**, selecionar a opção **“Se você é licitante, faça login aqui: acessar”**, efetuar o login, escolher **“Credenciar”** no quadro **“Minhas Atividades”** e selecionar o item referente a este Pregão Eletrônico.

As PROPOSTAS COMERCIAIS poderão ser enviadas depois de efetuado o CREDENCIAMENTO e serão recebidas até às 10h00 do dia 17/11/2017, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, selecionar a opção **“Acesso ao Sistema”**, selecionar a opção **“Se você é licitante, faça login aqui: acessar”**, na sequência **“Entrar”**, em seguida escolher a opção **“Encaminhar/Alterar proposta”** no quadro **“Minhas Atividades”** e selecionar o item referente a este Pregão Eletrônico.

A SESSÃO PÚBLICA, para todos os efeitos, inclusive para o fim de impugnação do Edital, inicia-se com a fase de recebimento das propostas, às 10h00 do dia 17/11/2017, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>.

A etapa de RECEBIMENTO DOS LANCES na Internet estará aberta das 11h00 até às 11h30 do dia 17/11/2017, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, selecionar a opção **“Acesso ao Sistema”**, selecionar a opção **“Se você é licitante, faça login aqui: acessar”**, e em seguida **“entrar”**, clicar em **“efetuar lances”** no quadro **“Minhas Atividades”**, escolher o item referente a este Pregão Eletrônico.

Poderá ser apresentada IMPUGNAÇÃO ao Edital deste Pregão até o dia 14/11/2017, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br>, selecionar a opção “**Acesso ao Sistema**”, escolher o item “**Se você é licitante, faça login aqui: acessar**”, clicar em “**entrar**”, em seguida “**Impugnação**” no quadro “**Outras ações**” e selecionar o item referente a este Pregão Eletrônico.

Pedidos de ESCLARECIMENTOS poderão ser feitos até às 18h00 horas do dia 13/11/2017, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, selecionar a opção “**Acesso ao Sistema**”, escolher o item “**Se você é licitante, faça login aqui: acessar**”, em seguida “**entrar**”, clicar em “**Questionamento**” no quadro “**Outras ações**” e selecionar o item referente a este Pregão Eletrônico.

1 DO OBJETO

- 1.1 Registro de Preços para fornecimento e instalação de mobiliários: sofás, longarinas, poltronas e cadeiras, para atendimento às unidades da CAIXA em âmbito nacional, tudo em conformidade com as disposições deste Edital e de seus Anexos, que o integram e complementam, conforme abaixo:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO III	MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO IV	MINUTA DE CONTRATO
ANEXO V	MINUTA DE OFS - ORDEM DE FORNECIMENTO OU SERVIÇO
ANEXO VI	MODELO DE DECLARAÇÃO
ANEXO VII	TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL
ANEXO VIII	DECLARAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO IX	APRESENTAÇÃO DE PROTÓTIPOS - LISTA DE MOBILIÁRIOS
ANEXO X	CHECK LIST
ANEXO XI	LAUDO DE CONFORMIDADE ERGONOMICA - LISTA DE MOBILIÁRIOS
ANEXO XII	TERMO DE GARANTIA E ASSISTENCIA TÉCNICA DO MOBILIÁRIO
ANEXO XIII	MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO DE MOBILIÁRIO
ANEXO XIV	LOCALIDADES DE ENTREGA/INSTALAÇÃO

- 1.1.1 As especificações do objeto, as localidades de fornecimento e a forma de execução do objeto constam dos Anexos deste Edital.

2 DA PARTICIPAÇÃO

2.1 Podem participar desta licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que estejam credenciadas e cadastradas em cada nível do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores ou apresentem toda a documentação legalmente exigida para habilitação, indicada no item 8, além de atender às demais exigências constantes deste edital.

2.1.1 As empresas que ainda não estiverem cadastradas no SICAF e tenham interesse em fazer parte do referido Sistema, previamente à realização da licitação poderão providenciar tanto o credenciamento quanto o cadastramento nos diversos níveis do Sistema em qualquer Unidade Cadastradora do Sistema.

2.2 O Credenciamento da empresa no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e o cadastramento em cada nível são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômico-financeira.

2.2.1 Os documentos exigidos, bem como os procedimentos e as instruções de preenchimento dos formulários para efetuar o registro no Sistema constam no manual do SICAF, que poderá ser obtido por meio da Rede Internet, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, onde devem ser acessadas as seguintes opções: na aba “**SICAF**”, “**Produção**” na aba “**Publicações**”, selecionar “**Manuais - FAQ**” e escolher “**Manual SICAF - Fornecedor**”.

2.3 A licitante enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 3º da LC 123/2006, desde que não esteja inserida nas hipóteses do § 4º do mesmo artigo, terá assegurado o tratamento diferenciado previsto na referida LC, observadas as condições estabelecidas neste edital.

2.3.1 Para fins deste Edital, as microempresas e empresas de pequeno porte serão identificadas como MPE

2.3.2 A empresa que se enquadra como MPE deve apresentar declaração nos termos do Anexo VI, para fins do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006.

2.3.4 A declaração mencionada no item 2.3.2 deverá ser encaminhada na forma do item 8.7.

2.4 Não é admitida nesta licitação a participação de empresas:

2.4.1 em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

- 2.4.2 que estejam com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou estejam impedidas de licitar e contratar com a União, ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.
- 2.4.3 que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.
- 2.4.4 cujo(s) sócio(s), dirigente(s) ou administrador(es) seja(m) empregado(s) ou dirigente(s) da CAIXA ou possua(m) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com:
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) em área da CAIXA com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto da presente licitação;
 - empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área demandante da licitação;
 - empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área que realiza a licitação;
 - autoridade da CAIXA hierarquicamente superior às áreas supramencionadas.

3 DA CERTIFICAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 Para a certificação e o credenciamento, primeiramente a empresa deve providenciar seu cadastramento no site da CAIXA, caso ainda não tenha sido efetuado, acessando o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, quadro “**Cadastro**”, escolher a opção “**Pessoa Jurídica**” e preencher o pré-cadastro após concordar com o Contrato de Adesão.
- 3.1.1 Após essa providência, o interessado receberá um e-mail automático solicitando o seu comparecimento em qualquer Agência CAIXA, munido dos documentos mencionados nos itens 3.1.1.1 à 3.1.1.2.1, conforme o caso, para concluir seu cadastramento e realizar sua certificação no sistema eletrônico. Os referidos documentos não serão retidos pela CAIXA.
- 3.1.1.1 Caso necessário, deverá ser elaborada procuração por meio de instrumento público ou particular com firma reconhecida acompanhada de documento comprobatório da capacidade do outorgante para constituir mandatários (Contrato Social ou Estatuto Social).
- 3.1.1.2 Sendo proprietário da empresa, sócio, dirigente ou assemelhado, deverá apresentar cópia autenticada, ou cópia acompanhada dos originais, do

respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

- 3.1.1.2.1 O representante legal da empresa, identificado com a Carteira de Identidade ou documento equivalente e CPF, deverá se apresentar a qualquer empregado CAIXA do segmento Empresarial da Agência. Verificada a autenticidade dos documentos e das informações prestadas, será efetuada a certificação do interessado.
- 3.1.2 Após a conclusão do cadastramento e da certificação do interessado, a ser realizada por Agência da CAIXA, serão enviados para o e-mail cadastrado pela empresa orientações e o código de acesso para geração da senha definitiva de acesso ao sistema.
 - 3.1.2.1 A geração da senha de acesso ao sistema deverá ser feita no prazo máximo de 72 horas a partir do recebimento do e-mail citado no item 3.1.2.1.
 - 3.1.2.1.1 O cadastro não ativado nesse período será excluído e será necessário realizar novamente o procedimento de geração de senha junto à Agência.
- 3.1.3 Caso a licitante já tenha efetuado seu cadastro, providenciado sua certificação e cadastrado sua senha, deverá acessar o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, no quadro “Área Logada”, “Acesso ao sistema”, selecionar a opção “**Se você é licitante, faça login aqui: acessar**”, preencher com as informações solicitadas e clicar em “**entrar**”.
- 3.1.4 Após essa etapa a licitante deverá providenciar o credenciamento específico para este pregão, exclusivamente por meio eletrônico, na “Área do Licitante”, acessada no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br. O fornecedor deverá efetuar login no sistema por meio da opção “**Acesso ao Sistema**”, botão “**Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar**”. Na Área do Licitante, escolher a opção “**Credenciar**”, localizado no quadro “**Minhas Atividades**”. Na tela de Resultado da Consulta de Certame selecionar o certame desejado e clicar na Atividade “**Credenciamento**”. Selecionar a declaração de ciência e marcar a(s) opção(ões) de direito de preferência, **caso se apliquem**. Finalize o credenciamento clicando em “**Concordar**”.
 - 3.1.4.1 O credenciamento poderá ser realizado até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital. Decorrido esse prazo não será mais admitido o credenciamento para a participação neste Pregão Eletrônico.
 - 3.1.4.2 Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrada nas definições de MPE, nos termos do art. 3º da LC 123/2006, e desde que não esteja inserida nas hipóteses do § 4º do mesmo artigo, a licitante deve selecionar a opção **ME/EPP** na tela “**Credencia Pessoa Física/Pessoa Jurídica**”, no endereço eletrônico citado no item 3.1.4, para usufruir dos benefícios previstos na referida lei.

- 3.1.4.2.1 O sistema somente identificará a licitante como MPE caso ela faça a opção indicada no subitem 3.1.4.2
- 3.1.4.2.2 Este é o ÚNICO momento em que o sistema oportuniza à licitante declarar sua condição de MPE, requisito indispensável para que possa exercer o direito de preferência e de comprovação posterior da regularidade fiscal estabelecidos na LC nº 123/2006, conforme previsto neste edital.
- 3.1.4.2.2.1 Até o final do prazo de credenciamento, a licitante poderá alterar o seu credenciamento, as opções de preferência e até mesmo se descredenciar.
- 3.1.5 A certificação possibilitará a participação em todos os Pregões Eletrônicos da CAIXA, sendo que o credenciamento é específico para cada Pregão Eletrônico, devendo a empresa se credenciar todas as vezes que tiver interesse em participar de um pregão eletrônico realizado pela CAIXA.
- 3.1.5.1 O link **“Credenciar”** no endereço eletrônico mencionado no item 3.1.4 permite que os visitantes acessem todos os pregões eletrônicos que estão na fase de Credenciamento, possibilitando a visualização do Edital, e das informações do objeto da licitação.
- 3.1.5.2 O link **“Edital”** permite a leitura do edital, impressão e/ou download do arquivo.
- 3.1.6 Caso a interessada possua cadastro no antigo “Portal de Compras” e ao tentar se cadastrar no www.licitacoes.caixa.gov.br receber a informação que já está cadastrada no novo sistema, deverá comparecer a qualquer agência Caixa para atualização de seu cadastro e certificação no novo sistema, munido dos documentos citados nos subitens 3.1.1.1 à 3.1.1.2.1, para obtenção da senha de acesso do novo sistema.
- 3.2 As empresas cadastradas no **“Licitações CAIXA”** e interessadas em participar do presente certame que esqueceram a senha de acesso, devem acessar o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, **“Acesso ao Sistema”**, escolher **“Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar”** e selecionar a opção **“Esqueci Minha Senha”** e preencher os dados solicitados no formulário.
- 3.2.1 Uma nova senha será gerada e encaminhada em até 24(vinte e quatro) horas para a o e-mail do representante legal cadastrado no sistema eletrônico com informações de como prosseguir. Caso a mensagem não seja recebida neste período, orientamos a verificar a pasta de SPAM do serviço de e-mail antes de realizar nova solicitação.

4 DO SISTEMA ELETRÔNICO

- 4.1 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances.
- 4.2 Se o Sistema do Pregão Eletrônico da CAIXA ficar inacessível por problemas operacionais exclusivamente do Sistema CAIXA, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o certame será suspenso e retomado somente após a comunicação via [e-Mail](#) aos participantes, e no próprio endereço eletrônico onde ocorria a sessão pública.
- 4.3 No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.3.1 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação via e-Mail aos participantes.
- 4.4 Caberá à licitante:**
- 4.4.1 acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, inclusive no que tange aos itens supra.
- 4.4.2 comunicar imediatamente à CAIXA, por meio do **Help Desk – Capitais e Regiões Metropolitanas 0800.726.0104; Demais localidades 3004-1104**, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.4.3 solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 4.5 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6 O credenciamento junto à CAIXA implica a responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

5 DA PROPOSTA COMERCIAL

- 5.1 A **Proposta Comercial** (Anexo II) deve ser enviada eletronicamente, até o dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do endereço Eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, na “**Área do Licitante**”, efetuar login por meio da opção “Acesso ao Sistema”, botão “**Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar**”, escolher “**Encaminhar/Alterar Propostas**”, selecionar o certame desejado, clicar na Atividade “**Envio de Proposta**”, selecione o item desejado, digite o valor proposto, anexe sua Proposta Comercial e clique no botão “**Enviar Proposta**”.
- 5.2 A **Proposta Comercial com preço GLOBAL** deve ser anexada em arquivo único, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods.
- 5.2.1 A **Proposta de Preço** é o valor que deve ser digitado após a anexação da **Proposta Comercial** (Anexo II do edital) e corresponde ao VALOR GLOBAL que consta da **Proposta Comercial** (Anexo II).
- 5.2.2 O VALOR lançado na **Proposta de Preço** e o constante da **Proposta Comercial** (Anexo II) **deverão ser coincidentes**.
- 5.2.3 É de exclusiva responsabilidade da licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado.
- 5.3 A **Proposta Comercial** (Anexo II) deverá ser apresentada em uma única via, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais, contendo os seguintes elementos:
- 5.3.1 Menção ao número do Edital, com a identificação da empresa proponente, CNPJ, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado), números de telefone, fax e *e-mail*;
- 5.3.2 Preço UNITÁRIO e GLOBAL, de acordo com o modelo de proposta do Anexo II, atentando-se para o disposto no item 6.5 e seus subitens.
- 5.3.2.1 Os preços propostos deverão ser expressos, obrigatoriamente, em moeda corrente nacional, neles incluídas todas as despesas de qualquer natureza tais como frete, embalagens, transportes, seguros, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, e todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos;
- 5.3.2.2 Não será admitido no preço o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente, sem arredondamentos;
- 5.3.3 Descrição detalhada de cada equipamento ofertado, abrangendo no mínimo, marca, modelo, fabricante;

- 5.3.4 Prazo de garantia dos equipamentos ofertados, não inferior a 05 (cinco) anos, contados da data do recebimento provisório da instalação do mobiliário;
- 5.3.5 Declaração sob as penalidades da lei, de que o(s) equipamento(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não recondicionado(s), não remanufaturado(s) ou reciclado(s);
- 5.3.6 Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas;

5.3.7 Declaração da licitante de que:

I) se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

II) seu(s) sócio(s), dirigente(s) ou administrador(es) não é(são) empregado(s) ou dirigente(s) da CAIXA e não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com:

- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) em área da CAIXA com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto da presente licitação;
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área demandante da licitação;
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área que realiza a licitação;
- autoridade da CAIXA hierarquicamente superior às áreas supramencionadas.

III) não tem e de que não contratará prestador(es) para a execução de serviço objeto desta licitação, com vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) com empregado(s) CAIXA que exerça(m) cargo em comissão ou função de confiança ou com dirigente(s) CAIXA:

- em área da CAIXA com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto da presente licitação;
- na área demandante da licitação;
- na área que realiza a licitação.

- 5.3.8 Local, data, nome e assinatura (com a devida identificação), por quem de direito.

- 5.4 Assim que a proposta for acatada pelo sistema, o licitante receberá um e-mail com a confirmação de recebimento da proposta.
- 5.5 As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública por meio do endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, na **“Área Logada”**, **“Acesso ao Sistema”**, - **“Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar”**, efetuar login, escolher **“Encaminhar/Alterar Proposta”**, excluir a proposta anterior clicando no ícone **“X”** e inserir a nova proposta.
- 5.5.1 Caso haja a substituição da **Proposta Comercial**, após a anexação do arquivo contendo a nova **Proposta Comercial**, a **Proposta de Preço** deve ser novamente digitada.

6 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1 Após o encerramento do horário definido para a entrega de propostas, o sistema organizará automaticamente as propostas recebidas, que serão apresentadas em ordem crescente de preços.
- 6.2 Em seguida, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 6.3 As propostas classificadas pelo Pregoeiro serão ordenadas automaticamente pelo sistema, para a participação da disputa por meio de lances eletrônicos.
- 6.4 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora do menor preço o envio da proposta comercial referida no item 5.3, com os respectivos valores adequados ao preço do lance vencedor, e verificará a aceitabilidade do preço ofertado observando os seguintes critérios:
- condições do item 6.5.3, 6.5.3.2 e 6.5.3.2.1.
 - compatibilidade entre o preço ofertado e aqueles com os praticados no mercado, bem como a sua coerência com a execução do objeto desta licitação, tendo como parâmetro o preço estimado pela CAIXA.
- 6.4.1 A proposta adequada deve ser encaminhada no prazo de até 01(uma) hora, a contar da solicitação do Pregoeiro por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na **“Área Logada”**, **“Acesso ao Sistema”**, - **“Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar”**, efetuar login, no quadro **“Minhas Atividades”**, escolher **“Encaminhar documentos de habilitação”**.
- 6.5 Será desclassificada a proposta que:**
- 6.5.1 não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste Edital;
- 6.5.2 apresente preço ou vantagem baseados em outras propostas;

- 6.5.3 presente preço excessivo ou manifestamente inexequível;
- 6.5.3.1 Transcorrida a etapa de lances e negociação, será considerado excessivo o preço UNITÁRIO e GLOBAL do último lance, ou da proposta comercial da licitante no caso de não haver lances, que apresentar-se superior ao máximo admitido pela CAIXA, conforme a estimativa de custos constante do Anexo I.
- 6.5.3.1.1 A aceitabilidade do preço máximo será verificada em relação ao preço global e aos preços unitários.
- 6.5.3.2 Será considerado manifestamente inexequível o preço que não venha a ter demonstrada sua viabilidade para a perfeita execução do contrato, com a comprovação de que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado.
- 6.5.3.2.1 Verificada a hipótese de preço inexequível, o Pregoeiro concederá o direito de contraditório, solicitando que a licitante apresente nota explicativa para comprovar a regularidade de sua proposta, sob pena de desclassificação.
- 6.5.4 presente declaração de enquadramento como MPE, mas extrapola o faturamento previsto na LC 123/2006.
- 6.5 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.6 A licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedida de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme item 11 deste edital.
- 6.7 No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 6.8 Se todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimada(s) da(s) causa(s) da desclassificação.
- 6.8.1 Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado a partir da nova data fixada para sua apresentação.

7 DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES

- 7.1 Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico e no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, quando então as licitantes poderão encaminhar lances

exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao PREÇO GLOBAL.

- 7.1.1 Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá habilitar sala de comunicação instantânea (*CHAT*) para troca de mensagens com os licitantes.
- 7.1.1.2 As mensagens serão visualizadas por todos os participantes sendo preservada a identidade de cada licitante.
- 7.2 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes no item 16 deste Edital.
- 7.3 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:
 - 7.3.1 a licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
 - 7.3.2 no caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
 - 7.3.3 os lances a serem ofertados devem corresponder ao PREÇO GLOBAL.
- 7.4 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.
- 7.5 Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.
- 7.6 Ao término do horário definido no preâmbulo deste edital para o Recebimento dos Lances, **o Sistema eletrônico emitirá aviso na página de Lances, informando que o certame entrou em horário randômico, com duração de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será encerrada a recepção de lances.**
 - 7.6.1 **O horário randômico tem por objetivo disponibilizar tempo extraordinário aos interessados para que possam registrar seu(s) último(s) lance(s).**
 - 7.6.2 Por isso, **o intervalo do horário randômico poderá ser suficiente ou não para o registro de um ou mais lances**, uma vez que o seu encerramento será efetuado de forma automática pelo sistema.
- 7.7 Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

- 7.8 Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará o nome da licitante cujo preço foi o menor.
- 7.9 Caso o menor preço seja ofertado por uma MPE, o pregoeiro abrirá a etapa de negociação em conformidade com o item 7.14.
- 7.10 Caso o menor preço não seja apresentado por uma MPE, observar-se-á o seguinte:
 - 7.10.1 Se houver proposta apresentada por MPE de valor igual ou até 5% superior à melhor proposta, será oportunizado o exercício do direito de preferência à MPE.
 - 7.10.1.1 O direito de preferência consiste na possibilidade de a licitante apresentar proposta de preço inferior à da empresa melhor classificada que não se enquadra como MPE.
 - 7.10.2 O Pregoeiro dará início à fase para oportunizar o direito de preferência à MPE apta a exercê-lo, em data e horários a serem informados após o encerramento da etapa de lances.
 - 7.10.2.1 O novo valor proposto pela MPE deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de perda do direito de preferência.
 - 7.10.3 Havendo o exercício de preferência pela MPE, o pregoeiro passa à etapa de negociação, em conformidade com o item 7.14, observando-se os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame.
 - 7.10.4 Caso a MPE não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as MPE remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite de 5% (cinco por cento) estabelecido no item 7.10.1, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente.
 - 7.10.5 Se houver equivalência de valores apresentados por MPE, dentre as propostas de valor até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como MPE, terá preferência a licitante que primeiro enviar a sua proposta comercial conforme item 5.1.
 - 7.11 O percentual de redução dos preços decorrentes dos lances, bem como do preço propostos no exercício do direito de preferência, deve incidir de forma linear sobre os preços unitários ofertados na proposta inicial.
 - 7.12 Esgotadas as etapas anteriores, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante melhor classificada para que seja obtido preço melhor, sendo essa negociação realizada no campo próprio para troca de mensagens exclusivamente por meio eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br - na “Área do Licitante”, efetuar o login

no sistema por meio da opção **“Acesso ao Sistema”**, botão **“Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar”**, escolher a opção **“Efetuar Negociação”**.

- 7.13 A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.14 Caso as licitantes classificadas não apresentem lances, será verificada a compatibilidade da proposta inicial de menor preço com o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente visando obter preço melhor, observadas todas as exigências estabelecidas anteriormente para o tratamento diferenciado das MPE.
- 7.15 No caso de Propostas com valores iguais, não ocorrendo lances, e depois de observadas todas as exigências estabelecidas para o exercício dos direitos de preferência previstos neste Edital, para efeito de classificação, é assegurada a preferência para o bem ou serviço objeto dessa licitação:
- I - produzido no País;
 - II - produzido ou prestado por empresa brasileira;
 - III - produzido ou prestado por empresa que invista em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
 - IV - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, com observância ao item 20.10 deste edital.
- 7.15.1 Permanecendo o empate entre propostas, terá preferência a licitante que primeiro apresentou a proposta comercial.
- 7.16 Havendo negociação a licitante vencedora deverá encaminhar, na forma do item 8.7, a proposta comercial com os respectivos valores adequados ao preço negociado e à redução linear.
- 7.17 Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, observando-se o direito de preferência estabelecido para as MPE, verificando sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO

- 8.1 Para fins de habilitação ao certame, as licitantes terão de satisfazer os requisitos relativos a:
- habilitação jurídica;
 - qualificação técnica;

- qualificação econômico-financeira;
- regularidade fiscal e trabalhista;
- cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

8.1.1 O Credenciamento da empresa no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e o cadastramento em cada nível são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômico-financeira:

Nível I – credenciamento: nível básico e pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis;

Nível II – o registro regular nesse nível supre as exigências de Habilitação jurídica prevista nos itens 8.2.1 ao 8.2.2;

Nível III – o registro regular nesse nível supre as exigências de Regularidade Fiscal em âmbito federal conforme definida no item 8.3.2;

Nível IV – o registro regular nesse nível supre as exigências de Regularidade fiscal nos âmbitos estadual e municipal conforme exigida no item 8.3.3;

Nível V – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação técnica em relação ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente, quando for exigido para o exercício da atividade;

Nível VI – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação Econômico-Financeira, em relação à Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/Extrajudicial e à comprovação de boa situação financeira da proponente, conforme solicitado nos itens 8.4.1 a 8.4.3.1.1.

8.1.2 A comprovação do credenciamento e cadastramento em cada nível do SICAF, dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, por intermédio de consulta ‘on line’ no SICAF, opção “Situação do Fornecedor”, depois de verificada a aceitabilidade da proposta.

8.1.3 Caso não seja possível efetuar a consulta de algum documento ou nível de cadastro no SICAF, ou na hipótese daquele estar vencido, a licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) vencido(s)/faltante(s) na forma do item 8.7.

8.1.4 Para fins de habilitação, a verificação pela CAIXA nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.2 A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em:

8.2.1 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

- 8.2.2 inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.2.3 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.3 A documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista** consistirá em:
 - 8.3.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - 8.3.2 prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND), na forma da lei.
 - 8.3.3 prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal, na forma da lei.
 - 8.3.4 prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) caso não seja atendida pela Certidão mencionada no item 8.3.2.
 - 8.3.5 Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
 - 8.3.6 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, comprovada por meio de consulta à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.
 - 8.3.6.1 Caso seja apresentada à CAIXA, por licitante ou cidadão interessado, Certidão Positiva expedida posteriormente àquela apresentada quando da habilitação, será concedido à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, sob pena de inabilitação.
 - 8.3.6.1 Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal por MPE que se declarar como tal, nos termos do § 4º do art. 3º da LC nº 123/06, será assegurado prazo de cinco dias úteis contados do resultado da habilitação, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 8.4 A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:

- 8.4.1 certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 8.4.2 comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 8.4.2.1 A licitante credenciada e cadastrada no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF terá sua qualificação econômico-financeira avaliada por meio desses índices econômicos registrados no referido Sistema.
- 8.4.3 A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices relativos à boa situação financeira (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), deverá comprovar possuir patrimônio líquido não inferior a R\$1.899.970,00 (um milhão, oitocentos e noventa e nove mil, novecentos e setenta reais).
- 8.4.3.1 O patrimônio líquido exigido acima será calculado por meio da fórmula seguinte, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:
- $$\text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo Total} - \text{Passivo Total (Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante)}$$
- 8.4.3.1.1 Para a licitante credenciada e cadastrada no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF, o patrimônio líquido exigido acima será obtido a partir das informações do balanço da empresa, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei.
- 8.4.3.2 Na impossibilidade da obtenção no SICAF dos índices econômicos e das informações necessárias ao cálculo do patrimônio líquido, referidos nos itens 8.4.3 e seguintes, a licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis na forma da lei,

vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, na forma do item abaixo.

8.4.3.3 São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentadas:

8.4.3.3.1 publicado em Diário Oficial; ou

8.4.3.3.2 publicado em jornal, ou

8.4.3.3.3 por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou

8.4.3.3.4 por cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticada na junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

8.4.5 As entidades Sem Fins Lucrativos estão dispensadas da apresentação da documentação referente à Qualificação Econômico-Financeira.

8.5 A **qualificação técnica** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.5.1 Apresentação de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter a licitante desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

8.5.1.1 para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) que comprove(m), no mínimo, o fornecimento dos itens mobiliários conforme discriminados abaixo:

a) sofás (1, 2 ou mais lugares) em quantitativo mínimo de **50** unidades;

b) longarina (2 ou mais lugares) em quantitativo mínimo de **500** unidades;

c) cadeiras ou poltronas - base com rodízios – em quantitativo mínimo de **3.260** unidades; e

d) cadeiras ou poltronas – base fixa – em quantitativo mínimo de **1.820** unidades.

8.5.1.2 o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) deve(m) ser apresentado (s) contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pela licitante.

8.5.2 **Declaração que a licitante possui toda a documentação necessária como condição de assinatura da Ata de Registro de Preços conforme a minuta do Anexo VIII que integra este Edital;**

- 8.5.3 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.5.3.1 Os documentos citados no subitem 8.5 e seguintes acima, quando de procedência estrangeira e emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.5.3.2 Para os documentos públicos estrangeiros não se aplica a exigência de legalização consular, ou seja, o reconhecimento de assinatura ou autenticação, nos termos do [Decreto 8.660, de 29 de Janeiro de 2016](#).
- 8.6 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será suprido pela declaração da licitante de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
- 8.6.1 Tal declaração deverá ser firmada eletronicamente pela licitante por meio de preenchimento do Termo de Responsabilidade, quando do seu credenciamento, na forma do item 3.1.4.
- 8.7 Encerrada a etapa de lances, a documentação a seguir relacionada deverá ser encaminhada pelo sistema eletrônico no prazo de até 01 (UMA) HORA, a contar da solicitação do Pregoeiro:
- 8.7.1 Para licitante credenciada e cadastrada em cada nível do SICAF:
- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
 - b) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
 - c) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso;
- 8.7.2 Para licitante NÃO credenciada e NÃO cadastrada em cada nível do SICAF:
- a) Documentação relativa a Habilitação jurídica;
 - b) Documentação relativa a qualificação econômico-financeira;
 - c) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
 - d) Documentação relativa a regularidade fiscal;
 - e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
 - f) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
 - d) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso;
- 8.7.3 As certidões apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo pregoeiro.

- 8.7.4 A solicitação do Pregoeiro será encaminhada ao licitante por e-Mail com as instruções de envio dos documentos.
- 8.8 Os originais dos documentos exigidos neste edital e encaminhados de acordo com os itens 6.4.1 e 8.7, a Proposta Comercial adequada à negociação realizada, se houver, e o Termo de Compromisso constante do Anexo VII, tudo devidamente preenchido e assinado por quem de direito, deverão ser entregues ao Pregoeiro, no endereço da GILOG/BR – SEPN 512, Conjunto C, Lotes 9/10, 4º andar, Ala Sul, Centro Empresarial José Alencar Gomes da Silva, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.760-500, no prazo de até 3 (três) dias úteis, podendo ser apresentados no original, ou por cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Pregoeiro.

9 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Encerrada a fase de julgamento e classificação das propostas, o Pregoeiro verificará, caso a licitante vencedora seja uma MPE e tenha utilizado o direito de preferência previsto no item 7.10.1, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já é suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para o benefício, concedido à MPE, conforme previsto no Art. 3º da LC 123/2006.
- 9.1.1 A referida verificação será feita mediante consulta ao Portal da Transparência, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br.
- 9.1.2 Sendo constatada a extrapolação do faturamento máximo permitido, a MPE será inabilitada, sendo examinadas as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, conforme item 7.19.
- 9.2 Prosseguindo, o Pregoeiro efetuará a consulta “on line” ao SICAF, para verificação da situação da licitante credenciada e cadastrada em cada nível do Sistema, se for o caso, ocasião que será impressa e rubricada pelo Pregoeiro a Declaração de “Situação do Fornecedor”.
- 9.2.1 Nesse mesmo ato o Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante vencedora, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.7.
- 9.3 É assegurado à licitante que esteja com algum documento vencido no SICAF o direito de encaminhá-lo atualizado, juntamente com a documentação relacionada no item 8.7.
- 9.4 Será assegurado à MPE que apresentar alguma restrição na sua documentação fiscal, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a necessária regularização, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério do pregoeiro.

- 9.4.1 A contagem do prazo acima será iniciada a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, mediante comunicação eletrônica a todos os participantes.
- 9.4.2 Nessa circunstância, considerando a necessidade de comprovação da regularidade fiscal no prazo legal, a declaração do vencedor será feita em caráter provisório e somente será confirmada após a verificação da regularidade fiscal
- 9.4.3 A não-regularização da documentação fiscal da MPE no prazo previsto no item 9.4, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à CAIXA convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 9.5 A fim de verificar se existe restrição da licitante ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, além do SICAF, serão efetuadas as seguintes consultas, sem prejuízo de verificação dessa restrição por outros meios:
- ao CEIS/CNEP/CEPIM – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/ Cadastro Nacional de empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo;
 - ao CNCLIA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, constante no endereço eletrônico do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – www.cnj.jus.br/, em **“Sistemas”**, no item **“CONSULTAS PÚBLICAS – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa”** e **“Consulta Requerido / Condenação”**, selecionar esfera **“TODOS(AS)”**;
 - SICOW – Sistema interno da CAIXA, que permite verificar se há impedimento de o interessado licitar e contratar com esta Empresa Pública.
- 9.6 **Não será habilitada a empresa que:**
- 9.6.1 esteja com algum documento vencido no SICAF, caso não tenha sido exercida a faculdade prevista no item 9.3 e ressalvada a possibilidade de regularização da documentação fiscal da MPE, na forma do item 9.4;
- 9.6.2 não comprove a regularidade da documentação habilitatória por ocasião de sua verificação, ressalvado o tratamento diferenciado quanto à regularidade fiscal da MPE, na forma do item 9.4.
- 9.6.3 esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou esteja impedida de licitar e contratar com a União, ou tenha sido declarada inidônea

para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

- 9.6.4 deixo de apresentar a documentação solicitada, apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital;
- 9.7 Se a licitante desatender às exigências do item 8 ou se enquadrar nas hipóteses do item 9.6, será inabilitada e o Pregoeiro examinará as condições de habilitação das demais proponentes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda plenamente às exigências do Edital.
- 9.8 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
- 9.9 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o vencedor da licitação, oportunidade em que as demais licitantes serão questionadas, via mensagem eletrônica, sobre o interesse em igualar seus preços ao da mais bem classificada, devendo a licitante, para tanto, responder por mensagem para a caixa postal gillogbr18@caixa.gov.br, no prazo de até 01 (uma) hora, findo o qual não será mais conhecida manifestação de interesse.
- 9.9.1 Decorrido o prazo, as licitantes que manifestaram interesse deverão encaminhar a proposta comercial com o preço devidamente ajustado ao valor ofertado e negociado pela licitante mais bem classificada no prazo de até 01 (uma) hora, a contar da solicitação do pregoeiro na forma indicada pelo pregoeiro.
- 9.9.2 As licitantes que manifestarem interesse em igualar o preço ao da licitante vencedora irão compor o anexo da Ata de Registro de Preços, em caráter de reserva, respeitada a ordem de classificação do pregão.
- 9.9.3 O não envio da nova proposta solicitada pelo pregoeiro na forma do item 9.9.1 impossibilitará o licitante de compor o cadastro reserva da Ata de Registro de Preços.
- 9.9.4 A licitante cujo preço estiver registrado em caráter de reserva somente será convocada para fornecer e/ou prestar serviço no caso de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada na ordem constante da Ata, ou no caso de liberação do compromisso assumido prevista no § 1º do art. 18 do Decreto 7.892/13, sempre obedecida a ordem de classificação constante da Ata de Registro de Preços.
- 9.9.4.1 Somente após a ocorrência de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada e com a convocação da empresa reserva serão

efetuados os procedimentos relativos à habilitação desta empresa, constantes dos itens 8 e 10 do edital.

- 9.9.5 Os procedimentos constantes do item 10, referentes à solicitação e avaliação da amostra/protótipo da empresa que compõe o cadastro reserva e que eventualmente for convocada também somente ocorrerá no momento oportuno da convocação.
- 9.9.6 A apresentação de novas propostas na forma do item 9.9.1 não prejudicará em hipótese nenhuma o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10 DA APRESENTAÇÃO DE PROTÓTIPOS

- 10.1 Com vistas à definição de compra, sob o aspecto da qualidade e da conformidade com o objeto, a empresa licitante de menor preço deverá apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a solicitação da CAIXA, protótipo de cada subitem descrito na tabela constante no Anexo IX – Apresentação de Protótipos – Lista de Mobiliários, do presente Edital, bem como respectivo Manual de Uso e Conservação específico para cada um dos modelos a serem fornecidos, este último em meio eletrônico e em meio impresso, todos devidamente identificados com o nome do fornecedor e nº do pregão.
- 10.2 A CAIXA utilizará os protótipos apresentados para avaliação de suas especificações com as exigências deste Edital, bem como para confronto de sua qualidade com a dos mobiliários que vierem a ser fornecidos futuramente, sendo admissíveis eventuais estragos nos protótipos entregues, oriundos da análise, não cabendo à proponente qualquer valor a título de ressarcimento.
- 10.3 Os protótipos e respectivos Manuais de Uso e Conservação em meio impresso deverão ser entregues à GILOG/BR – Suprimentos no endereço abaixo, devidamente identificados com o nome da fornecedora/fabricante, acompanhados de correspondência indicando tratar-se de protótipos relativos ao Pregão Eletrônico nº 105/7066-2017:
- **Endereço:** SIA trecho 3/4 - lote 40/70 – 71.200-040 – Brasília – Distrito Federal.
- 10.3.1 A Licitante deverá disponibilizar equipe própria para auxiliar na desmontagem /montagem dos componentes de mobiliário durante as análises realizadas pela CAIXA.
- 10.4 A Licitante de menor preço que não entregar os protótipos, juntamente com os respectivos Manuais de Uso e Conservação, ou entregar estes fora do prazo estabelecido neste Edital terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, tendo a CAIXA o direito de convocar a próxima Licitante classificada.

- 10.5 A assinatura da ata ficará condicionada à aprovação das amostras e apresentação da seguinte declaração:
- DECLARAÇÃO DE DISPOSIÇÃO DAS INSTALAÇÕES FABRIS E DE ENXOVAL MÍNIMO – MAQUINÁRIO em nome da licitante ou em nome do fabricante do mobiliário objeto de análise indicado na proposta comercial;
- 10.5.1 A declaração deverá conter justificativa de que o licitante ou fabricante tem a capacidade de produção adequada para o lote em licitação, indicando a capacidade produtiva/mês, o tipo de qualificação da mão-de-obra e a avaliação das condições técnicas/operacionais dos equipamentos empregados quanto à demanda do Edital.
- 10.5.2 A declaração deverá ter a afirmação que o licitante ou fabricante possuirá à sua disposição no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços, e em operação normal, maquinário com capacidade suficiente para a produção caracterizadamente industrial e não artesanal do objeto licitado, em qualidade (conforme as especificações técnicas disponibilizadas da CAIXA), quantidade (mínimo de 25% do total estabelecido no lote licitado) e nos prazos (30 dias para entrega/instalação/montagem) aqui estabelecidos.
- 10.5.3 A Licitante participante ou fabricante deverá apresentar a lista dos maquinários que serão disponibilizados, justificando tecnicamente e comprovando a possibilidade de produção industrial, em larga escala, em velocidade, quantidade e qualidade compatível com as exigidas neste Edital e respectivos anexos e apensados;
- 10.5.4 A CAIXA poderá, a qualquer tempo, durante o processo licitatório e após eventual contratação, realizar inspeções às instalações do licitante ou fabricante indicado na proposta comercial com o intuito de atestar a capacidade e qualidade produtiva da licitante e/ou do fornecedor (confirmação do maquinário mínimo e análise do sistema de gestão da qualidade).
- 10.5.5 As inspeções tratadas neste item poderão ser realizadas diretamente pela CAIXA ou por intermédio de empresa terceirizada contratada pela CAIXA
- 10.6 A CAIXA irá efetuar sua análise conforme as especificações técnicas disponibilizadas e emitir um parecer final (TERMO DE CONFORMIDADE DE PROTÓTIPO –TCP).
- 10.6.1 O TCP poderá:
- 10.6.1.1 APROVAR SEM RESSALVAS o protótipo, no caso de conformidade plena deste com as especificações técnicas apenas ao presente edital;

- 10.6.1.1.1 Configura-se conformidade plena do protótipo quando este atender a todos, ou seja, 100,00% os termos constantes das Especificações Técnicas e do Checklist;
- 10.6.1.1.2 O protótipo aprovado sem ressalvas é base de referência para fins de fornecimento tendo a licitante, no caso de contratação, a obrigação de fornecer o produto com mesma qualidade, dimensões e características daquelas observadas no protótipo;
- 10.6.1.1.3 Todas as informações contidas no projeto executivo e no caderno de especificações se completam. No caso de divergência de informações, prevalecerá as informações contidas no projeto executivo.
- 10.6.1.1.4 As variações dimensionais permitidas de acordo com o material utilizado são as seguintes:
- Chapas e perfis metálicos – variação de até 25% para mais na espessura, $\pm 5\%$ na seção do perfil e $\pm 2\text{mm}$ no comprimentos;
 - Painéis e tampos em MDP – variação de $\pm 2\text{mm}$ na largura e profundidade e 5% para mais na espessura;
 - Peças em acrílico – variação de até $\pm 1\text{mm}$ em todas as dimensões.
- 10.6.1.2 APROVAR COM RESSALVAS o protótipo, no caso de conformidade parcial deste com as especificações técnicas do presente edital;
- 10.6.1.2.1 Considera-se a conformidade parcial do protótipo quando este atende a no mínimo 90% dos itens das Especificações Técnicas e do Checklist deste Edital, e apresenta defeitos justificáveis, facilmente sanáveis, e que não necessitem de nova análise e/ou apresentação de novo protótipo, tais como:
- 10.6.1.2.2 Rasgo(s) em tecido ou arranhão(ões), provocado(s) durante o transporte/entrega e/ou durante a montagem;
- 10.6.1.2.3 Pequenos amassados em componentes e mecanismos os quais não comprometam o pleno funcionamento das peças e do conjunto como um todo;
- 10.6.1.2.4 Nesse caso, havendo aprovação com ressalvas, consideram-se ressalvas todas as inconformidades encontradas;
- 10.6.1.2.5 Em havendo inconformidades (ressalvas), estas deverão ser obrigatoriamente corrigidas para efeito de fornecimento definitivo caso a licitante venha a ser contratada;
- 10.6.1.3 REPROVAR o protótipo, no caso de desconformidade deste, ou seja, não atinja o mínimo de 90% das Especificações Técnicas e do Checklist do presente Edital.

- 10.6.1.3.1 Configura-se desconformidade do protótipo quando este não se enquadrar na condição descrita no item anterior (APROVAR COM RESSALVAS);
- 10.6.2 Para aprovação todos os itens constantes do lote deverão atingir a pontuação mínima de 90%.
- 10.6.3 Não será permitida a média da pontuação entre os itens do lote para que seja atingida a pontuação mínima de 90%.
- 10.6.4 A aprovação sem ressalvas ou aprovação com ressalvas, constante do TCP, é pré-requisito para a assinatura de contrato de fornecimento e montagem.
- 10.6.5 A reprovação do protótipo analisado, constante em TCP, implicará em desclassificação da proposta, tendo a CAIXA o direito de convocação do próximo classificado.
- 10.7 Não é permitida a implantação de solução ou iniciativa não homologada tecnicamente pela CAIXA (GEINP) e que não conste em seus Cadernos de Padronização.
- 10.8. Não será permitida a rerepresentação de protótipo sob nenhuma circunstância.
- 10.9 Serão exigidos LAUDO DE CONFORMIDADE ERGONÔMICA (LCE) e LAUDO DE CONFORMIDADE DE ACESSIBILIDADE (LCA), para os seguintes mobiliários:
- PA1
 - PA2
 - PA3
 - PM1
 - PXG
- 10.9.1 O LCE visa comprovar a conformidade ergonômica do produto a ser fornecido e deverá ser registrado em cartório, assinado por Ergonomista e deverá conter análise ergonômica do item com respectiva foto e código referência do produto, contendo ainda ateste de que o produto fornecido atende às exigências da norma Regulamentadora NR 17 do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM);
- 10.9.2 A comprovação da certificação do(a) profissional Ergonomista será feita através da apresentação do registro no Conselho de Classe de sua formação e certificado/diploma de especialização em Ergonomia e entregue anexa ao LCE;
- 10.9.3 A não apresentação de LCE e respectiva certificação do Ergonomista, conforme descrito anteriormente, juntamente com os protótipos, implicará em desclassificação da Licitante, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, tendo a CAIXA o direito de convocar a próxima Licitante classificada;

- 10.9.4 O LAUDO DE CONFORMIDADE DE ACESSIBILIDADE (LCA) visa comprovar a conformidade do produto a ser fornecido em relação as normas vigentes de acessibilidade, especialmente a ABNT NBR 9050/2015 contendo a análise de acessibilidade do item com respectiva foto e código referência do produto. O LCA deverá ser elaborado e assinado por Engenheiro Civil ou Arquiteto e registrado em cartório. Deverá ainda ser apresentada a ART (CREA) ou RRT (CAU) do referido laudo.
- 10.10 Serão exigidos ainda:
- 10.10.1 Apresentação do TERMO DE GARANTIA E ASSISTENCIA TÉCNICA DO MOBILIÁRIO conforme a minuta do Anexo XII que integra este Edital.
- 10.10.2 Registro ou prova de inscrição do licitante ou do fabricante do mobiliário indicado na proposta comercial no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) do IBAMA;
- 10.10.3 Prova de que o licitante ou o fabricante do mobiliário indicado na proposta comercial possui CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA, comprovando que na fabricação do produto, 100% (cem por cento) dos componentes de madeira utilizados são oriundos de madeira certificada;
- 10.10.3.1 Todos os produtos ou subprodutos de madeira que compõem o mobiliário deverão, obrigatoriamente, ser oriundos de florestas nativas ou plantadas, desde que de comprovada procedência legal certificada de manejo florestal sustentável;
- 10.10.3.2 Para a comprovação de Certificação Ecológica, serão aceitos, dentre outras certificações florestais de mesma equivalência:
- a) Certificado (selo) de Cadeia de Custódia CERFLOR;
 - b) Certificado (selo) de Cadeia de Custódia FSC – Forest Stewardship Council ou similares, desde que emitido por entidade ou organismo credenciador (certificador) reconhecido nacional ou internacionalmente;
- 10.10.4 Laudos emitidos por Organismo Certificador de Produto acreditado pelo Inmetro, exclusivamente em nome do licitante ou do fabricante do mobiliário indicado na proposta comercial, que comprovem que os produtos a serem fornecidos atendem às normas referentes a Pintura em componentes metálicos;
- a) Corrosão por exposição à névoa salina – NBR 8094:1983, com grau de empolamento igual a 0 (zero) e grau de enferrujamento igual a 0 (zero), até no mínimo 240h;
 - b) Tintas – Determinação da aderência – NBR 11003:2009, Gr0 (X=0 e Y=0);

- c) Tintas – Determinação da espessura da película – média mínima de 50 micrômetros e máxima de 90 micrômetros, filme seco ou superior - NBR 10443:2008;
 - d) Avaliação da Resistência à corrosão por exposição ao Dióxido de Enxofre 10 ciclos (240 horas) – NBR 8096:1983.
- 10.10.5 Prova de que o licitante ou o fabricante do mobiliário indicado na proposta comercial possui certificado que atende a ABNT NBR 13962:2006 - Móveis para escritório - Cadeiras - Requisitos e métodos de ensaio;
- 10.10.6 Apresentação de laudos emitidos por Organismo Certificador de Produto acreditado pelo Inmetro, em nome do licitante ou do fabricante do mobiliário objeto de análise indicado na proposta comercial, que comprovem que os produtos a serem fornecidos atendem às normas referentes a Espuma flexível de poliuretano.
- a) Resiliência – NBR 8619:2015, com desempenho superior a 50% de resiliência ao impacto;
 - b) Teor de cinzas – NBR 14961:2007, com resultado máximo de 0,5%;
 - c) Resistência à compressão – NBR 8910:2003, com desempenho igual ou maior que 04 em relação à resistência a compressão 50% kPa;
 - d) Características de queima - NBR 9178:2015, com velocidade de queima menor ou igual a 10 mm/min;
 - e) Resistência à tração – NBR 8515:2003;
 - f) Resistência ao rasgamento – NBR 8516:2015;
 - g) Exceto para sofás e cadeira de obesos - Densidade para espumas injetadas – NBR 8537:2015;
 - h) Deformação permanente à compressão – NBR 8797:2015;
 - i) Força de indentação – NBR 9176:2003;
 - j) Fadiga dinâmica – NBR 9177:2015;
 - k) Isenção da Presença de CFC.
- 10.11 Esclarecemos que toda a documentação exigida referem-se aos produtos ofertados e, portanto poderão ser emitidos em nome do fabricante do mobiliário e não das empresas revendedoras do produto.
- 10.12 A apresentação dos documentos comprobatórios será condição para a assinatura da Ata de Registro de Preços e do Contrato.
- 10.13 Desde que devidamente acordado entre a CAIXA e a Licitante, os protótipos apresentados para avaliação poderão ser retirados pela Licitante responsável, após o final do processo licitatório, em local, data e hora determinada pela CAIXA. O protótipo que for submetido à análise será devolvido no estado em que se encontrar, sem ônus para a CAIXA.

- 10.14 Caso seja verificada alguma desconformidade nos produtos entregues, durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá realizar a troca dos itens desconformes e estará sujeita às penalidades previstas neste Edital e anexos que o integram.
- 10.15 Mesmo tendo sido aprovado o protótipo, com ou sem ressalvas, não haverá emissão de certificado para fins de isenção de apresentação de protótipo em outro processo licitatório de mesmo objeto, sendo o rito obrigatório a qualquer participante, mesmo sendo este ou tendo sido este fornecedor contratado pela CAIXA
- 10.16 É facultado aos licitantes o acompanhamento da avaliação feita pela CAIXA, devendo a licitante interessada fazer requisição formal para tanto pelo e-mail gilogbr18@caixa.gov.br.

11 DOS RECURSOS

- 11.1 Atendidas plenamente todas as condições do edital, e após a divulgação da(s) licitante(s) vencedora(s) deste PREGÃO ELETRÔNICO, qualquer licitante poderá manifestar motivadamente a intenção de recorrer, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões no formulário eletrônico disponibilizado no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br – na “**Área do Licitante**”, efetuar o login no sistema por meio da opção “**Acesso ao Sistema**”, selecionar “**Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar**”, escolher a opção “**Intenção de Recurso**”, localizada no quadro “**Outras Ações**” no prazo de até 30 (trinta) minutos, a partir da comunicação pelo sistema.
- 11.1.1 À recorrente que tiver sua manifestação de intenção de recurso aceita pelo Pregoeiro será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar Razões de Recurso, facultando-se às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 11.1.2 Os recursos e contrarrazões somente poderão ser encaminhados por meio eletrônico, no endereço citado no item 11.1.
- 11.1.3 Os recursos e contrarrazões redigidos pelas licitantes deverão ser copiados e colados no campo específico do endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br – na “**Área do Licitante**”, efetuar o login no sistema por meio da opção “**Acesso ao Sistema**”, selecionar “**Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar**”, escolher a opção “**Contrarrazão**”, localizada no quadro “**Outras Ações**”.
- 11.2 A falta de manifestação motivada da licitante, no prazo estabelecido no item 11.1, importará a decadência do direito de recurso ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

- 11.3 Qualquer recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 11.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.5 Decidido(s) o(s) recurso(s), e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o resultado da licitação será submetido para homologação da autoridade competente.
- 11.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação por e-mail.

12 DA HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DA ATA

- 12.1 À vista do relatório do Pregoeiro, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente da CAIXA, para fins de homologação.
- 12.2 Após a homologação do resultado da licitação a licitante classificada em primeiro lugar terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pela CAIXA, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra o presente Edital (Anexo III), podendo esse prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela CAIXA.
- 12.3 A recusa injustificada da primeira classificada em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido, além de implicar a perda do direito ao registro de seu preço, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 16 deste Edital.
- 12.4 Poderá a licitante ser desclassificada até a contratação, se a CAIXA tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, trabalhista, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
- 12.5 Após a assinatura da Ata do Registro de Preços o extrato será publicado no Diário Oficial da União, contendo o(s) fornecedor(es) e o(s) preço(s) registrado(s), sendo que, a partir de então, poderão ser firmados os instrumentos contratuais, desde que no prazo de validade da Ata.
 - 12.5.1 A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumprido o requisito de publicidade.

- 12.6 A contratação formalizar-se-á mediante assinatura de instrumento particular pelo fornecedor mais bem classificado, observadas as cláusulas e condições deste edital, da Ata de Registro de Preços, e da proposta vencedora, conforme minuta de Contrato ou de OFS – Ordem de Fornecimento ou Serviço que integram este Edital (respectivamente Anexo IV e Anexo V).
- 12.6.1 O Contrato (Anexo IV) é obrigatório nos casos em que o valor da contratação for superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ou a vigência ultrapassar a 12 meses, podendo, abaixo deste valor e vigência, ser substituído por OFS.
- 12.7 Fica impedida de ser contratada a licitante que se enquadre em qualquer das situações mencionadas no item 2.5.5.
- 12.8 A empresa com preço registrado que não for cadastrada no SICAF deverá providenciar o cadastramento e habilitação no referido Sistema, nos níveis I, II, III, IV e VI, no prazo estabelecido no instrumento contratual.
- 12.9 No ato da assinatura do instrumento contratual o fornecedor registrado deverá firmar a declaração de vedação ao nepotismo anexada após a minuta de Contrato/OFS (Anexo IV e Anexo V).
- 12.10 Caso a licitante vencedora seja MPE optante pelo Simples Nacional, para obter o benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, deverá firmar, no ato da assinatura do contrato, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional – Anexo IV da IN RFB 1.244/2012, que consta anexada ao final da minuta de contrato (Anexo IV).
- 12.11 O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata terá 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da convocação pela CAIXA, para assinar o Contrato/OFS, conforme o caso, e devolvê-lo.
- 12.11.1 A convocação será feita por emissão e encaminhamento do Contrato/OFS ao Fornecedor.
- 12.11.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preço podem ocorrer várias solicitações de execução do objeto, inclusive simultâneas.
- 12.12 Se o fornecedor primeiro colocado com preço registrado recusar-se a assinar o Contrato/OFS, sem prejuízo das sanções aplicáveis, poderão ser convocados os fornecedores que compõem o cadastro reserva, obedecida a ordem de classificação na Ata.
- 12.12.1 O fornecedor que compõe o cadastro reserva será convocado nos moldes do item 9.9.4, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

13 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1 A Ata de Registro de Preços não obriga a CAIXA a firmar contratações nas quantidades registradas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada à detentora do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, não cabendo direito a indenização.
- 13.2 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a CAIXA convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 13.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 13.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original da Ata.
- 13.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a CAIXA poderá:
- I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- II – convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 13.3.1 Não havendo êxito nas negociações, a CAIXA revogará a Ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 13.4 Será considerado preço de mercado aquele igual ou inferior à estimativa de preço apurada pela CAIXA.
- 13.5 Não havendo êxito nas negociações com os detentores do preço registrado, a CAIXA procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14 DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 14.1 O Contrato ou a OFS, cujas minutas (Anexo IV e V) integram o presente edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação e da proposta vencedora, sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

15 DA FORMA DE PAGAMENTO

- 15.1 A CAIXA, após o fornecimento e exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços (Anexo III) e no Contrato/OFS (Anexo IV e Anexo V).

16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1 Ficará impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, a licitante que incorrer em alguma das seguintes hipóteses:
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - apresentar documentação falsa;
 - ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - não mantiver a proposta;
 - falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo, incluindo a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
 - fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;
 - descumprir as condições e os prazos de apresentação de amostras;
 - que convocada dentro do prazo de validade de sua proposta se recusar injustificadamente a assinar a ata ou não apresentar situação regular no ato de sua assinatura
- 16.1.1 A imposição de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, resultante do devido processo administrativo, será registrada no SICAF.
- 16.2 Pelo descumprimento da Ata de Registro de Preços o Fornecedor ficará sujeito às sanções estabelecidas no próprio instrumento (Anexo III).
- 16.3 Pela inexecução total ou parcial do Contrato/OFS objeto desta licitação e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções, nos termos estabelecidos nas correspondentes minutas, Anexos IV e V:
- 16.3.1 advertência;
 - 16.3.2 multa;
 - 16.3.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
 - 16.3.4 impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
 - 16.3.5 declaração de inidoneidade.

17 DOS ILÍCITOS PENAIS

- 17.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

18 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 18.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária prevista no item de acompanhamento nº 3102-01 – “EQUIPAMENTOS DE USO”, no compromisso registrado no SIPLO sob o nº 02738/2017-MZ.

19 DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

- 19.1 A CAIXA poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba às licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.
- 19.2 A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual, e em decorrência dessa anulação as licitantes não terão direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato/OFS.

20 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1 A participação na presente licitação implica a concordância, por parte da licitante, com todos os termos e condições deste Edital e Anexos.
- 20.2 As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e lances.
- 20.3 Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados no original, por cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Pregoeiro.
- 20.3.1 Não será permitida a utilização do malote da CAIXA para envio dos documentos, nem sua entrega nas Agências e Escritórios de Negócios, ou outra unidade que não seja(m) a(s) indicada(s) na forma deste edital.

- 20.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 20.5 Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.
- 20.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 20.7 Só se iniciam e vencem os prazos, incluindo horário, referidos neste Edital, em dia de expediente na CAIXA, na localidade na qual se sedia a unidade promotora do certame – GILOG/BR, em Brasília/DF.
- 20.8 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior da CAIXA, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.
- 20.9 Ao final da sessão, o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão.
- 20.10 As licitantes que usufruíram da preferência disposta no item 7.17, inciso IV, deverão cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 20.11 Eventuais retificações do Edital serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, por meio das consultas do quadro **“Painel Geral”**. Selecionar o número do certame desejado e clicar na aba **“Editais”**.
- 20.11.1 No caso de retificação do Edital que não implique em sua republicação, o credenciamento e as propostas porventura encaminhadas continuam válidos.
- 20.11.2 Havendo republicação do edital, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo válido apenas o credenciamento da(s) licitante(s).
- 20.12 Os esclarecimentos acerca desta licitação serão disponibilizados no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, no quadro **“Painel Geral”**, selecionar o número do certame desejado e clicar na aba **“Pedidos de Esclarecimento”**.
- 20.13 É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do processo pelo site da CAIXA, no endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br>.

21 DO FORO

- 21.1 Para dirimir as questões oriundas desta licitação e do futuro contrato/OFS será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal no Distrito Federal, na cidade de Brasília.

Brasília, 03 de novembro de 2017.

Caroline Bacelar
Pregoeira

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****COMUNICADO**

O CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES E DETALHAMENTOS TÉCNICOS encontra-se disponível para download no endereço eletrônico: <http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-documentacao-basica-21/PE-105-7066-2017.zip>.

ATENÇÃO: A empresa que deseja participar e que, por motivos técnicos, não conseguir efetuar o download do arquivo no endereço eletrônico acima pode solicitar cópia dos arquivos diretamente a uma unidade da GILOG mais próxima. Para mais informações solicitamos entrar em contato pelo e-mail: gilogbr18@caixa.gov.br.

1 OBJETO:

Fornecimento e instalação dos seguintes mobiliários: sofás, longarinas, poltronas e cadeiras, para atendimento às unidades da CAIXA em âmbito nacional.

2 QUANTITATIVOS:

- Vigência do registro de preços: 12 meses
- Quantidade mínima a ser cotada: 100% do total previsto
- Características e condições do fornecimento: Conforme Edital, ARP e TR, e instrumento contratual
- Garantia: 05 anos
- Prazo de entrega: 30 dias contados da emissão do instrumento
- Local de entrega: Unidades da CAIXA no Brasil

SUBITEM	MODELO	CODIGO SAP	DESCRIÇÃO	PLAQUETA	QTD
1	SF1	10251659	SOFÁ DE 1 LUGAR 810x700x778mm	X	100
2	SF2	10251660	SOFÁ DE 2 LUGARES 1415x700x778mm	X	100
3	LXT	10251697	LONGARINA DE 1 LUGAR EM TAMANHO XG EM TECIDO	X	200
4	LXV	10251698	LONGARINA DE 1 LUGAR EM TAMANHO XG EM VINIL	X	200
5	L2T	10251661	LONGARINA DE 2 LUGARES EM TECIDO	X	300
6	L2V	10251699	LONGARINA DE 2 LUGARES EM VINIL	X	500
7	L3T	10251662	LONGARINA DE 3 LUGARES EM TECIDO	X	300
8	L3V	10251700	LONGARINA DE 3 LUGARES EM VINIL	X	500
9	PM1	10251663	POLTRONA COM RODÍZIOS E ESPALDAR MÉDIO	X	8000
10	PA1	10251664	POLTRONA COM RODÍZIOS E ESPALDAR ALTO	X	1608
11	PA2	10251665	POLTRONA C/ RODÍZIOS E ESPALDAR ALTO C/ APOIO DE CABEÇA	X	400
12	PA3	10251666	POLTRONA C/ ROD. ESP TELADO ALTO C/ AP CABEÇA AJ. LOMBAR	X	250
13	PXG	10251667	POLTRONA COM RODÍZIOS E ESPALDAR MÉDIO TAMANHO XG	X	80
14	CFG1	10251668	CADEIRA FIXA COM BASE GIRATÓRIA	X	500
15	CFG2	10251701	CADEIRA COM RODÍZIOS E BASE GIRATÓRIA	X	2700

16	CFA	10251702	CADEIRA FIXA ALTA COM BASE GIRATÓRIA E APÓIA PÉS	X	300
17	CFF	10251669	CADEIRA FIXA COM BASE FIXA	X	5000
18	CFP	10251670	CADEIRA FIXA COM BASE FIXA E PRANCHETA	X	700
19	CFC	10251671	CADEIRA FIXA COM BASE FIXA PARA COPA/REFEITÓRIO	X	780

OBSERVAÇÕES:

* - No caso dos acessórios, que estão vinculados a um item principal (mesa ou biombo), só poderão ser solicitados em uma mesma nota fiscal onde consta o item principal ao qual ele será vinculado, ou seja, os acessórios deverão ser solicitados junto com o item principal (mesa ou biombo) pois estes itens devem ser capitalizados no SAP com valor agregado ao mobiliário principal.

** - códigos SAP que serão passados à CONTRATADA posteriormente.

3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

- 3.1. As especificações técnicas e respectivos desenhos de mobiliário e da marca constante na etiqueta de identificação patrimonial são parte integrante deste TR e encontram-se disponíveis para download no endereço eletrônico: <http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-documentacao-basica-21/PE-105-7066-2017.zip>.
- 3.2. **Esclarecemos que houve alterações significativas nas especificações do mobiliário padrão, devendo as empresas licitantes atentarem para esta observação.**

4 ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO PATRIMONIAL:

- 4.1. Todo item de mobiliário deverá ser fornecido, às custas da empresa contratada, com etiqueta de identificação patrimonial, seguindo as especificações conforme marca citada no 3.1 acima e conforme modelo de etiqueta e dados abaixo descritos:

Layout

- TAG com indicação da marca “CAIXA” padrão sobre fundo na cor branco, com acabamento dos cantos arredondados.
- Padrão cromático:
Cor azul: CMYK C100, M56
Cor laranja: CMYK M50 Y100
- Padrão numérico:
Campo: Identificação numérica sequencial com 09 (nove) dígitos;
- Alinhamento: Centralizado

Caracterização**DESCRIÇÃO**

- TAG RFID UHF para a identificação de ativos não metálicos e metálicos.
- Composta de nylon com fibra de vidro, resistente a ataques químicos de abrasivos presentes em produtos de limpeza em geral, a prova d'água.
- Funcionamento com qualquer leitor no padrão RFID UHF (leitores da marca: MOTOROLA, IMPINJ, INTERMEC, ACURA, NESSLAB, KEONN, etc)

DIMENSÕES

- Dimensão: 53mm x 20mm
- Espessura: 6mm
- É admitida variação dimensional de + ou – 2mm.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

- Índice de proteção – IP: IP 66 (IEC 60529);
 - Dimensões: 53 mm x 20 mm x 0.6 mm (+- 0.2);
 - Cores de impressão: Cores CMYK
 - Cor do fundo: Branco;
 - Quantidade de dígitos: 09 dígitos;
 - Impressão de códigos de barra;
 - Frequência de operação: 860-928 MHz;
 - Distância de leitura: Até 4 metros (depende da leitora RFID);
 - Protocolo padrão: ISO18000-6C (EPC global Class1 Gen2);
 - Temperatura de operação: -35°C a +85°C;
 - Substratos / Construção: Impressão sobre papel sintético 250 microns a prova d'água e laminação poliéster de 180 microns a 180° graus, resistente a abrasão;
 - Forma de aplicação: Autoadesiva;
 - Forma de fixação: Adesivo acrílico automotivo PSA 35g.
 - Memória: 128 bits EPC
 - Garantia: 03 anos (Contra defeito de fabricação);
 - Expectativa de leitura dos dados/Tempo de vida útil: 20 anos (Estimativa para manutenção dos dados gravados no chip)
- 4.2 O Material utilizado na confecção da etiqueta, e do adesivo, deve resistir à oscilação de temperatura, umidade e produtos químicos.
- 4.3 A contratada deverá apresentar à CAIXA um lote com 10 amostras de etiquetas conforme especificação do Modelo de Etiqueta Padrão aprovado pela CAIXA para prévia análise, aprovação e realização de testes.
- 4.4 O código de barras impresso nas etiquetas deverá ser apto para captura por leitor óptico de código de barras.
- 4.5 A etiqueta deve ser fixada em local definido pela CAIXA. Antes do fornecimento do item de mobiliário a CAIXA disponibilizará o manual de identificação que deverá ser seguido. Os locais poderão ser alterados para facilitar o acesso e visualização das etiquetas, qualquer alteração será comunicada previamente ao contratado.
- 4.6 No momento do pedido de fornecimento de cada item de mobiliário, a CAIXA fornecerá a faixa de números patrimoniais a serem impressos na etiqueta de identificação patrimonial, não podendo a empresa emitir etiquetas: sem

- numeração, com numeração duplicada ou com numeração diferente da fornecida pela CAIXA.
- 4.7 A Contratada deve controlar as diferentes faixas de números patrimoniais, indicando quais etiquetas foram utilizadas, extraviadas ou inutilizadas.
- 4.8 Havendo inconsistências, a Contratada, a qualquer tempo, observado o prazo de garantia, deverá providenciar a substituição da(s) etiquetas com problema de impressão dos códigos, analógico e código de barras, sendo todos os custos de responsabilidade da Contratada. As etiquetas que tiverem apresentarem sinais de descolamento deverão ser fixadas novamente ou substituídas, sempre com o devido registro.
- 4.9 No caso de material cujo código patrimonial da etiqueta não possa ser identificado por meio da leitura óptica, deverá ser substituído e, se necessário, o número de identificação patrimonial inutilizado registrado em controle próprio e informado à CAIXA.

5 ESTIMATIVA DE PREÇOS:

5.1 Preços máximos admitidos:

SUBITEM	MODELO	CODIGO SAP	DESCRIÇÃO	PLAQUETA	QTD	CUSTOS	
						UNITÁRIO	TOTAL
1	SF1	10251659	SOFÁ DE 1 LUGAR 810x700x778mm	X	100	R\$ 1.120,82	R\$ 112.081,60
2	SF2	10251660	SOFÁ DE 2 LUGARES 1415x700x778mm	X	100	R\$ 1.773,05	R\$ 177.305,27
3	LXT	10251697	LONGARINA DE 1 LUGAR EM TAMANHO XG EM TECIDO	X	200	R\$ 1.334,48	R\$ 266.896,15
4	LXV	10251698	LONGARINA DE 1 LUGAR EM TAMANHO XG EM VINIL	X	200	R\$ 1.345,12	R\$ 269.023,80
5	L2T	10251661	LONGARINA DE 2 LUGARES EM TECIDO	X	300	R\$ 1.022,38	R\$ 306.714,85
6	L2V	10251699	LONGARINA DE 2 LUGARES EM VINIL	X	500	R\$ 1.033,01	R\$ 516.504,61
7	L3T	10251662	LONGARINA DE 3 LUGARES EM TECIDO	X	300	R\$ 1.470,47	R\$ 441.140,27
8	L3V	10251700	LONGARINA DE 3 LUGARES EM VINIL	X	500	R\$ 1.481,09	R\$ 740.546,97
9	PM1	10251663	POLTRONA COM RODÍZIOS E ESPALDAR MÉDIO	X	8000	R\$ 1.068,56	R\$ 8.548.486,21
10	PA1	10251664	POLTRONA COM RODÍZIOS E ESPALDAR ALTO	X	1608	R\$ 1.127,90	R\$ 1.813.663,61
11	PA2	10251665	POLTRONA C/ RODÍZIOS E ESPALDAR ALTO C/ APOIO DE CABEÇA	X	400	R\$ 1.285,70	R\$ 514.278,64
12	PA3	10251666	POLTRONA C/ ROD. ESP TELADO ALTO C/ AP CABEÇA AJ. LOMBAR	X	250	R\$ 2.185,60	R\$ 546.399,43
13	PXG	10251667	POLTRONA COM RODÍZIOS E ESPALDAR MÉDIO TAMANHO XG	X	80	R\$ 1.538,48	R\$ 123.078,30
14	CFG1	10251668	CADEIRA FIXA COM BASE GIRATÓRIA	X	500	R\$ 493,42	R\$ 246.710,78
15	CFG2	10251701	CADEIRA COM RODÍZIOS E BASE GIRATÓRIA	X	2700	R\$ 493,42	R\$ 1.332.238,22
16	CFA	10251702	CADEIRA FIXA ALTA COM BASE GIRATÓRIA E APÓIA PÉS	X	300	R\$ 601,75	R\$ 180.523,98
17	CFF	10251669	CADEIRA FIXA COM BASE FIXA	X	5000	R\$ 473,86	R\$ 2.369.314,36
18	CFP	10251670	CADEIRA FIXA COM BASE FIXA E PRANCHETA	X	700	R\$ 477,57	R\$ 334.299,59
19	CFC	10251671	CADEIRA FIXA COM BASE FIXA PARA COPA/REFEITÓRIO	X	780	R\$ 205,76	R\$ 160.495,22

OBSERVAÇÕES:

* - No caso dos acessórios, que estão vinculados a um item principal (mesa ou biombo), só poderão ser solicitados em uma mesma nota fiscal onde consta o item principal ao qual ele será vinculado, ou seja, os acessórios deverão ser solicitados junto com o item principal (mesa ou biombo) pois estes itens devem ser capitalizados no SAP com valor agregado ao mobiliário principal.

** - códigos SAP que serão passados à CONTRATADA posteriormente.

OBS: Os quantitativos e valores acima são meramente estimativos, não representando garantia de faturamento.

ANEXO II**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/7066-2017_

NOME DA PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE/FAX:

E-MAIL:

OBJETO: Registro de preços para fornecimento e instalação de mobiliários: sofás, longarinas, poltronas e cadeiras para atendimento às unidades da CAIXA em âmbito nacional, de acordo com as especificações e condições constantes do edital do pregão eletrônico nº 105/7066-2017 e seus anexos.

SUBITEM	MODELO	CODIGO SAP	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO/FABRICANTE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	SF1	10251659	SOFÁ DE 1 LUGAR 810x700x778mm		100		
2	SF2	10251660	SOFÁ DE 2 LUGARES 1415x700x778mm		100		
3	LXT	10251697	LONGARINA DE 1 LUGAR EM TAMANHO XG EM TECIDO		200		
4	LXV	10251698	LONGARINA DE 1 LUGAR EM TAMANHO XG EM VINIL		200		
5	L2T	10251661	LONGARINA DE 2 LUGARES EM TECIDO		300		
6	L2V	10251699	LONGARINA DE 2 LUGARES EM VINIL		500		
7	L3T	10251662	LONGARINA DE 3 LUGARES EM TECIDO		300		
8	L3V	10251700	LONGARINA DE 3 LUGARES EM VINIL		500		
9	PM1	10251663	POLTRONA COM RODÍZIOS E ESPALDAR MÉDIO		8000		
10	PA1	10251664	POLTRONA COM RODÍZIOS E ESPALDAR ALTO		1608		
11	PA2	10251665	POLTRONA C/ RODÍZIOS E ESPALDAR ALTO C/ APOIO DE CABEÇA		400		
12	PA3	10251666	POLTRONA C/ ROD. ESP TELADO ALTO C/ AP CABEÇA AJ. LOMBAR		250		
13	PXG	10251667	POLTRONA COM RODÍZIOS E ESPALDAR MÉDIO TAMANHO XG		80		

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/7066-2017 - GILOG/BR**

14	CFG1	10251668	CADEIRA FIXA COM BASE GIRATÓRIA		500		
15	CFG2	10251701	CADEIRA COM RODÍZIOS E BASE GIRATÓRIA		2700		
16	CFA	10251702	CADEIRA FIXA ALTA COM BASE GIRATÓRIA E APÓIA PÉS		300		
17	CFF	10251669	CADEIRA FIXA COM BASE FIXA		5000		
18	CFP	10251670	CADEIRA FIXA COM BASE FIXA E PRANCHETA		700		
19	CFC	10251671	CADEIRA FIXA COM BASE FIXA PARA COPA/REFEITÓRIO		780		
VALOR GLOBAL							

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: () dias, contados da data de sua apresentação. (OBS.: Não inferior a 60 dias, conforme Edital)

PRAZO DE ENTREGA DOS MATERIAIS NOS LOCAIS INDICADOS PELA CAIXA: _____ de no máximo 30 (trinta) dias CORRIDOS, após o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela CAIXA.

PRAZO DE GARANTIA DOS MATERIAIS: _____ (no mínimo 05 anos, contados a partir da entrega dos Bens nas unidades indicadas no Anexo I do edital).

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE TÉCNICO: _____ empresa que prestará os serviços de assistência técnica com o CNPJ, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado), números de telefone, fax, e-mail;

NOME(S) DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) PARA ASSINATURA DO CONTRATO, CASO SEJA O VENCEDOR:

CPF: _____

RG _____

A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, DECLARA:

1. Que os mobiliários ofertados são novos, não recondicionados, não remanufaturados ou reciclados;

2. Que se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3. Que seu(s) sócio(s), dirigente(s) ou administrador(es) não é(são) empregado(s) ou dirigente(s) da CAIXA e não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com:

- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) em área da CAIXA com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto da presente licitação;
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área demandante da licitação;
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área que realiza a licitação;
- autoridade da CAIXA hierarquicamente superior às áreas supramencionadas.

4. Que não tem e que não contratará prestador(es) para a execução de serviço objeto desta licitação com vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) com empregado(s) CAIXA que exerça(m) cargo em comissão ou função de confiança ou com dirigente(s) CAIXA:

- em área da CAIXA com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto da presente licitação e/ou contrato;
- na área demandante da licitação;
- na área que realiza a licitação.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa
Nome/RG/CPF

INSTRUÇÕES:

1. A PROPOSTA DE PREÇO corresponde ao VALOR GLOBAL, o qual deve ser digitado, obrigatoriamente, após a anexação desta **Proposta Comercial**, e que representa o valor que será considerado para o julgamento da proposta.

2. A PROPOSTA COMERCIAL deve ser preenchida conforme modelo acima, em arquivo único, sem caracteres tais como figuras, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods e anexada no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br;

2.1. A licitante deverá efetuar o *login* no sistema por meio da opção **“Acesso ao Sistema”**, no link **“Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar”**, preencher os campos solicitados (e-mail e senha), e clicar em **“entrar”**, escolher a opção **“Encaminhar/Alterar Propostas”**, localizada no quadro **“Minhas Atividades”**, selecionar o certame desejado e clicar na Atividade **“Envio de Proposta”**, escolher o(s) item(ns) que deseja participar e digitar o valor proposto;

2.1.1 Para anexar a proposta comercial, clicar em “Anexar Arquivo”, em seguida **“Procurar”**, localizar o documento e clicar em **“Enviar”**, conferir e clicar em **“Fechar”**.

3 – Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo(s) que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se, sumariamente, a fração remanescente.

ANEXO III**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº****PROCESSO Nº.****PREGÃO Nº. 105/7066-2017****VALIDADE: 12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Pelo presente instrumento, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada e constituída nos termos do Decreto-Lei n.º 759, de 12.08.69, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 66.303/1970 e pelo Decreto n.º 1259/1973, regendo-se presentemente pelo estatuto aprovado pelo Decreto n.º 7.973, de 28/03/2013, vinculada ao Ministério da Fazenda, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.360.305/2669-96, com sede na _____, neste ato representada pelo _____ daqui por diante designada simplesmente CAIXA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO nº 105/7066-2017, do processo administrativo nº 7066.01.3111.0/2017, RESOLVE registrar o preço da(s) empresa(s) _____, nas quantidades estimadas anuais, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17/07/2002 Decreto nº. 8.250, de 23 de maio de 2014; 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e 5.450 de 31 de maio de 2005 e IN MPOG nº 02, de 11/10/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para o fornecimento e instalação de mobiliários: sofás, longarinas, poltronas e cadeiras, para atendimento às unidades da CAIXA em âmbito nacional.

Parágrafo Único - Este instrumento não obriga a CAIXA a firmar contratações na quantidade estimada, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada à detentora do registro, primeira colocada, a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial da União, incluídas nesse prazo eventuais prorrogações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA

A gestão deste instrumento caberá à GELOG no seu aspecto operacional e à GILOG/ _____ – Gestão Formal, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

Os preços unitários registrados e os quantitativos estimados para cada um dos itens estão elencados na presente ata, conforme segue:

[Adequar conforme a necessidade de cada objeto]

FORNECEDOR**1º CLASSIFICADO: CNPJ**

Parágrafo único - O(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro reserva está(ão) relacionado(s) no Anexo III-A desta Ata. *[excluir este parágrafo se não houver cadastro de reserva]*

CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

Os mobiliários deverão ser entregues em conformidade com a solicitação da CAIXA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da formalização do pedido pela CAIXA, na(s) Unidade(s) indicada(s) no Contrato ou na OFS - Ordem de Fornecimento ou Serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

As empresas detentoras do preço registrado poderão ser convidadas a firmar contratações para fornecimento e instalação de mobiliário, na ordem de sua classificação, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro – As contratações de que trata este instrumento serão efetuadas por meio de Contrato ou OFS emitidos pela CAIXA, contendo as informações pertinentes, tais como o nº. da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, os prazos e endereços para entrega/execução.

Parágrafo Segundo – O Contrato (Anexo IV) é obrigatório nos casos em que o valor da contratação for superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ou a vigência ultrapassar a 12 meses, podendo, abaixo deste valor e vigência, ser substituído por OFS.

Parágrafo Terceiro – O Contrato/OFS será encaminhado ao fornecedor que deverá assiná-lo e devolvê-lo à CAIXA no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Quarto - Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o Contrato/OFS, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis, a CAIXA poderá convocar os demais fornecedores registrados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quinto – A CAIXA fará o controle permanente da variação dos preços do mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação do fornecimento.

Parágrafo Sexto – Durante a vigência da Ata a CAIXA se reserva o direito de fazer avaliações do material fornecido, de modo a comprovar o atendimento às especificações técnicas estabelecidas no Edital e atribuídas pelo FORNECEDOR.

Parágrafo Sétimo - Caso seja detectado que o produto entregue não atende às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a CAIXA rejeitá-los, integralmente ou

em parte, obrigando-se o FORNECEDOR a providenciar a substituição do produto não aceitos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, bem como a retirada do material rejeitado.

Parágrafo Oitavo - O aceite/aprovação dos bens ou serviços pela CAIXA, não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pelo FORNECEDOR registrado verificados posteriormente, garantindo-se à CAIXA as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do FORNECEDOR, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

- I. Executar, perfeita e integralmente, os serviços contratados, nos horários estabelecidos pela CAIXA e nos prazos ajustados, por meio de pessoas idôneas/tecnicamente capacitadas, obrigando-se a indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade estender-se-á aos danos causados a terceiros durante a prestação dos serviços;
- II. Recrutar e contratar a mão-de-obra especializada, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CAIXA, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos de seus empregados, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, promoções, etc.;
- III. Manter preposto para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens aos prestadores de serviços e resolver quaisquer questões pertinentes à execução contratual, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e solicitações da CAIXA, bem como para que a CAIXA se reporte no caso de encaminhamento de medidas necessárias ao cumprimento da legislação pertinente à segurança e saúde no trabalho, o qual deverá ser formalmente indicado pela contratada, no ato da assinatura do Contrato/OFS;
- IV. Dar sempre como conferidos e perfeitos os serviços prestados, cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pela CAIXA e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar à CAIXA ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a CAIXA;
- V. Pagar com pontualidade aos seus empregados o salário e benefícios indicados na sua proposta e apresentar à CAIXA, juntamente com a fatura mensal, os comprovantes/guias de recolhimento dos impostos, contribuições e taxas

incidentes sobre esses serviços, quando devidos, referentes ao mês de competência da nota fiscal/fatura;

- VI. Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com o Contrato/OFS, ficando ainda, para todos os efeitos legais, consignada, pela contratada, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados/prepostos e a CAIXA;
- VII. Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação pertinente, inclusive quanto à necessidade de constituição de CIPA, se for o caso, nos termos da “Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego”;
- VIII. Atender às solicitações da CAIXA para realização de serviços extraordinários e se necessário prorrogação do turno contratado, cabendo à contratada a adoção das providências pertinentes junto à Delegacia Regional do Trabalho competente;
- IX. Assumir total responsabilidade sobre os equipamentos, móveis e utensílios, que porventura sejam colocados à disposição para a prestação dos serviços, garantindo-lhes a integridade e ressarcindo a CAIXA das despesas com manutenção corretiva decorrente de má utilização, ou restituindo o bem ou o seu correspondente valor, no caso de perda;
- X. Fornecer à CAIXA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sempre que solicitado, planilha detalhada dos insumos que compõem o preço contratado;
- XI. Informar à CAIXA, para efeito de controle de acesso às suas dependências, os nomes, os respectivos números da carteira de identidade e CPF dos empregados alocados na prestação dos serviços, inclusive daqueles designados pela contratada para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no Contrato/OFS;
- XII. Manter seus empregados, quando em serviço nas dependências da CAIXA, devidamente uniformizados, com as vestimentas e acessórios em perfeito estado de conservação e identificados com crachá em padrão indicado pela CAIXA;
- XIII. Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CAIXA, de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto do Contrato/OFS;
- XIV. Obedecer as normas e rotinas da CAIXA, bem como a legislação aplicável, em especial, as que disserem respeito à segurança e saúde no trabalho, assumindo todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da CAIXA;

- XV. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA, no tocante à prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento;
- XVI. Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes;
- XVII. Orientar os seus empregados, treinando-os e reciclando-os periodicamente, tanto no aspecto técnico, como no relacionamento humano, visando a mantê-los plenamente aptos ao perfeito desenvolvimento de suas funções, observadas as exigências e necessidades da CAIXA;
- XVIII. Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária ao fornecimento ou à prestação dos serviços previstos neste instrumento, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;
- XIX. Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos, recursos materiais e condições necessários para o desenvolvimento de suas funções, exigidos por legislação ou norma do trabalho específica, inclusive, quando for o caso, disponibilizar “e-mail”, sendo vedada a utilização da conta de “e-mail” da CAIXA;
- XX. Prover todos os meios necessários à garantia da prestação dos serviços contratados, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- XXI. Entregar o material dentro dos prazos ajustados, cumprindo os horários estabelecidos para atendimento, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos advindos de sua inobservância;
- XXII. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;
- XXIII. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a CAIXA, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, caso constatadas divergências nas especificações com o material entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;
- XXIV. Entregar, comprovadamente, produto novo e de 1ª qualidade, não sendo admitida, em hipótese alguma, a entrega de material reutilizado ou recondicionado;
- XXV. Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte do material até o local de entrega/instalação;
- XXVI. Informar nas embalagens de transporte dos bens, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: nome e número da peça, quantidade contida em cada embalagem, se for o caso, número da Ata de Registro de Preços, nº. e data do Contrato/OFS e o nome da

fornecedora/fabricante;

- XXVII. Identificar o material, individualmente, afixando etiqueta indelével autoadesiva na parte interna do elemento de sinalização instalado onde constem os dados de identificação da mesma (razão social, CNPJ, endereço, telefone de contato), e a data (mês e ano) do fornecimento do elemento de sinalização;
- XXVIII. Prestar garantia total pelo prazo constante da proposta;
- XXIX. Providenciar, nos prazos definidos no Termo de Referência – Anexo I, por sua conta e sem ônus para a CAIXA, a substituição de peças, componentes e acessórios que apresentem defeito durante o período de garantia;
- XXX. Manter, pelo prazo da garantia, estoque de peças, componentes e sobressalentes para reposição, sempre que necessário;
- XXXI. Possibilitar à CAIXA efetuar vistoria nas instalações do FORNECEDOR a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- XXXII. Manter, durante a vigência da Ata todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação, nos termos do Art. 55, XIII, da Lei n.º 8.666/93;
- XXXIII. Manter atualizados, durante a vigência da Ata o cadastro e a habilitação em cada nível do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- XXXIV. Manter perante a CAIXA, durante a vigência da Ata, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;
- XXXV. Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;
- XXXVI. Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão, bem como a não utilização de práticas discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade;
- XXXVII. Diligenciar para que seus empregados, quando em serviço na CAIXA, apresentem-se em condições adequadas de descanso, de alimentação, de estado de alerta, entre outras físicas e mentais que garantam a segurança de todos no ambiente da CAIXA, sejam clientes, empregados ou terceirizados;
- XXXVIII. Observar estritamente a vedação ao nepotismo, nos termos da declaração que integra o Contrato/OFS.

- XXXIX. Manter, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, caso a empresa tenha usufruído da preferência dispostas no Art. 3º, parágrafo 2º, inciso V da Lei nº 8.666/93;
- XL. Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente;
- XLI. Adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública, conforme identificados na Lei nº 12.846/2013;
- XLII. Manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, entregue à Contratada no ato da assinatura deste instrumento contratual.
- XLIII. Identificar o material fornecido, individualmente, afixando conforme orientações da CAIXA a etiqueta de identificação patrimonial fornecida pela CAIXA.
- XLIV. Identificar o material, individualmente, afixando etiqueta indelével autoadesiva no mobiliário, onde constem os dados de identificação da mesma (razão social, CNPJ, endereço, telefone de contato), e a data (mês e ano) do fornecimento do mobiliário.
- XLV. Fornecer uma ou mais unidades de mobiliário para realização de avaliações, ensaios, testes de verificação de estabilidade e material utilizado, resistência mecânica, durabilidade, verificação de conformidade ergonômica, dentre outros testes julgados necessários, tendo como objetivo constatar a conformidade do produto com as exigências constantes no Edital e com as exigências de normas técnicas e legislações pertinentes, além da correção de eventuais ressalvas apontadas na etapa licitatória de avaliação de protótipos. Na hipótese de reprovação do produto, a CAIXA poderá cancelar/rescindir a Ata de Registro de Preços e o Contrato por falha ou fraude na execução do contrato por parte da CONTRATADA, ficando a contratada submetida as sanções administrativa cabíveis

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do FORNECEDOR:

- I todo e qualquer dano que causar à CAIXA, ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA;

- II toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento contratado, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do Contrato/OFS pela contratada, as quais serão reembolsadas à CAIXA.

Parágrafo Primeiro – O FORNECEDOR autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das notas fiscais/faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação a quaisquer Contratos/OFS que porventura o Fornecedor mantenha com a CAIXA, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

I - O valor a ser ressarcido à CAIXA, nos casos de danos ou prejuízos em que o Fornecedor for responsabilizado, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF, onde:}$$

VAT = valor atualizado

VIN = valor inicial

IDI = IGP-M/FGV do mês em que ocorreu o prejuízo (índice inicial)

IDF = IGP-M/FGV do mês do ressarcimento (índice final).

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização da CAIXA não eximirá o Fornecedor das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA

A CAIXA obriga-se a:

- I indicar os locais e horários em que deverá ser prestado o objeto contratado, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da contratada nas dependências da CAIXA;
- II notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto;
- III efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.
- IV promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

- V indicar o representante da CAIXA responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato/OFS.
- VI exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato/OFS por meio do representante especialmente designado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DOS BENS FORNECIDOS

O FORNECEDOR providenciará por sua conta e sem ônus para a CAIXA, a substituição das peças, componentes e acessórios que apresentem qualquer defeito de fabricação durante o período de 05 (cinco) anos, a contar da data do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

A CAIXA, após recebimento da nota fiscal/fatura e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à contratada, no 10º (décimo) dia útil a contar da data da entrega do objeto aceito pela CAIXA, mediante crédito em conta corrente mantida pela contratada, obrigatoriamente, em agência da CAIXA.

Parágrafo Primeiro - A nota fiscal/fatura deve conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo à contratada a sua correta emissão, em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo, ainda, constar no seu corpo:

- a) a identificação completa da CAIXA, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do Contrato/OFS;
- b) descrição detalhada de todos os itens que compõem o fornecimento de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, quando for o caso, bem como, a(s) unidade(s) da CAIXA contemplada(s) pelo fornecimento.

Parágrafo Segundo – O FORNECEDOR deve apresentar juntamente com a Nota Fiscal (descrito na NF):

- a) Código SAP dos mobiliários que estão sendo fornecidos.
- b) No caso dos acessórios que estão vinculados a um item principal (mesa / biombo) só poderão ser solicitados em uma mesma nota fiscal onde consta o item principal ao qual ele será vinculado, ou seja, os acessórios deverão ser solicitados junto com o item principal (mesa ou biombo pois estes itens devem ser capitalizados no SAP com valor agregado ao mobiliário principal.
- c) Intervalo de numeração da etiqueta patrimonial que está sendo utilizado.
- d) O Termo de Recebimento de Mobiliário, Anexo XIII que integra o Edital. Cada móvel deverá estar relacionado com seu número de identificação patrimonial (conforme especificações do Edital e respectivos anexos). O número da etiqueta de identificação patrimonial a ser vinculado ao item/produto fornecido deverá ser único (sem repetição). As etiquetas de identificação patrimonial serão fornecidas pela CAIXA.

Parágrafo Terceiro - A nota fiscal/fatura não aprovada pela CAIXA será devolvida à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação. A devolução da nota fiscal/fatura não aprovada pela CAIXA, em hipótese alguma, autorizará a contratada a suspender o fornecimento.

Parágrafo Quarto - A CAIXA fará as retenções dos tributos, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso a contratada se enquadre em hipótese excludente prevista na legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso a contratada esteja amparada por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos, devendo apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

Parágrafo Quinto - Os encargos sofridos pela CAIXA por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, decorrentes do atraso na entrega da nota fiscal/fatura pela contratada, serão cobrados diretamente da contratada.

Parágrafo Sexto - Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade fiscal da Contratada, no âmbito Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal e trabalhista, bem como da regularidade com a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exigidas no procedimento de contratação

Parágrafo Sétimo- Constatada a situação de irregularidade, a CAIXA efetuará o pagamento devido pelos serviços prestados, contudo, a contratada será comunicada por escrito para que regularize sua situação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão contratual e/ou cancelamento do registro de preço do fornecedor.

Parágrafo Oitavo - Nenhum pagamento isentará a contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

Parágrafo Nono – O não pagamento da nota fiscal/fatura, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido no Contrato/OFS, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF}, \text{ onde:}$$

VAT = valor atualizado
VIN = valor inicial
IDI = IGP-M/FGV na data inicial
IDF = IGP-M/FGV na data final

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a CAIXA convocará os fornecedores para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Parágrafo Primeiro - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

Parágrafo Segundo - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original, conforme Cláusula Quarta desta Ata.

Parágrafo Terceiro - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a CAIXA poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quarto - Não havendo êxito nas negociações, a CAIXA revogará a Ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Parágrafo Quinto - Será considerado preço de mercado aquele igual ou inferior à estimativa de preço apurada pela CAIXA.

Parágrafo Sexto - Não havendo êxito nas negociações com os detentores do preço registrado, a CAIXA poderá convocar os demais licitantes classificados no certame para negociação, respeitadas as condições, os preços e os prazos do primeiro classificado, ou poderá revogar a Ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

A CAIXA poderá cancelar os preços registrados, e rescindir os contratos ou OFS vinculados a esta Ata, de pleno direito, no todo ou em parte, nas seguintes situações:

- a) quando o Fornecedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o Fornecedor não assinar o Contrato/OFS no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa do Contrato/OFS decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) quando o Fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos praticados no mercado;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato/OFS decorrente desta Ata;

f) quando o Fornecedor estiver sofrendo decretação de falência ou insolvência civil.

Parágrafo Primeiro - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Terceiro – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Quarto – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela CAIXA, e neste caso faculta-se a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

Parágrafo Quinto - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas à execução do objeto desta Ata.

Parágrafo Sexto – Os casos de cancelamento do registro serão formalmente motivados pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusiva do Fornecedor:

- I todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto do Contrato/OFS, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;
- II as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços, garantida a prévia defesa em processo regular, o Fornecedor ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência ;

II) multa;

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV) impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

V) declaração de inidoneidade.

Parágrafo Primeiro. A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo para a CAIXA e que não comprometam a execução do objeto.

Parágrafo Segundo – No caso de não atendimento à convocação da CAIXA para assinatura do Contrato/OFS o Fornecedor sujeitar-se-á à multa de 3% (três por cento) sobre o valor do fornecimento/serviço sem atendimento, objeto do Contrato/OFS não assinado, podendo a CAIXA cancelar o registro do Fornecedor.

Parágrafo Terceiro - A multa prevista é aplicável, simultaneamente, com o desconto objeto do parágrafo primeiro da cláusula oitava, sem prejuízo, ainda, de outras cominações previstas nesta Ata.

Parágrafo Quarto - A multa será cobrada diretamente do Fornecedor, ou poderá ser descontada do valor de nota fiscal/fatura de Contrato/OFS decorrente desta Ata, referente a execução vinculada a esta Ata.

Parágrafo Quinto - A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CAIXA pelo prazo de até 2 (dois) anos poderá ser aplicada:

I) em casos de reincidências;

II) em casos de descumprimento de prazo, descumprimento parcial ou total de obrigação prevista nesta Ata ou no Contrato/OFS, inclusive a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;

III) em caso de comprovada violação ao Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, sem prejuízo da abertura de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, previsto na Lei 12.846/2013.

Parágrafo Sexto - A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 05 (cinco) anos poderá ser aplicada ao Fornecedor nos seguintes casos mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à CAIXA:

I) não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato/OFS;

II) comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

- a) nessa hipótese, a CAIXA fará a retenção de eventuais valores devidos à Contratada até o montante necessário para quitação dessas verbas e rescindir o contrato.

III) em caso de comprovada violação ao Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, sem prejuízo da abertura de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, previsto na Lei 12.846/2013.

Parágrafo Sétimo – A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta se o Fornecedor:

- a) descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à CAIXA;
- b) sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação/contratação.

Parágrafo Oitavo – As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Nono - A aplicação das penalidades, indicadas nesta cláusula, será lançada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

Parágrafo Décimo - A penalidade de declaração de inidoneidade implica na inativação do cadastro no SICAF, impossibilitando o fornecedor ou interessados de se relacionar com a Administração Pública Federal e demais órgãos/entidades integrantes desse Sistema.

Parágrafo Décimo Primeiro - A falta de quaisquer materiais ou insumos cujo fornecimento incumbe ao Fornecedor não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução contratual e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista no item de acompanhamento 3102-01 – “EQUIPAMENTOS DE USO”.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE

Durante a vigência esta Ata poderá ser utilizada por órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, desde que observadas as seguintes condições:

- I. Prévia anuência da CAIXA;
- II. Apresentação de justificativa do órgão ou entidade que demonstre a vantagem da utilização da Ata;
- III. A totalidade decorrente de adesões está limitada ao quantitativo máximo de cada item previsto no Edital e registrado nesta Ata, independente do número de órgãos e entidades que aderirem;
- IV. Aceitação do Fornecedor beneficiário, observadas as condições estabelecidas nesta Ata e desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes dela, assumidas com a CAIXA;

Parágrafo Primeiro - O órgão e entidade que pretender fazer uso da Ata deve consultar a CAIXA, que avaliará o atendimento às condições exigidas nos incisos do caput desta cláusula e, se atendidas todas, autorizará a adesão.

Parágrafo Segundo – Após a autorização da CAIXA, o órgão ou entidade deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência desta Ata.

Parágrafo Terceiro - Compete ao órgão ou à entidade os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à CAIXA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- I É vedado caucionar ou utilizar o Contrato/OFS decorrente desta Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA;
- II Em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações no local de entrega dos produtos, caso em que a CAIXA notificará o fornecedor para promover as mudanças necessárias;
- III A detentora do preço registrado informará à CAIXA, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa;
- IV Na hipótese de fusão, cisão, incorporação ou associação do Fornecedor com outrem, a CAIXA reserva-se o direito de rescindir a Ata, ou continuar sua execução com a empresa resultante da alteração social;
- V O Fornecedor não poderá utilizar o nome da CAIXA, ou sua qualidade de detentora de preço registrado ou de Contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediato cancelamento desta Ata e do

Contrato/OFS decorrente, independentemente de aviso ou interpelação judicial, sem prejuízo da responsabilidade do Fornecedor e aplicação das penalidades cabíveis;

- VI O Fornecedor está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;
- VII É vedada a subcontratação para a execução do objeto desta Ata.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste instrumento, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado de _____, na cidade de _____.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Local e data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Fornecedor _____

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

ANEXO III-A**FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA**

Registro dos licitantes que aceitaram igualar os preços ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

FORNECEDOR 1: CNPJ

FORNECEDOR 2: CNPJ

ANEXO IV**MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO N.º [REDACTED], PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIOS (SOFÁS, LONGARINAS, POLTRONAS E CADEIRAS) PARA AS UNIDADES CAIXA DE TODO O BRASIL, QUE ENTRE SI FIRMAM, DE UM LADO, A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E, DE OUTRO, A EMPRESA [REDACTED].

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, e Decreto nº 66.303, de 06/03/1970, regendo-se, presentemente, pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28/03/2013, por intermédio de sua Gerência de Filial Logística em *(indicar o local da GILOG) - GILOG/[REDACTED] (indicar a sigla da GILOG)*, CNPJ(MF) nº [REDACTED] *(indicar o CNPJ da Filial)*, situada na *(indicar o endereço completo da GILOG, inclusive CEP)*, neste ato representada pelo(a) [REDACTED], daqui por diante designada **CAIXA**, de um lado e, de outro, a empresa [REDACTED], inscrita no CNPJ(MF) sob o nº [REDACTED] com sede na [REDACTED], neste ato representada por [REDACTED], doravante designada **CONTRATADA**, em face da autorização do(a) [REDACTED] da CAIXA, de [REDACTED]/[REDACTED]/[REDACTED], constante do Processo Administrativo nº 7066.01.3111.0/2017, PE nº 105/7066-2017, têm justo e contratado o fornecimento objeto deste instrumento, vinculado ao respectivo edital e seus anexos e à proposta apresentada pela CONTRATADA no referido certame, sujeitando-se as partes contratantes às normas constantes da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e Decreto nº 5.450, de 31/05/2005 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores, bem como às cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento e instalação de mobiliários: sofás, longarinas, poltronas e cadeiras, para atendimento às unidades da CAIXA em âmbito nacional.

Parágrafo Único - A especificação pormenorizada do objeto contratado, o quantitativo, a forma de execução do contrato, o(s) local(is) de entrega, bem como as obrigações e responsabilidades específicas da Contratada estão indicadas no Termo de Referência - Anexo I

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato e anexos:

- I Obedecer rigorosamente o(s) prazo (s) e o(s) local (is) de entrega, bem como as demais disposições deste contrato, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer condição estabelecida, obrigando-se a indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte. A responsabilização estender-se-á aos danos causados a terceiros;
- II prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da CAIXA;
- III dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto;
- IV dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA, no tocante ao objeto contratado, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- V prover todos os meios necessários à garantia da plena execução do contrato, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- VI estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária ao fornecimento objeto deste contrato, com a qualidade e rigor exigidos;
- VII fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes;
- VIII Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a CAIXA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, toda ou parte da remessa do fornecimento nos casos em que o objeto estiver em desacordo com as especificações deste contrato e anexos, apresentar defeitos, for produzido com matéria-prima que o torne impróprio ao uso e sem observância dos requisitos técnicos indispensáveis à boa qualidade e utilização de acordo com a legislação específica;
- IX respeitar as normas e procedimentos de controle interno da CAIXA, inclusive de acesso as suas dependências;
- X manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CAIXA de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste contrato;
- XI aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato;
- XII manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação, nos termos do Art. 55, XIII, da Lei n.º 8.666/93;

XIII manter atualizados, durante a vigência do contrato, o cadastro e a habilitação em cada nível do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

XIV manter perante a CAIXA, durante a vigência do contrato, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;

XV não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;

XVI assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão, bem como a não utilização de práticas discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade;

XVII observar estritamente a vedação ao nepotismo, nos termos da declaração anexa, que integra este contrato.

XVIII manter, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, caso a empresa tenha usufruído de preferência disposta no Art. 3º, parágrafo 2º, inciso V da Lei 8.666/93.

XIX. tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente;

XX. adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública, conforme identificados na Lei nº 12.846/2013;

XXI. manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, entregue à Contratada no ato da assinatura deste instrumento contratual.

XXII. identificar o material fornecido, individualmente, afixando conforme orientações da CAIXA a etiqueta de identificação patrimonial fornecida pela CAIXA.

XXIII. identificar o material, individualmente, afixando etiqueta indelével autoadesiva no mobiliário, onde constem os dados de identificação da mesma (razão social, CNPJ, endereço, telefone de contato), e a data (mês e ano) do fornecimento do mobiliário.

XXIV. Fornecer uma ou mais unidades de mobiliário para realização de avaliações, ensaios, testes de verificação de estabilidade e material utilizado, resistência mecânica, durabilidade, verificação de conformidade ergonômica, dentre outros testes julgados necessários, tendo como objetivo constatar a conformidade do produto com as exigências constantes no Edital e com as exigências de normas técnicas e legislações pertinentes, além da correção de eventuais ressalvas apontadas na etapa licitatória de avaliação de protótipos. Na hipótese de reprovação do produto, a CAIXA poderá cancelar/rescindir a Ata de Registro de Preços e o Contrato por falha ou fraude na execução do contrato por parte da CONTRATADA, ficando a contratada submetida as sanções administrativa cabíveis

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São responsabilidades da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato e anexos:

I todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA;

II qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento contratado, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato pela CONTRATADA, as quais serão reembolsadas à CAIXA.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA autoriza à CAIXA descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das notas fiscais/faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação a este contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

Parágrafo Segundo - O valor a ser ressarcido à CAIXA, nos casos de danos ou prejuízos em que a CONTRATADA for responsabilizada, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF}, \text{ onde:}$$

0 VAT = valor atualizado

1 VIN = valor inicial

2 IDI = IGP-M/FGV do mês em que ocorreu o prejuízo (índice inicial)

IDF = IGP-M/FGV do mês do ressarcimento (índice final)

Parágrafo Terceiro - A ausência ou omissão da fiscalização da CAIXA não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA

A CAIXA obriga-se a:

- I indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto contratado, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CAIXA;
- II notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento contratado;
- III efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.
- IV indicar o representante da CAIXA responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.
- V. exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato por meio do representante especialmente designado.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS

Pela perfeita execução do objeto deste contrato, obedecidas as demais condições estipuladas neste instrumento, a CAIXA pagará à CONTRATADA os preços unitários abaixo indicados, perfazendo o valor global de R\$ _____ (valor por extenso).

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CAIXA, após recebimento da nota fiscal/fatura e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à CONTRATADA, no 10º (décimo) dia útil a contar da data da entrega do objeto aceito pela CAIXA, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, em agência da CAIXA.

Parágrafo Primeiro - A nota fiscal/fatura deve conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo à CONTRATADA a sua correta emissão, em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo, ainda, constar no seu corpo:

- a) a identificação completa da CAIXA, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do contrato;
- b) descrição detalhada de todos os itens que compõem o fornecimento de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, quando for o caso, bem como, a(s) unidade(s) da CAIXA contemplada(s) pelo fornecimento.

Parágrafo Segundo – O FORNECEDOR deve apresentar juntamente com a Nota Fiscal (descrito na NF):

- a) Código SAP dos mobiliários que estão sendo fornecidos.
- b) No caso dos acessórios que estão vinculados a um item principal (mesa / biombo) só poderão ser solicitados em uma mesma nota fiscal onde consta o item principal ao qual ele será vinculado, ou seja, os acessórios deverão ser solicitados junto com o item principal (mesa ou biombo pois estes itens devem ser capitalizados no SAP com valor agregado ao mobiliário principal.
- c) Intervalo de numeração da etiqueta patrimonial que está sendo utilizado.
- d) o Termo de Recebimento de Mobiliário, Anexo XIII que integra o Edital. Cada móvel deverá estar relacionado com seu número de identificação patrimonial (conforme especificações do Edital e respectivos anexos). O número da etiqueta de identificação patrimonial a ser vinculado ao item/produto fornecido deverá ser único (sem repetição). As etiquetas de identificação patrimonial serão fornecidas pela CAIXA.

Parágrafo Terceiro - A nota fiscal/fatura não aprovada pela CAIXA será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação. A devolução da nota fiscal/fatura não aprovada pela CAIXA, em hipótese alguma, autorizará a CONTRATADA a suspender o fornecimento.

Parágrafo Quarto - A CAIXA fará as retenções dos tributos, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso a CONTRATADA se enquadre em hipótese excludente prevista na legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso a CONTRATADA esteja amparada por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos, devendo apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

Parágrafo Quinto - Os encargos sofridos pela CAIXA por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, decorrentes do atraso na entrega da nota fiscal/fatura pela CONTRATADA, serão cobrados diretamente da CONTRATADA.

Parágrafo Sexto - Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade fiscal da Contratada, no âmbito Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal e trabalhista, bem como da regularidade com a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exigidas no procedimento de contratação

Parágrafo Sétimo- Constatada a situação de irregularidade, a CAIXA efetuará o pagamento devido pelos serviços prestados, contudo, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão contratual.

Parágrafo Oitavo - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

Parágrafo Nono – O não pagamento da nota fiscal/fatura, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido neste contrato, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF, onde:}$$

- 3 VAT = valor atualizado
- 4 VIN = valor inicial
- 5 IDI = IGP-M/FGV na data inicial
- 6 IDF = IGP-M/FGV na data final

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá a duração de 12 (doze) meses, a contar de dd/mm/aaaa.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

No curso da execução deste contrato caberá a CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento.

Parágrafo Primeiro - A CAIXA, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos Impedidas), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013;

Parágrafo Segundo - A CAIXA poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência da CONTRATADA à legislação anticorrupção.

CLÁUSULA NONA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

- I todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;
- II as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I advertência;

II multa;

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV. impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

V declaração de inidoneidade.

Parágrafo Primeiro - A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo para a CAIXA e que não comprometam a continuação do fornecimento.

Parágrafo Segundo - A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:

I) A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 0,3% (sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, cobrada em dobro a partir do 31º dia de atraso, considerado o prazo estabelecido para entrega do material.

II) No caso de atraso na entrega do material por mais de 30 dias, tanto para o fornecimento quanto na prestação da garantia, assistência técnica ou manutenção, podendo configurar a partir do 31º dia, a critério da CAIXA, descumprimento total ou parcial do contrato, passível de rescisão contratual sem prejuízo da aplicação da penalidade de impedimento.

Parágrafo Terceiro - As multas serão descontadas do valor da nota fiscal/fatura, e, se não for suficiente, será cobrada diretamente da CONTRATADA administrativa ou judicialmente.

Parágrafo Quarto - A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CAIXA pelo prazo de até 2 (dois) anos poderá ser aplicada:

I) em casos de reincidências;

II) em casos de descumprimento de prazo contratual, descumprimento parcial ou total de obrigação contratual, inclusive a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;

III) em caso de comprovada violação ao Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, sem prejuízo da abertura de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, previsto na Lei 12.846/2013

Parágrafo Quinto - A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 05 (cinco) anos poderá ser aplicada nos casos que a CONTRATADA:

- I) não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato;
- II) comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;
- III) em caso de comprovada violação ao Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, sem prejuízo da abertura de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, previsto na Lei 12.846/2013.

Parágrafo Sexto – A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à CAIXA, e, ainda, sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais, bem como praticar atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e violar o Código de Conduta do fornecedor CAIXA.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III, IV e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

Parágrafo Oitavo – A aplicação das penalidades, indicadas nesta cláusula, será lançada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ILÍCITOS PENAIS

As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na legislação aplicável, garantida a defesa prévia.

Parágrafo Primeiro - Constituem motivo de rescisão do contrato, independentemente de interpelação judicial:

- a) o descumprimento total ou parcial, pela CONTRATADA, de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) a transferência total ou parcial do presente contrato;
- c) o cometimento reiterado de faltas ou falhas no fornecimento contratado;
- d) a decretação de falência ou insolvência civil da CONTRATADA;
- e) a dissolução da sociedade;
- f) a alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a juízo da CAIXA, prejudique a execução do contrato;

- g) a lentidão no seu cumprimento, levando a CAIXA a presumir a não entrega do fornecimento contratado; e
- h) a inclusão da CONTRATADA no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas), bem como nos demais Sistemas de Consulta, que indiquem a ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013;
- i) demais motivos especificados no Art.º 78 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Segundo - Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativamente ao fornecimento contratado.

Parágrafo Terceiro - Caso a CAIXA não se utilize da prerrogativa de rescindir este contrato, ao seu exclusivo critério, poderá suspender o fornecimento e/ou sustar o pagamento das notas fiscais/faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA reconhece os direitos da CAIXA, no caso de rescisão administrativa, prevista no Art.º 77 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista no item de acompanhamento n.º 3102-01 - “EQUIPAMENTOS DE USO”, compromisso nº 02738/2017-MZ

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- I em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações nos locais do fornecimento, caso em que a CAIXA notificará a CONTRATADA para promover as mudanças necessárias;
- II é vedado à CONTRATADA caucionar ou ceder os créditos do presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA;
- III a CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;
- IV é vedada a subcontratação para o fornecimento objeto deste instrumento.

V no caso de MPE optante pelo Simples Nacional, a declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional, apresentada no ato da assinatura do contrato e que o integra, permite a contratada a obtenção do benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, na forma da IN RFB 1.244/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado de _____, na cidade de _____.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

_____, ____ de _____ de _____

Local/data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Nome: _____

CPF(MF): _____

DENOMINAÇÃO DA CONTRATADA

Nome: _____

CPF(MF): _____

Testemunhas

Nome: _____

CPF(MF): _____

Nome: _____

CPF(MF): _____

ANEXO DO CONTRATO Nº**DECLARAÇÃO - VEDAÇÃO AO NEPOTISMO**

A Contratada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Seus sócio(s), dirigente(s) ou administradores não é(são) empregado(s) ou dirigente(s) da CAIXA e não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com:

- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) em área da CAIXA com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o objeto do presente contrato;
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área demandante da contratação/licitação;
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área que realiza a licitação/contratação;
- autoridade da CAIXA hierarquicamente superior às áreas supramencionadas.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante
Nome do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante:
(_____
Nome/RG/CPF

ANEXO DO CONTRATO Nº**DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL
ANEXO IV DA IN RBF 1.244/2012**

Ilmo. Sr.
Gerente da Caixa Econômica Federal

(nome da pessoa jurídica), com sede na (sede e endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, de _____ de _____

Local/Data

Assinatura do Responsável

ANEXO DO CONTRATO Nº**CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA****Combate à Corrupção****1 OBJETIVO**

1.1 Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

1.2 Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

1.3 As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, tendo como fim o bem comum.

1.4 Este Código de Conduta poderá ser alterado pela CAIXA dentro dos parâmetros legais e, consequentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA

2.1 Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da CAIXA a assumir os seguintes compromissos:

2.1.1 Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

2.1.2 Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

2.1.3 Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

2.1.4 Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do art. 42 e incisos, do Decreto 8.420/2015, que regulamentou a Lei 12.846/2013.

2.2 As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na CAIXA, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA

3.1 A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:

3.1.1 Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

3.1.2 Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

3.1.3 Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

3.1.4 Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

3.1.5 Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

3.1.6 Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

3.1.7 Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

3.1.8 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

3.1.9 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

3.1.10 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

3.1.11 Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:

3.2.1 Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.

3.2.2 Informar imediatamente à CAIXA, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

3.2.3 Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

3.2.4 Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à CAIXA de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

3.2.5 Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

3.2.6 Proteger a reputação da CAIXA, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:

3.3.1 Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

3.3.2 Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

3.3.3 Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

3.3.4 Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

3.3.5 Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

**TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO
AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA**

[NOME DA EMPRESA OU FORNECEDOR], inscrita(o) no [CNPJ OU CPF], por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO FORNECEDOR], DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à CAIXA caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

Local, data.

(assinatura)
(nome e cargo)

ANEXO V**MINUTA DE OFS - ORDEM DE FORNECIMENTO OU SERVIÇO**

CONTRATANTE:

CNPJ:

Endereço:

Representada por:

CONTRATADA:

CNPJ:

Endereço:

Fone: Fax: E-mail:

Representada por:

1 DO OBJETO

- 1.1 Registro de preços para fornecimento e instalação de mobiliários: sofás, longarinas, poltronas e cadeiras, para atendimento às unidades da CAIXA em âmbito nacional, conforme especificação contida na Ata de Registro de Preços / e no correspondente Termo de Referência, Anexo I, no quantitativo abaixo:

Descrição/Item	Qtd.	Unidade Beneficiada	Valor Unitário	Valor Total

- 1.2 Local: *[Indicar e/ou adequar Local de entrega ou execução, conforme necessidade - endereço(s) completo(s) e unidade(s)]*

2 DOS PRAZOS

- 2.1 Prazo: 30 (trinta) corridos, após o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela CAIXA.
- 2.2 A entrega e instalação deve ocorrer no horário compreendido entre e horas, nos quantitativos e locais indicados acima.
- 2.3 A presente OFS terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar de / / .

3 DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 3.1 Pela perfeita execução do objeto e obedecidas as demais condições estipuladas nesta OFS e na Ata de Registro de Preços / , a CAIXA pagará à Contratada os preços acima indicados, perfazendo o valor global de R\$ (), pelo período de vigência da OFS.

- 3.2 Após a aceitação dos serviços e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, a CAIXA efetuará o pagamento à Contratada no 10º (décimo) dia útil a contar da data da entrega do objeto aceito pela CAIXA, mediante crédito em conta corrente mantida pela Contratada, obrigatoriamente, em agência da CAIXA.
- 3.3 Esta Ordem de Fornecimento está vinculada às cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº / , bem como à proposta da Contratada, apresentada no correspondente certame.

4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1 Observar as condições contratuais constantes da Ata de Registro de Preços / , para o perfeito cumprimento deste instrumento.

5 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste instrumento e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
- I. advertência;
 - II. multa.
- 5.2 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo para a CAIXA e que não comprometam a continuação da execução do objeto.
- 5.3 A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:
- 5.3.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 0,3% (sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, cobrada em dobro a partir do 31º dia de atraso, considerado o prazo estabelecido para entrega do material.
- 5.3.2 No caso de atraso na entrega do material por mais de 30 dias, tanto para o fornecimento quanto na prestação da garantia, assistência técnica ou manutenção, podendo configurar a partir do 31º dia, a critério da CAIXA, descumprimento total ou parcial do contrato, passível de rescisão contratual sem prejuízo da aplicação da penalidade de impedimento.
- 5.4 As multas serão descontadas do valor da nota fiscal/fatura, e, se não for suficiente, será cobrada da Contratada administrativa ou judicialmente.
- 5.5 Poderão ser aplicadas, ainda, as demais sanções legais estabelecidas na Ata de Registro de Preços / nos termos e condições previstas naquele instrumento.

- 5.6 A multa poderá ser aplicada juntamente com as demais sanções previstas no item 5.1 desta OFS e na Ata de Registro de Preços.
- 5.7 A aplicação das penalidades indicadas nesta OFS será lançada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

6 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 6.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista no item de acompanhamento n.º 3102-01 – EQUIPAMENTOS DE USO, compromisso nº 02738/2017-MZ.

7 DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

- 7.1 A Contratada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

Seus sócio(s), dirigente(s) ou administradores não é(são) dirigente(s) ou empregado(s) da CAIXA e não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com:

- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) em área da CAIXA com gerenciamento sobre esta OFS ou sobre o seu objeto;
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área demandante da contratação/licitação;
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área que realiza a licitação/contratação;
- autoridade da CAIXA hierarquicamente superior às áreas supramencionadas.

8 DO FORO

- 8.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal de **[Indicar o Estado de localização da Unidade Contratante]** para dirimir as questões decorrentes da presente OFS.
- , de de

Local/data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONTRATADA

Testemunhas

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

OBS.: A CONTRATADA DEVERÁ INDICAR O NÚMERO DESTA OFS NO CORPO DA NOTA FISCAL.

ANEXO VI**DECLARAÇÃO**

A empresa, inscrita no CNPJ/MF....., DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 105/7066-2017 que:

- se enquadra na condição de _____/[o licitante deve informar se é microempresa ou empresa de pequeno porte], nos termos do Art. 3º da LC 123, de 14 de dezembro de 2006, e não está inserida em nenhuma das excludentes hipóteses do § 4º do mesmo Artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido em licitações, previsto na referida Lei Complementar.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa
Nome/RG/CPF

ANEXO VII**TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL**

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPL/MF nº _____, por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], doravante denominado [Licitante], para fins do disposto no Edital de Pregão Eletrônico n.º 105/7066-2017.

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro e art. 90 da Lei 8.666/93, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a CAIXA;
2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário CAIXA, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários CAIXA;
4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;

5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;

6. Apoiar e colaborar com a CAIXA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

_____, ____ de _____ de _____

[REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE,
COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]

ANEXO VIII**DECLARAÇÃO – DOCUMENTAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A empresa, inscrita no CNPJ/MF....., por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], doravante denominado [Licitante], DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 105/7066-2017 que entregará toda a documentação exigida como condição de assinatura do contrato, sendo estes documentos:

1. DECLARAÇÃO DE DISPOSIÇÃO DAS INSTALAÇÕES FABRIS E DE ENXOVAL MÍNIMO – MAQUINÁRIO em nome da licitante ou em nome do fabricante do mobiliário objeto de análise indicado na proposta comercial;
2. TERMO DE GARANTIA DO MOBILIÁRIO conforme a minuta do Anexo XII que integra este Edital do Pregão Eletrônico nº 105/7066-2017, no qual é assegurado que os bens fornecidos possuem padrão de qualidade adequado, segurança, durabilidade e desempenho e que cumprem todas as normas técnicas e legislações pertinentes; e que ainda indica o prazo e as condições de garantia do bem; o nome, endereço, telefone e e-mail do representante técnico. Declaro ainda que será garantida a continuidade de fabricação dos produtos e respectivos componentes enquanto perdurar o prazo de garantia a fim de assegurar o fornecimento em caso de necessidade de substituição e manutenção de peças. Informo que esta garantia é complementar a garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor;
3. Registro ou prova de inscrição do licitante ou fabricante do mobiliário indicado na proposta comercial no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) do IBAMA;
4. Prova de que o licitante ou fabricante do mobiliário indicado na proposta comercial possui CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA, comprovando que na fabricação do produto, todos os componentes de madeira utilizados são oriundos de madeira certificada;
 - 4.1 Todos os produtos ou subprodutos de madeira que compõem o mobiliário deverão, obrigatoriamente, ser oriundos de florestas nativas ou plantadas, desde que de comprovada procedência legal certificada de manejo florestal sustentável;
 - 4.2 Estou ciente que para a comprovação de Certificação Ecológica, serão aceitos, dentre outras certificações florestais de mesma equivalência:
 - a) Certificado (selo) de Cadeia de Custódia CERFLOR;

- b) Certificado (selo) de Cadeia de Custódia FSC – Forest Stewardship Council ou similares, desde que emitido por entidade ou organismo credenciador (certificador) reconhecido nacional ou internacionalmente;
- 4.3 Estou ciente que a CAIXA poderá, a qualquer tempo, por amostragem, nas entregas dos produtos, solicitar a comprovação de que todos os componentes de madeira utilizados na fabricação dos mesmos contenham madeira de origem nativa ou plantada, procedentes de manejo florestal sustentável, de acordo com a Certificação apresentada;
5. Laudos emitidos por Organismo Certificador de Produto acreditado pelo Inmetro, em nome do licitante ou fabricante do mobiliário objeto de análise, indicado na proposta comercial, que comprovem que os produtos a serem fornecidos atendem às normas referentes a Pintura em componentes metálicos abaixo:
- a) Corrosão por exposição à névoa salina – NBR 8094:1983, com grau de empoamento igual a 0 (zero) e grau de enferrujamento igual a 0 (zero), até no mínimo 240h;
 - b) Tintas – Determinação da aderência – NBR 11003:2009, Gr0 (X=0 e Y=0);
 - c) Tintas – Determinação da espessura da película – média mínima de 50 micrômetros e máxima de 90 micrômetros, filme seco ou superior - NBR 10443:2008;
 - d) Avaliação da Resistência à corrosão por exposição ao Dióxido de Enxofre 10 ciclos (240 horas) – NBR 8096:1983;
6. Prova de que o licitante ou o fabricante do mobiliário indicado na proposta comercial possui certificado que atende a ABNT NBR 13962:2006 - Móveis para escritório - Cadeiras - Requisitos e métodos de ensaio;
7. Apresentação de laudos emitidos por Organismo Certificador de Produto acreditado pelo Inmetro, em nome do licitante ou do fabricante do mobiliário objeto de análise indicado na proposta comercial, que comprovem que os produtos a serem fornecidos atendem às normas referentes a Espuma flexível de poliuretano.
- a) Resiliência – NBR 8619:2015, com desempenho superior a 50% de resiliência ao impacto;
 - b) Teor de cinzas – NBR 14961:2007, com resultado máximo de 0,5%;
 - c) Resistência à compressão – NBR 8910:2003, com desempenho igual ou maior que 04 em relação à resistência a compressão 50% kPa;
 - d) Características de queima - NBR 9178:2015, com velocidade de queima menor ou igual a 10 mm/min;
 - e) Resistência à tração – NBR 8515:2003;
 - f) Resistência ao rasgamento – NBR 8516:2015;
 - g) Exceto para sofás e cadeira de obesos - Densidade para espumas injetadas – NBR 8537:2015;
 - h) Deformação permanente à compressão – NBR 8797:2015;
 - i) Força de indentação – NBR 9176:2003;
 - j) Fadiga dinâmica – NBR 9177:2015;
 - k) Isenção da Presença de CFC.

Declaro ainda que estou ciente que a empresa ora representada, inscrita no CNPJ/MF....., ficará impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos caso:

- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- apresentar documentação falsa;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- não mantiver a proposta;
- falhar ou fraudar na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo;
- fizer qualquer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa licitante
Nome/RG/CPF

ANEXO IX**APRESENTAÇÃO DE PROTÓTIPOS - LISTA DE MOBILIÁRIOS**

Esclarecemos que para a avaliação dos protótipos deverão ser apresentados os mobiliários listados abaixo:

SOFÁS, LONGARINAS, POLTRONAS E CADEIRAS (NOVO PADRÃO)	
MODELO	DESCRIÇÃO
SF1	SOFÁ DE 1 LUGAR 810x700x778mm
SF2	SOFÁ DE 2 LUGARES 1415x700x778mm
LXT	LONGARINA DE 1 LUGAR EM TAMANHO XG EM TECIDO
L3T	LONGARINA DE 3 LUGARES EM TECIDO
L3V	LONGARINA DE 3 LUGARES EM VINIL
PM1	POLTRONA COM RODÍZIOS E ESPALDAR MÉDIO
PA1	POLTRONA COM RODÍZIOS E ESPALDAR ALTO
PA2	POLTRONA C/ RODÍZIOS E ESPALDAR ALTO C/ APOIO DE CABEÇA
PA3	POLTRONA C/ ROD. ESP TELADO ALTO C/ AP CABEÇA AJ. LOMBAR
PXG	POLTRONA COM RODÍZIOS E ESPALDAR MÉDIO TAMANHO XG
CFG2	CADEIRA COM RODÍZIOS E BASE GIRATÓRIA
CFA	CADEIRA FIXA ALTA COM BASE GIRATÓRIA E APÓIA PÉS
CFF	CADEIRA FIXA COM BASE FIXA
CFP	CADEIRA FIXA COM BASE FIXA E PRANCHETA
CFC	CADEIRA FIXA COM BASE FIXA PARA COPA/REFEITÓRIO

ANEXO X

CHECK LIST

O CHECK LIST encontra-se disponível para download no endereço eletrônico:
<http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-documentacao-basica-21/PE-105-7066-2017.zip>.

ANEXO XI**LAUDO DE CONFORMIDADE ERGONOMICA - LISTA DE MOBILIÁRIOS**

O LCE **deverá** ser apresentado para os seguintes mobiliários:

NOVO PADRÃO DE MOBILIÁRIO
Poltronas: PA1, PA2, PA3, PM1, PXG

ANEXO XII**MINUTA DO TERMO DE GARANTIA E ASSISTENCIA TÉCNICA DO MOBILIÁRIO**

Esta empresa, inscrita no CNPJ/MF....., garante todos os produtos fornecidos para cumprir o Edital e todos os Anexos do Pregão Eletrônico nº 105/7066-2017, comercializados pela mesma e fabricados pela empresa, inscrita no CNPJ/MF....., pelo prazo de 05 (cinco) anos a partir da data de recebimento do produto pela Caixa Econômica Federal e:

- 1 - estende a garantia de 05 (cinco) anos a todas as peças do produto inclusive a estrutura, estofamento e pintura, cobrindo eventuais defeitos de fabricação que os produtos possam apresentar no decorrer deste prazo;
- 2 - assegura que os bens fornecidos possuem padrão de qualidade adequado, segurança, durabilidade e desempenho e que cumpre todas as normas técnicas e legislações pertinentes;
- 3 - entregará cada produto acompanhado de seu manual de instrução e uso (incluindo as informações referentes a itens que podem causar danos ao produto e que anula a garantia do mesmo). Todos os manuais serão escritos em linguagem didática e com ilustrações;
- 4 - não utilizará peças remanufaturadas e/ou recondicionadas e/ou similares em caso de reposição de peças em garantia. Garante-se ao cliente o mesmo nível de performance, utilidade e desempenho do produto após o acionamento da garantia. A entrega do produto está sujeita a aceitação e concordância do cliente;
- 5 - assume o compromisso de substituir ou consertar, sem ônus, as peças defeituosas, após análise do departamento de assistência técnica da empresa Representante Técnica:

Nome da empresa Representante Técnica:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Email:

- 6 -que, em caso de substituição de móveis defeituosos, deverá relacionar os números de patrimônio dos móveis repostos no Termo de Recebimento de Mobiliário, que por sua vez, seguirá junto a nota fiscal;

- 7 - garante a continuidade de fabricação dos produtos e respectivos componentes enquanto perdurar o prazo de garantia a fim de assegurar o fornecimento em caso de necessidade de substituição e manutenção de peças.

A presente garantia é complementar a garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor.

Esta empresa [NOME DA LICITANTE], inscrita no CNPJ/MF....., está ciente que no caso de atraso na entrega do material por mais de 30 dias, tanto para o fornecimento quanto na prestação da garantia, assistência técnica ou manutenção, poderá a CAIXA, a partir do 31º dia, a seu exclusivo critério, rescindir a Ata de Registro de Preços e o Contrato, ficando a contratada impedida de licitar com a CAIXA por um prazo de 02 (dois) anos.

A garantia será anulada quando o dano ao produto for provocado por:

- Raio, fogo, enchente e/ou outros desastres naturais
- Água ou outro líquido infiltrado no interior dos dispositivos
- Quedas, batidas, acidentes ou uso inadequado
- Utilização do produto em ambientes sujeitos a gases corrosivos, umidade ou temperatura excessiva
- Aplicação de forças ou pesos demasiados
- Limpeza com produtos químicos não recomendados
- Utilização do produto em desacordo com o especificado

Esta empresa [NOME DA LICITANTE], ora representada, inscrita no CNPJ/MF....., declara ainda que está ciente que ficará impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos caso:

- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- apresentar documentação falsa;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- não mantiver a proposta;
- falhar ou fraudar na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo;
- fizer qualquer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

A empresa ora representada, [NOME DA LICITANTE] encaminha em anexo os comprovantes de endereço da Sede da Licitante.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa LICITANTE
Nome/RG/CPF.

ANEXO XIV**LOCALIDADES DE ENTREGA/INSTALAÇÃO**

CIDADE	UF
ASSIS BRASIL	AC
BRASILEIA	AC
BUJARI	AC
CRUZEIRO DO SUL	AC
FEIJO	AC
MANOEL URBANO	AC
PORTO ACRE	AC
RIO BRANCO	AC
SENA MADUREIRA	AC
SENADOR GUIOMARD	AC
TARAUACA	AC
ARAPIRACA	AL
ATALAIA	AL
CAMPO ALEGRE	AL
CAPELA	AL
CORURIBE	AL
DELMIRO GOUVEIA	AL
GIRAU DO PONCIANO	AL
IBATEGUARA	AL
JOAQUIM GOMES	AL
MACEIO	AL
MARAGOGI	AL
MARECHAL DEODORO	AL
MARIBONDO	AL
MURICI	AL
OLHO D'AGUA DAS FLORES	AL
PALMEIRA DOS INDIOS	AL
PAO DE ACUCAR	AL
PENEDO	AL
PILAR	AL
PIRANHAS	AL
PORTO CALVO	AL
RIO LARGO	AL
SANTANA DO IPANEMA	AL
SAO MIGUEL DOS CAMPOS	AL
SAO SEBASTIAO	AL
TEOTONIO VILELA	AL
UNIAO DOS PALMARES	AL
VICOSA	AL
AUTAZES	AM

BORBA	AM
CAREIRO	AM
COARI	AM
HUMAITA	AM
IRANDUBA	AM
ITACOATIARA	AM
LABREA	AM
MANACAPURU	AM
MANAUS	AM
MANICORE	AM
MAUES	AM
PARINTINS	AM
PRESIDENTE FIGUEIREDO	AM
RIO PRETO DA EVA	AM
SAO PAULO DE OLIVENCA	AM
TABATINGA	AM
TEFE	AM
LARANJAL DO JARI	AP
MACAPA	AP
OIAPOQUE	AP
SANTANA	AP
ALAGOINHAS	BA
ALCOBACA	BA
AMARGOSA	BA
AMELIA RODRIGUES	BA
ARACI	BA
BARRA	BA
BARRA DA ESTIVA	BA
BARRA DO CHOCA	BA
BARREIRAS	BA
BELMONTE	BA
BOM JESUS DA LAPA	BA
BRUMADO	BA
CACHOEIRA	BA
CACULE	BA
CAETITE	BA
CAMACAN	BA
CAMACARI	BA
CAMAMU	BA
CAMPO FORMOSO	BA
CANAVIEIRAS	BA
CANDEIAS	BA
CANDIDO SALES	BA
CANSANCAO	BA

CAPIM GROSSO	BA
CARINHANHA	BA
CASA NOVA	BA
CASTRO ALVES	BA
CATU	BA
CICERO DANTAS	BA
COARACI	BA
CONCEICAO DO COITE	BA
CONCEICAO DO JACUIPE	BA
CORACAO DE MARIA	BA
CORRENTINA	BA
CRUZ DAS ALMAS	BA
DIAS D'AVILA	BA
ENTRE RIOS	BA
ESPLANADA	BA
EUCLIDES DA CUNHA	BA
EUNAPOLIS	BA
FEIRA DE SANTANA	BA
FORMOSA DO RIO PRETO	BA
GANDU	BA
GUANAMBI	BA
IBICARAI	BA
IBOTIRAMA	BA
IGUAI	BA
ILHEUS	BA
INHAMBUPE	BA
IPIAU	BA
IPIRA	BA
IRAQUARA	BA
IRARA	BA
IRECE	BA
ITABATA	BA
ITABELA	BA
ITABERABA	BA
ITABUNA	BA
ITACARE	BA
ITAMARAJU	BA
ITAMBE	BA
ITAPARICA	BA
ITAPETINGA	BA
ITIUBA	BA
ITUBERA	BA
JACOBINA	BA
JAGUAQUARA	BA

JAGUARARI	BA
JEQUIE	BA
JEREMOABO	BA
JUAZEIRO	BA
LAURO DE FREITAS	BA
LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	BA
LUIS EDUARDO MAGALHAES	BA
MACAUBAS	BA
MADRE DE DEUS	BA
MARACAS	BA
MARAGOGIPE	BA
MATA DE SAO JOAO	BA
MEDEIROS NETO	BA
MIGUEL CALMON	BA
MONTE SANTO	BA
MORRO DO CHAPEU	BA
MUNDO NOVO	BA
MURITIBA	BA
NAZARE	BA
NOVA SOURE	BA
PALMAS DE MONTE ALTO	BA
PARAMIRIM	BA
PARATINGA	BA
PAULO AFONSO	BA
PILAO ARCADE	BA
POCOES	BA
POJUCA	BA
PORTO SEGURO	BA
POSTO DA MATA	BA
PRADO	BA
QUEIMADAS	BA
REMANSO	BA
RIACHAO DAS NEVES	BA
RIACHAO DO JACUIPE	BA
RIACHO DE SANTANA	BA
RIBEIRA DO POMBAL	BA
RIO REAL	BA
RUY BARBOSA	BA
SALVADOR	BA
SANTA CRUZ CABRALIA	BA
SANTA MARIA DA VITORIA	BA
SANTA RITA DE CASSIA	BA
SANTALUZ	BA
SANTANA	BA

SANTO AMARO	BA
SANTO ANTONIO DE JESUS	BA
SANTO ESTEVAO	BA
SAO DESIDERIO	BA
SAO FRANCISCO DO CONDE	BA
SAO GONCALO DOS CAMPOS	BA
SAO SEBASTIAO DO PASSE	BA
SEABRA	BA
SENHOR DO BONFIM	BA
SERRA DO RAMALHO	BA
SERRINHA	BA
SIMOES FILHO	BA
TEIXEIRA DE FREITAS	BA
TUCANO	BA
UAUA	BA
UBAITABA	BA
VALENCA	BA
VALENTE	BA
VERA CRUZ	BA
VITORIA DA CONQUISTA	BA
XIQUE-XIQUE	BA
ACARAU	CE
ACOIPIARA	CE
ARACATI	CE
BARBALHA	CE
BATURITE	CE
BOA VIAGEM	CE
BREJO SANTO	CE
CAMOCIM	CE
CAMPOS SALES	CE
CANINDE	CE
CASCADEL	CE
CAUCAIA	CE
CRATEUS	CE
CRATO	CE
EUSEBIO	CE
FORTALEZA	CE
HORIZONTE	CE
ICO	CE
IGUATU	CE
IPU	CE
IPUEIRAS	CE
ITAITINGA	CE
ITAPAGE	CE

ITAPIOCA	CE
JAGUARIBE	CE
JUAZEIRO DO NORTE	CE
LIMOEIRO DO NORTE	CE
MARACANAU	CE
MARANGUAPE	CE
MARCO	CE
MAURITI	CE
MORADA NOVA	CE
PACAJUS	CE
PACATUBA	CE
QUIXADA	CE
QUIXERAMOBIM	CE
REDENCAO	CE
RUSSAS	CE
SANTA QUITERIA	CE
SAO BENEDITO	CE
SAO GONCALO DO AMARANTE	CE
SENADOR POMPEU	CE
SOBRAL	CE
TAMBORIL	CE
TAUA	CE
TIANGUA	CE
TRAIRI	CE
VARZEA ALEGRE	CE
BRASILIA	DF
BRAZLANDIA	DF
CEILANDIA	DF
CRUZEIRO	DF
GAMA	DF
GUARA	DF
LAGO NORTE	DF
LAGO SUL	DF
PARANOA	DF
PLANALTINA	DF
PORTO ALEGRE	DF
RECANTO DAS EMAS	DF
RIACHO FUNDO	DF
SALVADOR	DF
SAMAMBAIA	DF
SANTA MARIA	DF
SOBRADINHO	DF
TAGUATINGA	DF
AFONSO CLAUDIO	ES

ALEGRE	ES
ALFREDO CHAVES	ES
ANCHIETA	ES
ARACRUZ	ES
BAIXO GUANDU	ES
BARRA DE SAO FRANCISCO	ES
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	ES
CARIACICA	ES
CASTELO	ES
COLATINA	ES
CONCEICAO DA BARRA	ES
DOMINGOS MARTINS	ES
ECOPORANGA	ES
GUACUI	ES
GUARAPARI	ES
IBATIBA	ES
IBIRACU	ES
ICONHA	ES
ITAGUACU	ES
ITAPEMIRIM	ES
IUNA	ES
JAGUARE	ES
JOAO NEIVA	ES
LINHARES	ES
MARATAIZES	ES
MARECHAL FLORIANO	ES
MIMOSO DO SUL	ES
MONTANHA	ES
MUNIZ FREIRE	ES
MUQUI	ES
NOVA VENECIA	ES
PINHEIROS	ES
PIUMA	ES
PRESIDENTE KENNEDY	ES
SANTA MARIA DE JETIBA	ES
SANTA TERESA	ES
SAO GABRIEL DA PALHA	ES
SAO JOSE DO CALCADO	ES
SAO MATEUS	ES
SERRA	ES
VARGEM ALTA	ES
VENDA NOVA DO IMIGRANTE	ES
VIANA	ES
VILA VELHA	ES

VITORIA	ES
ABADIANIA	GO
ACREUNA	GO
AGUAS LINDAS DE GOIAS	GO
ALEXANIA	GO
ANAPOLIS	GO
ANICUNS	GO
APARECIDA DE GOIANIA	GO
ARAGARCAS	GO
BELA VISTA DE GOIAS	GO
BOM JESUS DE GOIAS	GO
CACU	GO
CAIAPONIA	GO
CALDAS NOVAS	GO
CAMPINORTE	GO
CAMPOS BELOS	GO
CATALAO	GO
CERES	GO
CHAPADAO DO CEU	GO
CIDADE OCIDENTAL	GO
COCALZINHO DE GOIAS	GO
CORUMBA DE GOIAS	GO
CORUMBAIBA	GO
CRISTALINA	GO
CRIXAS	GO
FIRMINOPOLIS	GO
FORMOSA	GO
GOIANAPOLIS	GO
GOIANESIA	GO
GOIANIA	GO
GOIANIRA	GO
GOIAS	GO
GOIATUBA	GO
GUAPO	GO
HIDROLANDIA	GO
INDIARA	GO
INHUMAS	GO
IPAMERI	GO
IPORA	GO
ITABERAI	GO
ITAPACI	GO
ITAPURANGA	GO
ITUMBIARA	GO
JARAGUA	GO

JATAI	GO
JUSSARA	GO
LUZIANIA	GO
MARA ROSA	GO
MINACU	GO
MINEIROS	GO
MONTIVIDIU	GO
MORRINHOS	GO
MOZARLANDIA	GO
NIQUELANDIA	GO
NOVO GAMA	GO
ORIZONA	GO
PADRE BERNARDO	GO
PALMEIRAS DE GOIAS	GO
PARAUNA	GO
PETROLINA DE GOIAS	GO
PIRACANJUBA	GO
PIRANHAS	GO
PIRENOPOLIS	GO
PIRES DO RIO	GO
PLANALTINA	GO
PONTALINA	GO
PORANGATU	GO
POSSE	GO
QUIRINOPOLIS	GO
RIALMA	GO
RIO VERDE	GO
RUBIATABA	GO
SANTA HELENA DE GOIAS	GO
SANTA TEREZINHA DE GOIAS	GO
SANTO ANTONIO DE JESUS	GO
SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	GO
SAO LUIS DE MONTES BELOS	GO
SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	GO
SAO SIMAO	GO
SENADOR CANEDO	GO
SILVANIA	GO
TRINDADE	GO
URUACU	GO
URUANA	GO
VALPARAISO DE GOIAS	GO
VIANOPOLIS	GO
ACAILANDIA	MA
BACABAL	MA

BALSAS	MA
BARRA DO CORDA	MA
BARREIRINHAS	MA
CAXIAS	MA
CHAPADINHA	MA
CODO	MA
ESTREITO	MA
GRAJAU	MA
IMPERATRIZ	MA
PACO DO LUMIAR	MA
PEDREIRAS	MA
PINHEIRO	MA
PRESIDENTE DUTRA	MA
ROSARIO	MA
SANTA INES	MA
SANTA LUZIA DO PARUA	MA
SANTA RITA	MA
SAO JOAO DOS PATOS	MA
SAO JOSE DE RIBAMAR	MA
SAO LUIS	MA
TERESINA	MA
TIMON	MA
VIANA	MA
ZE DOCA	MA
ABAETE	MG
AGUAS FORMOSAS	MG
AIMORES	MG
ALEM PARAIBA	MG
ALFENAS	MG
ALMENARA	MG
ALPINOPOLIS	MG
ANDRADAS	MG
ARACUAI	MG
ARAGUARI	MG
ARAXA	MG
ARCOS	MG
BAEPENDI	MG
BAMBUI	MG
BANDEIRA DO SUL	MG
BARAO DE COCAIS	MG
BARBACENA	MG
BELO HORIZONTE	MG
BELO ORIENTE	MG
BETIM	MG

BICAS	MG
BOA ESPERANCA	MG
BOCAIUVA	MG
BOM DESPACHO	MG
BOM SUCESSO	MG
BORDA DA MATA	MG
BRUMADINHO	MG
BURITIS	MG
CAETE	MG
CALDAS	MG
CAMANDUCAIA	MG
CAMBUI	MG
CAMBUQUIRA	MG
CAMPANHA	MG
CAMPESTRE	MG
CAMPINA VERDE	MG
CAMPO BELO	MG
CAMPOS ALTOS	MG
CAMPOS GERAIS	MG
CAPELINHA	MG
CAPINOPOLIS	MG
CARANDAI	MG
CARANGOLA	MG
CARATINGA	MG
CARLOS CHAGAS	MG
CARMO DO CAJURU	MG
CARMO DO PARANAIBA	MG
CARMO DO RIO CLARO	MG
CARMOPOLIS DE MINAS	MG
CASSIA	MG
CATAGUASES	MG
CAXAMBU	MG
CLAUDIO	MG
CONCEICAO DAS ALAGOAS	MG
CONCEICAO DO MATO DENTRO	MG
CONCEICAO DO RIO VERDE	MG
CONGONHAS	MG
CONQUISTA	MG
CONSELHEIRO LAFAIETE	MG
CONSELHEIRO PENA	MG
CONTAGEM	MG
CORINTO	MG
COROMANDEL	MG
CORONEL FABRICIANO	MG

CRUZILIA	MG
CURVELO	MG
DIAMANTINA	MG
DIVINO	MG
DIVINOPOLIS	MG
DORES DO INDAIA	MG
ELOI MENDES	MG
ESMERALDAS	MG
ESPERA FELIZ	MG
ESPINOSA	MG
EXTREMA	MG
FORMIGA	MG
FRANCISCO SA	MG
FRONTEIRA	MG
FRUTAL	MG
GOVERNADOR VALADARES	MG
GUANHAES	MG
GUARANESIA	MG
GUAXUPE	MG
IBIA	MG
IBIRITE	MG
IGARAPE	MG
INHAPIM	MG
IPATINGA	MG
ITABIRA	MG
ITABIRITO	MG
ITAGUARA	MG
ITAJUBA	MG
ITAMARANDIBA	MG
ITAMONTE	MG
ITANHANDU	MG
ITAPAGIPE	MG
ITAPECERICA	MG
ITATIAIUCU	MG
ITAU DE MINAS	MG
ITAUNA	MG
ITUIUTABA	MG
ITURAMA	MG
JACUTINGA	MG
JANAUBA	MG
JANUARIA	MG
JEQUITINHONHA	MG
JOAO MONLEVADE	MG
JOAO PINHEIRO	MG

JUATUBA	MG
JUIZ DE FORA	MG
LAGOA DA PRATA	MG
LAGOA SANTA	MG
LAMBARI	MG
LAVRAS	MG
LEOPOLDINA	MG
LIMA DUARTE	MG
LUZ	MG
MACHADO	MG
MANHUACU	MG
MANHUMIRIM	MG
MANTENA	MG
MARIA DA FE	MG
MARIANA	MG
MARTINHO CAMPOS	MG
MATEUS LEME	MG
MATIPO	MG
MATOZINHOS	MG
MEDINA	MG
MONSENHOR PAULO	MG
MONTE ALEGRE DE MINAS	MG
MONTE CARMELO	MG
MONTE SANTO DE MINAS	MG
MONTE SIAO	MG
MONTES CLAROS	MG
MURIAE	MG
MUTUM	MG
MUZAMBINHO	MG
NANUQUE	MG
NEPOMUCENO	MG
NOVA ERA	MG
NOVA LIMA	MG
NOVA PONTE	MG
NOVA SERRANA	MG
OLIVEIRA	MG
OURO BRANCO	MG
OURO FINO	MG
OURO PRETO	MG
PAPAGAIOS	MG
PARA DE MINAS	MG
PARACATU	MG
PARAGUACU	MG
PARAISOPOLIS	MG

PASSA QUATRO	MG
PASSOS	MG
PATOS DE MINAS	MG
PATROCINIO	MG
PEDRO LEOPOLDO	MG
PERDOES	MG
PIRAPETINGA	MG
PIRAPORA	MG
PITANGUI	MG
PIUMHI	MG
POCOS DE CALDAS	MG
POMPEU	MG
PONTE NOVA	MG
POUSO ALEGRE	MG
PRATA	MG
PRATAPOLIS	MG
RAUL SOARES	MG
RIBEIRAO DAS NEVES	MG
RIO CASCA	MG
RIO PARANAIBA	MG
RIO POMBA	MG
SABARA	MG
SACRAMENTO	MG
SALINAS	MG
SALTO DA DIVISA	MG
SANTA BARBARA	MG
SANTA LUZIA	MG
SANTA RITA DO SAPUCAI	MG
SANTA VITORIA	MG
SANTANA DO JACARE	MG
SANTO ANTONIO DO MONTE	MG
SANTOS DUMONT	MG
SAO FRANCISCO	MG
SAO GONCALO DO RIO ABAIXO	MG
SAO GONCALO DO SAPUCAI	MG
SAO GOTARDO	MG
SAO JOAO DEL REI	MG
SAO JOAO NEPOMUCENO	MG
SAO JOAQUIM DE BICAS	MG
SAO JOSE DA LAPA	MG
SAO LOURENCO	MG
SAO SEBASTIAO DO PARAISO	MG
SARZEDO	MG
SERRO	MG

SETE LAGOAS	MG
TAIOBEIRAS	MG
TEOFILO OTONI	MG
TIMOTEO	MG
TOCANTINS	MG
TRES CORACOES	MG
TRES MARIAS	MG
TRES PONTAS	MG
TUPACIGUARA	MG
UBA	MG
UBERABA	MG
UBERLANDIA	MG
UNAI	MG
VARGINHA	MG
VARZEA DA PALMA	MG
VAZANTE	MG
VESPASIANO	MG
VICOSA	MG
VIRGINIA	MG
VISCONDE DO RIO BRANCO	MG
AMAMBAI	MS
ANASTACIO	MS
APARECIDA DO TABOADO	MS
AQUIDAUANA	MS
BATAGUASSU	MS
BONITO	MS
CAARAPO	MS
CAMPO GRANDE	MS
CASSILANDIA	MS
CHAPADAO DO SUL	MS
CORUMBA	MS
COXIM	MS
DOURADOS	MS
FATIMA DO SUL	MS
IVINHEMA	MS
JARDIM	MS
MARACAJU	MS
MIRANDA	MS
MUNDO NOVO	MS
NAVIRAI	MS
NOVA ALVORADA DO SUL	MS
NOVA ANDRADINA	MS
PARANAIBA	MS
PONTA PORÁ	MS

PORTO MURTINHO	MS
RIO BRILHANTE	MS
SAO GABRIEL DO OESTE	MS
SIDROLANDIA	MS
SONORA	MS
TRES LAGOAS	MS
AGUA BOA	MT
ALTA FLORESTA	MT
ALTO ARAGUAIA	MT
ALTO TAQUARI	MT
BARRA DO BUGRES	MT
BARRA DO GARCAS	MT
CACERES	MT
CAMPO GRANDE	MT
CAMPO NOVO DO PARECIS	MT
CAMPO VERDE	MT
CAMPOS DE JULIO	MT
CANARANA	MT
COLIDER	MT
CONFRESA	MT
CUIABA	MT
DIAMANTINO	MT
FELIZ NATAL	MT
GUARANTA DO NORTE	MT
ITIQUEIRA	MT
JACIARA	MT
JUARA	MT
JUINA	MT
LUCAS DO RIO VERDE	MT
MATUPA	MT
MIRASSOL D'OESTE	MT
NOVA MUTUM	MT
NOVA OLIMPIA	MT
PARANAITA	MT
PEIXOTO DE AZEVEDO	MT
POCONE	MT
PONTES E LACERDA	MT
PRIMAVERA DO LESTE	MT
RONDONOPOLIS	MT
SAPEZAL	MT
SINOP	MT
SORRISO	MT
TANGARA DA SERRA	MT
TAPURAH	MT

VARZEA GRANDE	MT
ABAETETUBA	PA
ALTAMIRA	PA
ANANINDEUA	PA
BARCARENA	PA
BELEM	PA
BENEVIDES	PA
BRAGANCA	PA
BREU BRANCO	PA
BREVES	PA
CAMETA	PA
CANAA DOS CARAJAS	PA
CAPANEMA	PA
CAPITAO POÇO	PA
CASTANHAL	PA
CONCEICAO DO ARAGUAIA	PA
DOM ELISEU	PA
GARRAFAO DO NORTE	PA
IGARAPE-MIRI	PA
IPIXUNA DO PARA	PA
ITAITUBA	PA
JACUNDA	PA
JURUTI	PA
MAE DO RIO	PA
MARABA	PA
MARITUBA	PA
MOJU	PA
NOVO REPARTIMENTO	PA
ORIXIMINA	PA
OURILANDIA DO NORTE	PA
PARAGOMINAS	PA
PARAUAPEBAS	PA
REDENCAO	PA
RONDON DO PARA	PA
SALINOPOLIS	PA
SANTA ISABEL DO PARA	PA
SANTAREM	PA
SAO MIGUEL DO GUAMA	PA
TAILANDIA	PA
TOME-ACU	PA
TUCURUI	PA
URUARA	PA
XINGUARA	PA
AREIA	PB

BANANEIRAS	PB
BAYEUX	PB
CABEDELO	PB
CAJAZEIRAS	PB
CAMPINA GRANDE	PB
CATOLE DO ROCHA	PB
ESPERANCA	PB
GUARABIRA	PB
ITABAIANA	PB
ITAPORANGA	PB
JOAO PESSOA	PB
MAMANGUAPE	PB
MONTEIRO	PB
PATOS	PB
PEDRAS DE FOGO	PB
PICUI	PB
PILAR	PB
POMBAL	PB
SANTA LUZIA	PB
SANTA RITA	PB
SAO BENTO	PB
SAPE	PB
SOUSA	PB
ABREU E LIMA	PE
AFOGADOS DA INGAZEIRA	PE
ARARIPINA	PE
ARCOVERDE	PE
BARREIROS	PE
BELO JARDIM	PE
BETANIA	PE
BEZERROS	PE
BOM CONSELHO	PE
BONITO	PE
BUIQUE	PE
CABO DE SANTO AGOSTINHO	PE
CABROBO	PE
CAMARAGIBE	PE
CARPINA	PE
CARUARU	PE
CATENDE	PE
CUSTODIA	PE
ESCADA	PE
FORTALEZA	PE
GARANHUNS	PE

GOIANA	PE
GRAVATA	PE
IGARASSU	PE
IPOJUCA	PE
ITAMARACA	PE
ITAMBE	PE
JABOATAO DOS GUARARAPES	PE
LAJEDO	PE
LIMOEIRO	PE
NAZARE DA MATA	PE
OLINDA	PE
OURICURI	PE
PALMARES	PE
PAUDALHO	PE
PAULISTA	PE
PESQUEIRA	PE
PETROLINA	PE
RECIFE	PE
RIBEIRAO	PE
SALGUEIRO	PE
SANHARO	PE
SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	PE
SAO JOSE DO EGITO	PE
SAO LOURENCO DA MATA	PE
SERRA TALHADA	PE
SERTANIA	PE
SURUBIM	PE
TIMBAUBA	PE
TORITAMA	PE
VITORIA DE SANTO ANTAO	PE
AGUA BRANCA	PI
ALTOS	PI
BARRAS	PI
BOM JESUS	PI
CAMPO MAIOR	PI
CANTO DO BURITI	PI
COCAL	PI
CORRENTE	PI
ESPERANTINA	PI
FLORIANO	PI
JOSE DE FREITAS	PI
LUIS CORREIA	PI
OEIRAS	PI
PARNAIBA	PI

PAULISTANA	PI
PEDRO II	PI
PICOS	PI
PIRACURUCA	PI
PIRIPIRI	PI
SAO JOAO DO PIAUI	PI
SAO RAIMUNDO NONATO	PI
TERESINA	PI
UNIAO	PI
URUCUI	PI
VALENCA DO PIAUI	PI
ALMIRANTE TAMANDARE	PR
ALTONIA	PR
AMPERE	PR
ANTONINA	PR
APUCARANA	PR
ARAPONGAS	PR
ARAPOTI	PR
ARAUCARIA	PR
ASSAI	PR
ASSIS CHATEAUBRIAND	PR
ASTORGA	PR
BALSA NOVA	PR
BANDEIRANTES	PR
CAMBARA	PR
CAMBE	PR
CAMPINA GRANDE DO SUL	PR
CAMPO LARGO	PR
CAMPO MAGRO	PR
CAMPO MOURAO	PR
CAPANEMA	PR
CAPITAO LEONIDAS MARQUES	PR
CARAMBEI	PR
CASCAVEL	PR
CASTRO	PR
CHOPINZINHO	PR
CIANORTE	PR
CIDADE GAUCHA	PR
CLEVELANDIA	PR
COLOMBO	PR
COLORADO	PR
CONTENDA	PR
CORBELIA	PR
CORNELIO PROCOPIO	PR

CORONEL VIVIDA	PR
CRUZEIRO DO OESTE	PR
CURITIBA	PR
DOIS VIZINHOS	PR
ENGENHEIRO BELTRAO	PR
FAXINAL	PR
FAZENDA RIO GRANDE	PR
FOZ DO IGUAÇU	PR
FRANCISCO BELTRAO	PR
GOIOERE	PR
GUAIRA	PR
GUARAPUAVA	PR
GUARATUBA	PR
IBAITI	PR
IBIPORA	PR
IBOTIRAMA	PR
IMBITUVA	PR
IPORA	PR
IRATI	PR
ITAPERUCU	PR
IVAIPORA	PR
JACAREZINHO	PR
JAGUAPITA	PR
JAGUARIAIVA	PR
JANDAIA DO SUL	PR
LAPA	PR
LARANJEIRAS DO SUL	PR
LOANDA	PR
LONDRINA	PR
MAMBORE	PR
MANDAGUACU	PR
MANDAGUARI	PR
MANDIRITUBA	PR
MANGUEIRINHA	PR
MARECHAL CANDIDO RONDON	PR
MARIALVA	PR
MARINGA	PR
MARMELEIRO	PR
MATINHOS	PR
MEDIANEIRA	PR
MOREIRA SALES	PR
MORRETES	PR
NOVA AURORA	PR
NOVA ESPERANCA	PR

NOVA LONDRINA	PR
PAICANDU	PR
PALMAS	PR
PALMEIRA	PR
PALOTINA	PR
PARAISO DO NORTE	PR
PARANACITY	PR
PARANAGUA	PR
PARANAVAI	PR
PATO BRANCO	PR
PIEN	PR
PINHAIS	PR
PIRAI DO SUL	PR
PIRAQUARA	PR
PITANGA	PR
PONTA GROSSA	PR
PORECATU	PR
PRUDENTOPOLIS	PR
QUEDAS DO IGUAÇU	PR
REALEZA	PR
RIBEIRAO CLARO	PR
RIO NEGRO	PR
ROLANDIA	PR
SANTA HELENA	PR
SANTO ANTONIO DA PLATINA	PR
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	PR
SAO JOAO	PR
SAO JOSE DOS PINHAIS	PR
SAO MATEUS DO SUL	PR
SAO MIGUEL DO IGUAÇU	PR
SARANDI	PR
SERTANOPOLIS	PR
SIQUEIRA CAMPOS	PR
TAPEJARA	PR
TELEMACO BORBA	PR
TERRA RICA	PR
TIBAGI	PR
TOLEDO	PR
UBIRATA	PR
UMUARAMA	PR
UNIAO DA VITORIA	PR
WENCESLAU BRAZ	PR
ANGRA DOS REIS	RJ
ARARUAMA	RJ

ARMACAO DOS BUZIOS	RJ
BARRA DO PIRAI	RJ
BARRA MANSA	RJ
BELFORD ROXO	RJ
BOM JARDIM	RJ
BOM JESUS DO ITABAPOANA	RJ
CABO FRIO	RJ
CACHOEIRAS DE MACACU	RJ
CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ
CANTAGALO	RJ
CORDEIRO	RJ
DUQUE DE CAXIAS	RJ
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	RJ
GUAPIMIRIM	RJ
ITABORAI	RJ
ITAGUAI	RJ
ITALVA	RJ
ITAOCARA	RJ
ITAPERUNA	RJ
ITATIAIA	RJ
JAPERI	RJ
MACAE	RJ
MAGE	RJ
MARICA	RJ
MENDES	RJ
MESQUITA	RJ
MIGUEL PEREIRA	RJ
MIRACEMA	RJ
NATIVIDADE	RJ
NILOPOLIS	RJ
NITEROI	RJ
NOVA FRIBURGO	RJ
NOVA IGUACU	RJ
PARACAMBI	RJ
PARAIBA DO SUL	RJ
PARATI	RJ
PATY DO ALFERES	RJ
PETROPOLIS	RJ
PINHEIRAL	RJ
PIRAI	RJ
PORCIUNCULA	RJ
PORTO REAL	RJ
QUATIS	RJ
QUEIMADOS	RJ

QUISSAMA	RJ
RESENDE	RJ
RIO BONITO	RJ
RIO DAS OSTRAS	RJ
RIO DE JANEIRO	RJ
SANTO ANTONIO DE PADUA	RJ
SAO FIDELIS	RJ
SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	RJ
SAO GONCALO	RJ
SAO JOAO DA BARRA	RJ
SAO JOAO DE MERITI	RJ
SAO PEDRO DA ALDEIA	RJ
SAPUCAIA	RJ
SAQUAREMA	RJ
SEROPEDICA	RJ
TANGUA	RJ
TERESOPOLIS	RJ
TRES RIOS	RJ
VALENCA	RJ
VASSOURAS	RJ
VOLTA REDONDA	RJ
ACU	RN
ALTO DO RODRIGUES	RN
APODI	RN
AREIA BRANCA	RN
CAICO	RN
CEARA-MIRIM	RN
CURRAIS NOVOS	RN
EXTREMOZ	RN
GOIANINHA	RN
GUAMARE	RN
JOAO CAMARA	RN
MACAIBA	RN
MACAU	RN
MOSSORO	RN
NATAL	RN
NOVA CRUZ	RN
PARNAMIRIM	RN
PAU DOS FERROS	RN
SANTA CRUZ	RN
SAO GONCALO DO AMARANTE	RN
SAO JOSE DE MIPIBU	RN
SAO MIGUEL	RN
TOUROS	RN

ALTA FLORESTA D'OESTE	RO
ALTO PARAISO	RO
ARIQUEMES	RO
BURITIS	RO
CACOAL	RO
CANDEIAS DO JAMARI	RO
CEREJEIRAS	RO
COLORADO DO OESTE	RO
ESPIGAO D'OESTE	RO
GUAJARA-MIRIM	RO
JARU	RO
JI-PARANA	RO
NOVA BRASILANDIA D'OESTE	RO
NOVA MAMORE	RO
OURO PRETO DO OESTE	RO
PIMENTA BUENO	RO
PORTO VELHO	RO
PRESIDENTE MEDICI	RO
ROLIM DE MOURA	RO
SAO MIGUEL DO GUAPORE	RO
VILHENA	RO
BOA VISTA	RR
CARACARAI	RR
PACARAIMA	RR
RORAINOPOLIS	RR
SAO LUIZ	RR
AGUDO	RS
ALEGRETE	RS
ALVORADA	RS
ANTONIO PRADO	RS
ARROIO DO MEIO	RS
ARROIO DO TIGRE	RS
ARROIO DOS RATOS	RS
ARROIO GRANDE	RS
ARVOREZINHA	RS
BAGE	RS
BENTO GONCALVES	RS
BOM JESUS	RS
BOM PRINCIPIO	RS
BUTIA	RS
CACAPAVA DO SUL	RS
CACHOEIRA DO SUL	RS
CACHOEIRINHA	RS
CAMAQUA	RS

CAMPINAS DO SUL	RS
CAMPO BOM	RS
CANDELARIA	RS
CANELA	RS
CANGUCU	RS
CANOAS	RS
CAPAO DA CANOA	RS
CARAZINHO	RS
CARLOS BARBOSA	RS
CASCA	RS
CAXIAS DO SUL	RS
CERRO LARGO	RS
CHARQUEADAS	RS
CONSTANTINA	RS
CRISSIUMAL	RS
CRUZ ALTA	RS
CRUZEIRO DO SUL	RS
DOIS IRMAOS	RS
DOM PEDRITO	RS
ELDORADO DO SUL	RS
ENCANTADO	RS
ENCRUZILHADA DO SUL	RS
ERECHIM	RS
ESPUMOSO	RS
ESTANCIA VELHA	RS
ESTEIO	RS
ESTRELA	RS
FARROUPILHA	RS
FAXINAL DO SOTURNO	RS
FELIZ	RS
FLORES DA CUNHA	RS
FREDERICO WESTPHALEN	RS
GARIBALDI	RS
GETULIO VARGAS	RS
GIRUA	RS
GRAMADO	RS
GRAVATAI	RS
GUAIBA	RS
GUAPORE	RS
HORIZONTINA	RS
IBIRUBA	RS
IGREJINHA	RS
IJUI	RS
IMBE	RS

ITAQUI	RS
IVOTI	RS
JAGUARAO	RS
JAGUARI	RS
JULIO DE CASTILHOS	RS
LAGOA VERMELHA	RS
LAJEADO	RS
MARAU	RS
MONTENEGRO	RS
MOSTARDAS	RS
MUCUM	RS
NAO-ME-TOQUE	RS
NOVA BASSANO	RS
NOVA HARTZ	RS
NOVA PETROPOLIS	RS
NOVA PRATA	RS
NOVA SANTA RITA	RS
NOVO HAMBURGO	RS
OSORIO	RS
PALMARES DO SUL	RS
PALMEIRA DAS MISSOES	RS
PANAMBI	RS
PAROBE	RS
PASSO FUNDO	RS
PELOTAS	RS
PINHEIRO MACHADO	RS
PORTAO	RS
PORTO ALEGRE	RS
QUARAI	RS
RESTINGA SECA	RS
RIO GRANDE	RS
RIO PARDO	RS
ROCA SALES	RS
ROLANTE	RS
ROSARIO DO SUL	RS
SALTO DO JACUI	RS
SANANDUVA	RS
SANTA CRUZ DO SUL	RS
SANTA MARIA	RS
SANTA ROSA	RS
SANTA VITORIA DO PALMAR	RS
SANTANA DO LIVRAMENTO	RS
SANTIAGO	RS
SANTO ANGELO	RS

SANTO ANTONIO DA PATRULHA	RS
SANTO AUGUSTO	RS
SANTO CRISTO	RS
SAO BORJA	RS
SAO FRANCISCO DE ASSIS	RS
SAO FRANCISCO DE PAULA	RS
SAO GABRIEL	RS
SAO JERONIMO	RS
SAO JOSE DO NORTE	RS
SAO LEOPOLDO	RS
SAO LOURENCO DO SUL	RS
SAO LUIZ GONZAGA	RS
SAO MARCOS	RS
SAO PEDRO DO SUL	RS
SAO SEBASTIAO DO CAI	RS
SAO SEPE	RS
SAPIRANGA	RS
SAPUCAIA DO SUL	RS
SARANDI	RS
SERAFINA CORREA	RS
SERTAO SANTANA	RS
SOBRADINHO	RS
SOLEDADE	RS
TAPEJARA	RS
TAPERA	RS
TAPES	RS
TAQUARA	RS
TAQUARI	RS
TENENTE PORTELA	RS
TEUTONIA	RS
TORRES	RS
TRAMANDAI	RS
TRES COROAS	RS
TRES DE MAIO	RS
TRES PASSOS	RS
TRIUNFO	RS
TUPANCIRETA	RS
URUGUAIANA	RS
VACARIA	RS
VENANCIO AIRES	RS
VERA CRUZ	RS
VERANOPOLIS	RS
VIADUTOS	RS
VIAMAO	RS

ABELARDO LUZ	SC
ANTONIO CARLOS	SC
ARAQUARI	SC
ARARANGUA	SC
BALNEARIO CAMBORIU	SC
BALNEARIO PICARRAS	SC
BARRA VELHA	SC
BIGUACU	SC
BLUMENAU	SC
BRACO DO NORTE	SC
BRUSQUE	SC
CACADOR	SC
CAMBORIU	SC
CAMPOS NOVOS	SC
CANOINHAS	SC
CAPINZAL	SC
CAPIVARI DE BAIXO	SC
CATANDUVAS	SC
CHAPECO	SC
COCAL DO SUL	SC
CONCORDIA	SC
CORREIA PINTO	SC
CORUPA	SC
CRICIUMA	SC
CUNHA PORA	SC
CURITIBANOS	SC
DIONISIO CERQUEIRA	SC
FAXINAL DOS GUEDES	SC
FLORIANOPOLIS	SC
FORQUILHINHA	SC
FRAIBURGO	SC
GAROPABA	SC
GASPAR	SC
GUABIRUBA	SC
GUARAMIRIM	SC
HERVAL D'OESTE	SC
IBIRAMA	SC
ICARA	SC
IMBITUBA	SC
INDAIAL	SC
ITAIOPOLIS	SC
ITAJAI	SC
ITAPEMA	SC
ITAPIRANGA	SC

ITAPOA	SC
ITUPORANGA	SC
JACINTO MACHADO	SC
JAGUARUNA	SC
JARAGUA DO SUL	SC
JOACABA	SC
JOINVILLE	SC
LAGES	SC
LAGUNA	SC
LAURO MULLER	SC
MAFRA	SC
MARAVILHA	SC
MASSARANDUBA	SC
MONDAI	SC
MORRO DA FUMACA	SC
NAVEGANTES	SC
NOVA VENEZA	SC
ORLEANS	SC
OTACILIO COSTA	SC
PALHOCA	SC
PALMITOS	SC
PAPANDUVA	SC
PENHA	SC
PINHALZINHO	SC
POMERODE	SC
PORTO BELO	SC
PORTO UNIAO	SC
POUSO REDONDO	SC
PRESIDENTE GETULIO	SC
QUILOMBO	SC
RIO DO SUL	SC
RIO NEGRINHO	SC
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	SC
SAO BENTO DO SUL	SC
SAO FRANCISCO DO SUL	SC
SAO JOAO BATISTA	SC
SAO JOAQUIM	SC
SAO JOSE	SC
SAO JOSE DO CEDRO	SC
SAO LOURENCO DO OESTE	SC
SAO LUDGERO	SC
SAO MIGUEL D'OESTE	SC
SCHROEDER	SC
SEARA	SC

SIDEROPOLIS	SC
SOMBRIO	SC
TAIO	SC
TIJUCAS	SC
TIMBO	SC
TUBARAO	SC
TURVO	SC
URUSSANGA	SC
VIDEIRA	SC
XANXERE	SC
XAXIM	SC
ARACAJU	SE
BARRA DOS COQUEIROS	SE
BOQUIM	SE
CANINDE DE SAO FRANCISCO	SE
CAPELA	SE
CARIRA	SE
CARMOPOLIS	SE
ESTANCIA	SE
ITABAIANA	SE
ITABAIANINHA	SE
ITAPORANGA D'AJUDA	SE
LAGARTO	SE
MARUIM	SE
NEOPOLIS	SE
NOSSA SENHORA DA GLORIA	SE
NOSSA SENHORA DAS DORES	SE
NOSSA SENHORA DO SOCORRO	SE
POCO VERDE	SE
PROPRIA	SE
RIBEIROPOLIS	SE
SAO CRISTOVAO	SE
SIMAO DIAS	SE
TOBIAS BARRETO	SE
UMBAUBA	SE
ADAMANTINA	SP
AGUAI	SP
AGUAS DE LINDOIA	SP
AGUAS DE SAO PEDRO	SP
AGUDOS	SP
ALTINOPOLIS	SP
ALUMINIO	SP
AMERICANA	SP
AMERICO BRASILIENSE	SP

AMPARO	SP
ANDRADINA	SP
APARECIDA	SP
APIAI	SP
ARACATUBA	SP
ARARAQUARA	SP
ARARAS	SP
ARTUR NOGUEIRA	SP
ARUJA	SP
ASSIS	SP
ATIBAIA	SP
AURIFLAMA	SP
AVARE	SP
BARIRI	SP
BARRA BONITA	SP
BARRETOS	SP
BARRINHA	SP
BARUERI	SP
BASTOS	SP
BATATAIS	SP
BAURU	SP
BEBEDOURO	SP
BERTIOGA	SP
BIRIGUI	SP
BIRITIBA-MIRIM	SP
BOA ESPERANCA DO SUL	SP
BOITUVA	SP
BOM JESUS DOS PERDOES	SP
BORBOREMA	SP
BOTUCATU	SP
BRAGANCA PAULISTA	SP
BRODOWSKI	SP
BROTAS	SP
BURITAMA	SP
CABREUVA	SP
CACAPAVA	SP
CACHOEIRA PAULISTA	SP
CACONDE	SP
CAFELANDIA	SP
CAIEIRAS	SP
CAJAMAR	SP
CAJATI	SP
CAJURU	SP
CAMPINAS	SP

CAMPO LIMPO PAULISTA	SP
CAMPOS DO JORDAO	SP
CANDIDO MOTA	SP
CAPAO BONITO	SP
CAPIVARI	SP
CARAGUATATUBA	SP
CARAPICUIBA	SP
CASA BRANCA	SP
CASTILHO	SP
CATANDUVA	SP
CERQUEIRA CESAR	SP
CERQUILHO	SP
CESARIO LANGE	SP
CHARQUEADA	SP
CHAVANTES	SP
COLINA	SP
CONCHAL	SP
CORDEIROPOLIS	SP
COSMOPOLIS	SP
COTIA	SP
CRAVINHOS	SP
CRUZEIRO	SP
CUBATAO	SP
CUNHA	SP
DESCALVADO	SP
DIADEMA	SP
DOIS CORREGOS	SP
DRACENA	SP
ELIAS FAUSTO	SP
EMBU	SP
EMBU DAS ARTES	SP
EMBU-GUACU	SP
ENGENHEIRO COELHO	SP
ESPIRITO SANTO DO PINHAL	SP
ESTRELA D'OESTE	SP
FARTURA	SP
FERNANDOPOLIS	SP
FERRAZ DE VASCONCELOS	SP
FRANCA	SP
FRANCISCO MORATO	SP
FRANCO DA ROCHA	SP
GARCA	SP
GENERAL SALGADO	SP
GUAIRA	SP

GUAPIACU	SP
GUARA	SP
GUARARAPES	SP
GUARAREMA	SP
GUARATINGUETA	SP
GUARIBA	SP
GUARUJA	SP
GUARULHOS	SP
HOLAMBRA	SP
HORTOLANDIA	SP
IBATE	SP
IBITINGA	SP
IBIUNA	SP
IGARACU DO TIETE	SP
IGARAPAVA	SP
IGUAPE	SP
ILHA SOLTEIRA	SP
ILHABELA	SP
INDAIATUBA	SP
IPAUSSU	SP
IRACEMAPOLIS	SP
ITAI	SP
ITANHAEM	SP
ITAPECERICA DA SERRA	SP
ITAPETININGA	SP
ITAPEVA	SP
ITAPEVI	SP
ITAPIRA	SP
ITAPOLIS	SP
ITAPORANGA	SP
ITAQUAQUECETUBA	SP
ITARARE	SP
ITARIRI	SP
ITATIBA	SP
ITATINGA	SP
ITIRAPINA	SP
ITU	SP
ITUPEVA	SP
ITUVERAVA	SP
JABOTICABAL	SP
JACAREI	SP
JACUPIRANGA	SP
JAGUARIUNA	SP
JALES	SP

JANDIRA	SP
JARDINOPOLIS	SP
JARINU	SP
JAU	SP
JOANOPOLIS	SP
JOSE BONIFACIO	SP
JUNDIAI	SP
JUNQUEIROPOLIS	SP
JUQUIA	SP
JUQUITIBA	SP
LARANJAL PAULISTA	SP
LEME	SP
LENCOIS PAULISTA	SP
LIMEIRA	SP
LINS	SP
LORENA	SP
LOUVEIRA	SP
LUCELIA	SP
LUIS ANTONIO	SP
MACATUBA	SP
MAIRINQUE	SP
MAIRIPORA	SP
MARILIA	SP
MARTINOPOLIS	SP
MATAO	SP
MAUA	SP
MIGUELOPOLIS	SP
MIRANDOPOLIS	SP
MIRASSOL	SP
MOCOCA	SP
MOGI DAS CRUZES	SP
MOGI GUACU	SP
MOJI DAS CRUZES	SP
MOJI MIRIM	SP
MOJI-GUACU	SP
MONGAGUA	SP
MONTE ALTO	SP
MONTE APRAZIVEL	SP
MONTE AZUL PAULISTA	SP
MONTE MOR	SP
MORRO AGUDO	SP
MORUNGABA	SP
NAZARE PAULISTA	SP
NOVA GRANADA	SP

NOVA ODESSA	SP
NOVO HORIZONTE	SP
OLIMPIA	SP
ORLANDIA	SP
OSASCO	SP
OSVALDO CRUZ	SP
OURINHOS	SP
OUROESTE	SP
PALMITAL	SP
PANORAMA	SP
PARAGUACU PAULISTA	SP
PARAIBUNA	SP
PARIQUERA-ACU	SP
PAULINIA	SP
PEDERNEIRAS	SP
PEDREGULHO	SP
PEDREIRA	SP
PENAPOLIS	SP
PEREIRA BARRETO	SP
PERUIBE	SP
PIEIDADE	SP
PINDAMONHANGABA	SP
PINDORAMA	SP
PIQUETE	SP
PIRACAIA	SP
PIRACICABA	SP
PIRAJU	SP
PIRAJUI	SP
PIRAPORA DO BOM JESUS	SP
PIRAPOZINHO	SP
PIRASSUNUNGA	SP
PITANGUEIRAS	SP
POA	SP
POMPEIA	SP
PONTAL	SP
PORTO FELIZ	SP
PORTO FERREIRA	SP
POTIM	SP
POTIRENDABA	SP
PRADOPOLIS	SP
PRAIA GRANDE	SP
PRESIDENTE EPITACIO	SP
PRESIDENTE PRUDENTE	SP
PRESIDENTE VENCESLAU	SP

PROMISSAO	SP
QUATA	SP
RANCHARIA	SP
REGENTE FEIJO	SP
REGISTRO	SP
RIBEIRAO PIRES	SP
RIBEIRAO PRETO	SP
RIO CLARO	SP
RIO DAS PEDRAS	SP
RIO GRANDE DA SERRA	SP
SALES OLIVEIRA	SP
SALESOPOLIS	SP
SALTO	SP
SALTO DE PIRAPORA	SP
SANTA ADELIA	SP
SANTA BARBARA D'OESTE	SP
SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	SP
SANTA CRUZ DO RIO PARDO	SP
SANTA ERNESTINA	SP
SANTA FE DO SUL	SP
SANTA GERTRUDES	SP
SANTA ISABEL	SP
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	SP
SANTA ROSA DE VITERBO	SP
SANTANA DE PARNAIBA	SP
SANTO ANASTACIO	SP
SANTO ANDRE	SP
SANTO ANTONIO DE POSSE	SP
SANTOS	SP
SAO BERNARDO DO CAMPO	SP
SAO CAETANO DO SUL	SP
SAO CARLOS	SP
SAO JOAO DA BOA VISTA	SP
SAO JOAQUIM DA BARRA	SP
SAO JOSE DO RIO PARDO	SP
SAO JOSE DO RIO PRETO	SP
SAO JOSE DOS CAMPOS	SP
SAO MANUEL	SP
SAO MIGUEL ARCANJO	SP
SAO PAULO	SP
SAO PEDRO	SP
SAO ROQUE	SP
SAO SEBASTIAO	SP
SAO SEBASTIAO DA GRAMA	SP

SAO SIMAO	SP
SAO VICENTE	SP
SERRA NEGRA	SP
SERRANA	SP
SERTAOZINHO	SP
SOCORRO	SP
SOROCABA	SP
SUMARE	SP
SUZANO	SP
TABOAO DA SERRA	SP
TAMBAU	SP
TANABI	SP
TAPIRATIBA	SP
TAQUARITINGA	SP
TAQUARITUBA	SP
TATUI	SP
TAUBATE	SP
TEODORO SAMPAIO	SP
TIETE	SP
TREMEMBE	SP
TUPA	SP
UBATUBA	SP
URUPES	SP
VALINHOS	SP
VALPARAISO	SP
VARGEM GRANDE DO SUL	SP
VARGEM GRANDE PAULISTA	SP
VARZEA PAULISTA	SP
VINHEDO	SP
VOTORANTIM	SP
VOTUPORANGA	SP
ARAGUAINA	TO
ARAGUATINS	TO
AUGUSTINOPOLIS	TO
COLINAS DO TOCANTINS	TO
DIANOPOLIS	TO
GUARAI	TO
GURUPI	TO
LAGOA DA CONFUSAO	TO
MIRACEMA DO TOCANTINS	TO
PALMAS	TO
PARAISO DO TOCANTINS	TO
PORTO NACIONAL	TO
TAGUATINGA	TO



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/7066-2017 - GILOG/BR

TOCANTINOPOLIS	TO
----------------	----

FILTROS APLICADOS:**CPF / CNPJ:** 21306287000152**LIMPAR****Data da consulta:** 08/06/2021 09:47:18**Data da última atualização:** 07/06/2021 18:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						

FILTROS APLICADOS:**CPF / CNPJ:** 20496725000120**LIMPAR****Data da consulta:** 08/06/2021 09:47:18**Data da última atualização:** 07/06/2021 18:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (08/06/2021 às 10:35) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 21.306.287/0001-52.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 60BF.7221.5C0D.8329 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (08/06/2021 às 10:36) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 20.496.725/0001-20.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 60BF.7267.6994.C399 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php